

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL DE FRANCA

MARCOS ANTÔNIO GIGANTE

“GUERREIROS SEM ARMAS:

ÊXODO RURAL E MEMÓRIA DE VELHOS TRABALHADORES

(TARUMÃ - 1960-1980)”

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

*MARCOS ANTÔNIO GIGANTE*

“GUERREIROS SEM ARMAS:  
ÊXODO RURAL E MEMÓRIA DE VELHOS TRABALHADORES  
(TARUMÃ - 1960-1980)”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Franca, para a obtenção do título de Mestre em História.

(Área de Concentração: História e Cultura).

Orientador: Prof. Dr. José Evaldo de Mello Doin.

Franca

1999

## DADOS CURRICULARES

MARCOS ANTÔNIO GIGANTE

NACIMENTO 28.9.1969 - SÃO CARLOS/S.P.

FILIAÇÃO Atílio Gigante

Amélia Leopoldina Saldanelli Gigante

1992/1995 Curso de Graduação em História

Faculdade de Ciências e Letras de Assis - UNESP

1996/1999 Curso de Pós-Graduação em História, nível de Mestrado, na

Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca -

UNESP

*In memoriam* de meus avós paternos, Affonso Gigante e Anna Escarachula, falecidos antes que pudesse conhecê-los.

*In memoriam* de meus avós maternos, Vito Saldanelli, que faleceu no dia 21 de agosto de 1996 com noventa e um anos de idade, e Palma Meca Saldanelli, falecida a 12 de fevereiro de 1997 com oitenta e oito anos de idade. Ambos faleceram na época em que era realizada esta pesquisa. Ainda que tenham trabalhado a vida inteira, consta em suas certidões de óbito que não deixaram bens, nem testamentos, nem eram eleitores.

Todos eles, guerreiros sem armas.

À Tereza Soares Brito Gigante,

esposa e companheira.

## AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas colaboraram de forma direta ou indireta para a elaboração deste trabalho. Tornaram possível sua realização. Manifesto minha gratidão a todas elas e de forma particular:

à FAPESP, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pelo auxílio financeiro e pelas críticas e sugestões contidas nos pareceres enviados.

ao Prof. Dr. José Evaldo de Mello Doin, pela orientação, paciência e amizade em todos os momentos, inclusive nos mais difíceis.

às professoras participantes da Banca de Qualificação, Dra. Aparecida Glória Aissar (UNESP) e Dra. Hercídia Mara Facuri Coelho Lambert (UNESP), pelas preciosas sugestões, críticas e palavras de incentivo.

aos *colaboradores*, depoentes que se dispuseram a narrar suas histórias de vida, em particular ao Sr. Adonias Gomes de Araújo e às outras pessoas para as quais atribuí pseudônimos: Cleber, Camila, Carlos, Gustavo e Diego - para vocês minha mais sincera gratidão. Espero que nossos esforços não sejam em vão.

a todos os colegas do Programa de Pós-Graduação, alunos de Mestrado da Unesp de Franca, em especial a Marco Antônio Brandão e Robson Mendonça Pereira - companheiros de muitos estudos em conjunto e seminários.

ao Prof. Dr. Fernando Antônio Azevedo, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, pelas contribuições teóricas ligadas à Ciência Política.

à Ditinha, funcionária do Fórum de Assis, muito atenciosa e competente. Às funcionárias do CEDAP da Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Unesp, em especial à Maria e à Marlene - pela ajuda prestada no tocante à documentação. Aos meus antigos (e eternos) mestres da Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Unesp, em especial aos professores Paulo Alves, Antônio Celso Ferreira, José Carlos Barreiro, Sidinei Galli, Sérgio Augusto Queiroz Norte (o qual lamento não poder ter assistido às suas aulas, de *verve* anarquista e competente, diga-se de passagem), Renato Bueno Franco, e às professoras Elizabeth Vianna, Tânia de Lucca, Zélia Lopes da Silva.

ao professor Moacir Gigante, irmão (*ad litteram*), amigo e companheiro, quem primeiro me cultivou a inquietação científica e filosófica.

à imemorial solidariedade operária, sem a qual jamais poderia ter saído da oficina de ferramentaria, objetivada por meus pais, Atílio e Amélia (retornando à máquina de costura para ajudar seu filho a se realizar), irmãos (Ana Maria, Aparecida, Maria Irene, Reinaldo), cunhados (Fredy Colamego, Luis Carlos Florentino, Maristela Cid, Ronilda), e sogros (Sivaldo e Valdice).

“A luta de classes, que um historiador educado por Marx jamais perde de vista, é uma luta pelas coisas brutas e materiais sem as quais não existem as refinadas e espirituais.

Mas na luta de classes essas coisas espirituais não podem ser representadas como despojos atribuídos ao vencedor. Elas se manifestam nessa luta sob a forma da confiança, da coragem, do humor, da astúcia, da firmeza, e agem de longe, do fundo dos tempos. Elas questionarão sempre cada vitória dos dominantes. Assim como as flores dirigem sua corola para o sol, o passado, graças a um misterioso heliotropismo, tenta dirigir-se para o sol que se levanta no céu da história.”

(Walter Benjamin. *Obras Escolhidas. Magia e Técnica, Arte e Política*. 3ª ed., São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987, p. 223.)

*Tempus edax rerum.* (Ovídio).

“Não sinto essa velhice minha, não sinto a vivência minha, não sinto eu viver como eu estou. Não, não! Dizer que eu estou assim: “Ai, que eu estou hoje numa tristeza...” Não, não! Eu podia sentir se eu não tivesse, como eu tenho, muitas visitas. Se eu fosse uma mulher desleixada pelo pessoal. Não minha família, que minha família já é chegada à gente. Outra família lá fora, não olhar, assim: “Ah, aquele povo ali não merece ser isso!” Não! Graças a Deus, até essa hora eu sinto: é grande, pequeno, novos e velhos, tudo uma coisa, prá mim, só!” (Camila, Fita 8 - Lado B).

*Ad perpetuam rei memoriam.*



## SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS .....	9
LISTA DE ABREVIATURAS .....	11
Introdução .....	12

### Capítulo 1 - **Prolegômenos**

1.1. Memória e Velhice.....	20
1.2. Memória e História Oral .....	35

### Capítulo 2 - **O Êxodo Rural e a Agroindústria Canavieira**

2.1. Tarumã, Distrito de Assis.....	80
2.2. O Trabalhador Rural .....	83
2.3. A Modernização Social e a Implementação da Usina.....	108
2.4. A Diáspora do Campo.....	124

### Capítulo 3 - **Os Guerreiros sem Armas de Tarumã**

3.1. Pequeno Diagnóstico.....	159
3.2. O Fantasma da Velhice .....	203
CONCLUSÃO .....	238
FONTES.....	240
BIBLIOGRAFIA.....	242
RESUMO .....	249

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	
Aspecto comparativo da quantidade de açúcar e de álcool (U.N.A.) .....	122
Tabela 2.	
Tratores utilizados no setor agropecuário - Alta Sorocabana de Assis.....	123
Tabela 3.	
Estabelecimentos rurais, por estratos de área - Alta Sorocabana de Assis .....	128
Tabela 4.	
Produção das principais culturas - Alta Sorocabana de Assis .....	129
Tabela 5.	
Culturas Permanentes e temporárias - Alta Sorocabana de Assis.....	130
Tabela 6.	
Crescimento das pastagens - Alta Sorocabana de Assis .....	131
Tabela 7.	
Moagem de cana por tonelada-cana, de 1947 a 1984. U.N.A.....	132
Tabela 8.	
Força de trabalho ocupada nos estabelecimentos rurais. Alta Sorocabana de Assis .	133
Quadro.	
Distribuição da população segundo a situação do domicílio -Brasil .....	136
Tabela 9.	
População Residente (Tarumã-SP)	
e Distribuição Etária em Tarumã-SP e no Brasil, em 1980 .....	160

Gráfico 1.

Distribuição Etária em Tarumã-SP (1980) e Projeção da

Distribuição Etária no Brasil (%)..... 162

## LISTA DE ABREVIATURAS

CEBRAP	= Centro Brasileiro de Análise e Planejamento.
IAA	= Instituto do Açúcar e Alcool.
IAPAS	= Instituto de Adm. Financeira da Previdência e Assistência Social.
IAPs	= Institutos de Aposentadorias e Pensões.
IBGE	= Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IDORT	= Instituto de Organização Racional do Trabalho.
INAMPS	= Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social.
INPS	= Instituto Nacional de Previdência Social.
LOPS	= Lei Orgânica da Previdência Social.
OPEP	= Organização dos Países Exportadores de Petróleo.
SAMDU	= Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência.
SINPAS	= Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social.
UNA	= Usina Nova América.

## INTRODUÇÃO

As investigações historiográficas receberam fortes impactos mediante os acontecimentos ocorridos no Leste Europeu, no final da década de 1980, notadamente. As teorias do oprimido sofreram igualmente o choque das picaretadas quando da Queda do Muro de Berlim. Em grande medida, a esquerda mundial resignou-se frente à impossibilidade real-concreta de objetivar seu ideário transformador do mundo.

Tudo aconteceu muito rápido. Certamente, as poeiras levantadas pelas quedas - do muro, dos sistemas políticos, dos paradigmas teóricos, das especulações filosóficas sensíveis à exploração do homem pelo homem - ainda não atingiram o nível do solo. Nessa atmosfera um tanto opaca vão se tornando mais nítidas novas posturas teóricas, aí incluídas atitudes revisionistas que recompõem, em outro patamar, os historiadores e cientistas sociais às suas matrizes teóricas.

Na verdade, muito antes dos mencionados colapsos, já se desenhavam no campo das especulações tentativas de superação daquilo que se pode denominar *paradigma clássico* - racionalista e centrado em grandes fios explicativos. Assim, num primeiro momento, o viés 'semi-racionalista' de Karl Popper, Noam Chomsky, e o irracionalismo inspirado por Friedrich Nietzsche, Martin Heidegger, entre outros, iniciam as críticas ao Iluminismo. Este último, *grosso modo*, alimentado de um lado por Georg Wilhelm Friedrich Hegel, Karl Marx, e de outro por Immanuel Kant.<sup>1</sup> Assim, no século XX temos o desdobramento des-

---

<sup>1</sup> Vide Ciro Flamarion Cardoso, "História e paradigmas rivais". In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Orgs.) **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

sas posturas, o pós-modernismo, que na esteira dos mencionados intelectuais e de outros mais recentes, como Michel Foucault, Gilles Deleuze, Felix Guattari, Jacques Derrida, Paul Ricoeur, anuncia a ‘morte dos centros’ e traz à baila o que teria ficado oculto nos discursos construídos pelo paradigma clássico - este último ‘disse, mas não disse o que deveria ter dito!’ *Voici* a ‘desconstrução’.

Excetuando-se aqueles que querem pôr a todo custo um ponto final na história por dever de ofício, já que nada haveria para *além do capital*, as teorias do oprimido foram despojadas de seu *status* pela própria esquerda, que no mais das vezes adotou uma perspectiva conformista e de resignação, quando não de reencantamento do mundo mediante os valores de mercado - seguindo uma política defensiva e de ‘ampliação de cidadania’. Outros, já mais à direita e descaradamente, passaram a tratar o conceito de ‘cidadania’ sempre subjacente a um outro conceito - o de ‘competitividade’ -, notadamente contribuindo para a complexificação e fragmentação da força de trabalho (e, por extensão, estilhaçando as possibilidades de consenso entre os oprimidos).

O contexto descrito compreende também os teóricos da ‘sociedade sem trabalho’, para quem o ‘mundo do trabalho’ teria perdido sua centralidade enquanto *protoforma* (termo utilizado por Lukács) da sociabilidade.<sup>ii</sup> Entre esses autores, destaco Jürgen Habermas, ao qual farei referências no decorrer deste trabalho, à sua teoria da ação comunicativa. Este autor não se encaixaria propriamente no paradigma pós-moderno, uma vez que lhe é fulcral o conceito de ‘razão’. Sem ela não seria possível uma ação comunicativa atrelada aos interesses de

todos os atores dela participantes, muito menos a possibilidade de consenso fundado na força do melhor argumento - racional, livre das *patologias do mundo vivo*. Além disso, Sérgio Paulo Rouanet mostra ser plenamente possível o revigorecimento de conceitos iluministas a partir da ética discursiva de Habermas<sup>iii</sup> - o que colocaria o último mais próximo do neo-modernismo que do pós-modernismo. Não obstante, Habermas defende que os acentos utópicos se deslocaram do conceito de trabalho para o de comunicação - paradigma da intersubjetividade -, e acredita ter superado as teorias (modernas) baseadas no valor-trabalho - crença compartilhada com alguns intelectuais pós-modernos.

Não há dúvida que os ventos vindos do Leste obrigaram os intelectuais a fazerem uma reavaliação epistemológica de suas matrizes teóricas. No entanto, no momento em que a poeira vai abaixando, constata-se “que o tempo, hoje, é menos o de ausência de paradigmas ou de triunfo de um deles sobre o outro do que de embate entre paradigmas rivais.”<sup>iv</sup> Estes, redutíveis às filiações ‘iluminista’ - partidária da razão, de uma história científica voltada à explicação da realidade social (que existe independentemente do historiador), a partir de fios teóricos amplos - ou ‘pós-moderna’ - avessa aos grandes fios explicativos, micro-analítica, hermenêutica, holonômica. Ainda que aparentemente o pós-modernismo se sobreponha ao paradigma iluminista, deixando-o ‘agonizante’, um olhar mais

---

<sup>ii</sup> Vide ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4<sup>a</sup> ed., São Paulo: Cortez; Campinas, S.P.: Editora da Unicamp, 1997.

<sup>iii</sup> Refiro-me ao ensaio de Rouanet, “Ética discursiva e ética iluminista”. In: ROUANET, Sérgio Paulo, **Mal-estar na modernidade**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>iv</sup> Ronaldo Vainfas, “Caminhos e Descaminhos da História”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Orgs.) Op. cit., 1997, p. 442.

cuidadoso tornaria relativa essa aparência. Acerca desse embate, Ciro Flamarion Cardoso propõe o seguinte diagnóstico:

“...não creio que estejamos obrigados a passar do rigor formal e muitas vezes ilusório do cientificismo para algo tão limitado quanto uma ‘busca interpretativa culturalmente contextualizada’, uma hermenêutica que se esgote em si mesma. As ciências sociais, entre elas a história, não estão condenadas a escolher entre teorias deterministas da estrutura e teorias voluntaristas da consciência, sobretudo considerando tais posturas em suas modalidades unilaterais e polares; nem a passar de uma ciência freqüentemente mal conduzida - comprometida com teorias defeituosas da causação e da determinação e com uma análise estrutural unilateral - às evanescências da ‘desconstrução’ e ao império exclusivo do relativismo e da microanálise.”<sup>v</sup>

O paradigma iluminista amparou as teorias do oprimido, e seu choque contra o irracionalismo continua, embora, como assinalado acima, ocorra em grande medida certa interseção (possível) entre o primeiro e vários elementos do pós-modernismo, com o intuito de superar a consternação - espectros multifacetados. Mas os colapsos do final da década de 1980, de seus ícones subjacentes, pesaram sobre as teorias do oprimido, mais do que sobre o racionalismo de um modo geral. As decorrências da derrocada do Leste Europeu em 1989, com o desmantelamento da URSS, traduziram-se em desconforto e resignação, envolvendo os teóricos de esquerda, notadamente ocupados com temas referentes à opressão. Os elementos mais sacralizados do capital, os ‘inquestionáveis’, *id est*, o mercado, a produtividade, o lucro, a propriedade privada, encontraram solo fértil



para disseminar suas raízes, ganhando *status* de naturais, absolutos, a-históricos - *voici* o ‘fim da história’. Intelectuais, anteriormente de esquerda, converteram sua assimilação teórica, fruto de longos estudos, em *capital cultural*, e ganharam bons empregos em redes de televisão, jornais e em consultorias de mercado; agora podem, finalmente, gozar de conforto material. ‘Ora!’, diriam, ‘mas se nada há para além do capital?’

No presente trabalho, insisto em estudar a história dos oprimidos - o trabalhador rural que se mudou para a cidade e vive nela sua velhice, esforçando-se por lembrar, mas a mercê dos bombardeios ideológicos de uma época resistente a utopias, e que lhe deixou sem armas. Estamos vivendo as decorrências desse processo de aceleração de mudanças ocorrido nas últimas décadas, motivado sobretudo pela disseminação das formas mais recentes do capital, das práticas urbano-industriais, das sociedades de massas consumidoras, cujos impactos vêm em detrimento do tipo de vida desenvolvido desde o final do século XIX pelo colono, meeiro, sitiante etc. Tais mudanças os trouxeram à cidade, ao mesmo tempo em que esta tornava-se espaço de exclusão social.

Para concretizar o intento, no capítulo 1 (*Prolegômenos*) procuro me inserir no debate relacionado à delimitação do tema abordado, e tecer equacionamentos teórico-metodológicos, principalmente no tocante à utilização da história oral. Os conceitos de memória e de identidade serão aqui tratados.

O capítulo 2 (*O êxodo rural e a agroindústria canavieira*) trata da contextualização do período e do tema estudados - situando a região e suas es-

---

<sup>v</sup> Vide Ciro Flamarion Cardoso, “História e paradigmas rivais”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion,

peculiaridades no tocante ao êxodo rural, à história da Usina Nova América relativamente aos reflexos na população rural; numa palavra, as peculiaridades de Tarumã no contexto da penetração do capitalismo no campo<sup>vi</sup>. Aqui aparecerão também alguns elementos suscitados pela análise das leituras que o velho trabalhador migrante tem dessas transformações que se confundem com seu itinerário.

O capítulo 3 (*Os guerreiros sem armas de Tarumã*) tratará mais especificamente da velhice e do envelhecimento, relacionando esses fenômenos (também estudados pela gerontologia/geriatria) tanto às especificidades de como são vivenciados pelo trabalhador rural migrante de Tarumã, a partir das entrevistas feitas com os idosos, quanto ao contexto histórico que amparou novas formas de se tratar a velhice; *id est*, como uma questão social a ser resolvida pelos governos, mormente o comandado por militares e tecnocratas. Foram entrevistados:

- Adonias Gomes de Araújo, 72 anos, 13 fitas gravadas.
- Cleber, 75 anos, 3 fitas gravadas.
- Camila, 84 anos, 8 fitas gravadas.
- Carlos, 68 anos, 4 fitas gravadas.
- Gustavo, 61 anos, 5 fitas gravadas.

---

VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). Op. cit., 1997, p. 23.

<sup>vi</sup> Neste trabalho utilizo o termo *penetração do capitalismo no campo*, o que seria sinônimo de interiorização do capitalismo em diversas regiões do Brasil. Embora se trate de uma expressão muito comum entre os historiadores, quando se referem às últimas quatro décadas de nossa história, há certo incômodo no seu emprego: pressupõe que nas décadas que antecedem o Estatuto da Terra, notadamente, tais localidades não pertenciam ao modelo capitalista, quando na verdade o que ocorrem são ‘remodelações’ compreendidas pela própria lógica do capitalismo, cujo resultado pretendido é a potencialização da capacidade de extração de mais-valia. Entre outras questões, costuma-se negligenciar as articulações entre mais-valia absoluta e relativa. Há autores que tratam mais pormenorizadamente desses nós, *id est*, a produção capitalista de relações não-capitalistas de produção. É o caso de José de Souza Martins. Enfim, utilizo a expressão, mas faço a ressalva: é possível se constatar que o capitalismo penetra no campo não quando ocorre a intensificação do êxodo rural (1960-1980), mas quando se planta o primeiro pé de café.

- Diego, 60 anos, 3 fitas gravadas.

Com exceção de Adonias Gomes de Araújo, cuja história de vida compreendeu uma ativa participação no sindicato dos trabalhadores rurais da região estudada, e que tencionou ter seu nome citado no trabalho, atribuí pseudônimos às outras pessoas entrevistadas. Ocorreram receios que fizeram com que alguns idosos se negassem a ser entrevistados. Ainda assim, o número de pessoas que aceitaram (e aceitariam) narrar suas histórias excederam tanto o necessário quanto minhas expectativas. Durante toda a pesquisa de campo, houve a preocupação em deixar o mais transparente possível os objetivos do trabalho. As desconfianças, no entanto, pautaram-se no medo de serem levantadas críticas à usina local, fato que poderia remoçar as feridas do passado, ou provocar demissões sumárias.

Outros pesquisadores já passaram por Tarumã realizando entrevistas, e teceram críticas à usina. Isso pode realmente trazer problemas para os depoentes, visto que o pesquisador vem e vai; o entrevistado fica. O depoimento é um documento construído a partir da fala de alguém que está vivo - não é um documento 'morto', um pedaço de papel. Se os documentos escritos, quando analisados, já são capazes de fomentar conflitos, os documentos orais potencializam tal possibilidade. Numa sociedade democrática, como se pretende a do Brasil, todos os segmentos sociais devem ter direito a manifestar suas visões de mundo sem nenhuma forma de censura ou intimidação, mas Dom Quixote é só um persona-

gem da ficção. Para evitar represálias ou qualquer tipo de transtorno, preferi manter a maior parte dos *colaboradores* no anonimato.<sup>vii</sup>

---

<sup>vii</sup> Para qualquer efeito, sou responsável direto pelo que está escrito neste trabalho, pelas críticas que possam aparecer. Ademais, não vejo o por que se suscitar algum ‘alvorço’. O sagrado crescimento do capital está garantido também pelos que o defendem como dever de ofício. Além de ser esse o caso da maioria, as universidades fazem convênios com empresas, e essas podem financiar estudos históricos (ora, já não têm feito isso?) - há muitas *verves* historiográficas, inclusive as que se ocupam da ‘sucessão dos sucessos conseguidos sucessivamente’. Talvez, num futuro próximo, algumas vertentes historiográficas tenham que migrar para a arte, como os trabalhadores rurais migraram para as cidades. A arte pode ser um bom ‘espaço’ para espreitas subversivas, mediante a enxurrada neoliberal dessas últimas décadas.

# CAPÍTULO 1

## PROLEGÔMENOS

### 1.1. MEMÓRIA E VELHICE

Existem estudos preocupados com o processo de transformação da sociedade brasileira envolvendo os trabalhadores rurais, cujas decorrências se relacionam à sua metamorfose para trabalhadores urbanos, ou *rurbanos*<sup>1</sup>. Neste trabalho, proponho como objeto de pesquisa uma reflexão acerca de três elementos essenciais nesse processo. Interesse-me pela interseção entre eles, a saber: a memória<sup>2</sup> do trabalhador, sua migração para a cidade e sua velhice.

Para concretização do trabalho, utilizo-me da *história oral de vida* como recurso para ter em conta tais elementos. Mais especificamente, existe uma variação nessa modalidade da história oral chamada *narrativa biográfica*, que permite cuidar-se “*mais do roteiro cronológico e factual das pessoas, aliado a particularidades que remetem a acontecimentos julgados importantes.*”<sup>3</sup>

Numa entrevista, as perguntas sempre acabam sendo necessárias. Levando-se isso em conta, elas foram tecidas com o objetivo de deixar à vontade o *colaborador* para narrar seu itinerário, sua história de vida. Não obstante,

---

<sup>1</sup> Variação do termo *bóia-fria* - trabalhadores rurais que moram geralmente na periferia das cidades.

<sup>2</sup> Os mais recentes estudos apontam para importantes distinções entre memória e história oral. Como faço uso da história oral neste trabalho, sou motivado por essas conquistas historiográficas a procurar equacionar seus liames com a memória. Parece-me, todavia, salutar continuar falando de memória, ainda que haja esses liames.

em certos momentos, quando oportuno, faziam referências relacionadas às seguintes questões (de suma importância para a pesquisa): motivação para a mudança do campo para a cidade, a chegada no lugar de destino, como se deu a adaptação, e as noções do *colaborador* naquilo que toca a velhice.

Memória, velhice e êxodo rural são elementos que se articulam num contexto de uma sociedade industrial que se expande. O Brasil se contextualiza numa organização social e material que tem sua origem além de suas fronteiras. Essa organização traz no seu seio elementos tais como o consumismo, o racionalismo instrumental, a busca do lucro, as relações de troca baseadas na compra e na venda. Produto de uma classe social que potencializou sua capacidade empreendedora - a burguesia - gerando potentes forças produtivas que revolucionaram, num âmbito mundial, ao longo de alguns séculos, as relações humanas, o sistema capitalista impõe seu “totem” - a mercadoria.

Tudo isso equacionado dá uma dimensão bastante particular da velhice, sobretudo o idoso que não mais tem que sua força de trabalho para vender. Afora a atualidade ou não do estudo de Simone de Beauvoir sobre a velhice, de sua linha existencialista ultrapassada, e do fato dessa autora incorrer no tratamento da velhice como sinônimo de fatalidade, considero fecundas suas palavras:

“...como deveria ser uma sociedade, para que, em sua velhice, um homem permanecesse um homem?”

A resposta é simples: seria preciso que ele fosse sempre tratado como homem. Pela sorte que destina a seus membros inativos, a sociedade desmascara-se; ela sempre os considerou como material. Confessa que, para ela, só o

---

<sup>3</sup> MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996, p. 36.

lucro conta, e que seu ‘humanismo’ é pura fachada. No século XIX, as classes dominantes associavam explicitamente o proletariado à barbárie. As lutas operárias conseguiram integrá-lo à humanidade. Mas apenas enquanto ele é produtivo. Quando os trabalhadores envelhecem, a sociedade afasta-se deles, como de uma espécie estranha.”<sup>4</sup>

Certamente, a acumulação de capital é um dos temas que mais se levou à exaustão pelos historiadores. Inserem-se aí os historiadores brasileiros falando do Brasil e das particularidades do avanço do capitalismo em suas fronteiras. Não obstante, à guisa de prolegômenos, ainda não entrando no mérito da história oral e de seu potencial metodológico, e sim citando um documento escrito (e oficial), este permite ter em conta alguns dos aspectos mais importantes da peculiaridade brasileira no tocante à ‘chamada acumulação primitiva de capital’:

“Esse formidável assalto á floresta tem dous batedores originaes: o “bugreiro” e o “grilleiro”. Um e outro se completam e são criações desse mesmo espirito de conquista a todo transe, que caracteriza a nossa moderna expansão para o oeste. O bugreiro surge nas zonas de atrito do civilizado com a nossa selvageria remanescente: no Paraná, em Santa Catharina e, principalmente, no Parapanema e no traçado da Noroeste. É um descendente degenerado do primitivo mameluco das bandeiras: tem a deshumanidade e a ferocidade deste, mas não a bravura cavalheiresca e a impetuosidade bellicosa. É traiçoeiro, subrepticio, colleante, friamente perverso. Está mais bem armado do que o seu ancestral de ha trezentos annos, mas não ataca o inimigo ao trem da guerra: é sobre as cabildas adormecidas, na tranquillidade das altas madrugadas, que elle e a sua malta despejam as cargas rolantes das suas carabinas dizimadoras. O mameluco antigo assalta para escravizar; o de hoje, mais cruel

---

<sup>4</sup> BEAUVOIR, S. de. **A velhice**. Trad. Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fron-

e positivo, é meramente exterminador: varre e limpa a floresta tropical da sua sevandijaria americana. É que atrás delle vem o paulista moderno, tão ambicioso, como o antigo e como este tenaz, arrastando a sua ruidosa e galharda “bandeira” de colonos italianos. O bugreiro é apenas o sapador temerario desse exercito pacifico de colonizadores incomparaveis.”<sup>5</sup>

O discurso desse documento de 1922, do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, mostra bem o interesse do Estado brasileiro em trazer imigrantes para não só povoar, mas inaugurar uma nova configuração social. Numma época em que as elites podiam ser mais sinceras no ato de escrever, uma vez que a esmagadora maioria da população era constituída de analfabetos, evidenciavam-se os ícones ligados à ocupação da terra. É através da invasão das terras pelo bugreiro, o grileiro, açambarcador de terras, elogiados pelo Estado, que se alargam as fronteiras, expulsando os nômades, os índios, para preparar a apropriação da terra e posteriormente virem acompanhados dos colonos. Sem grileiros, pessoas que a recebem do Estado, colonos, etc., a terra seria mantida como um tesouro infecundo nas mãos de índios ou de latifundiários que não a exploravam para além da subsistência.

De minha parte, considero estéril analisar o êxodo rural e as metamorfoses do trabalhador rural sem ao menos considerar esse viés potencial, *id est*, a relação dos atores - cujas ações se ligaram às transformações profundas que

---

teira, 1990, pp. 663-4.

<sup>5</sup> **Recenseamento do Brasil** (1<sup>o</sup> de setembro de 1920). Vol. 1 - Introdução - Aspecto físico do Brasil - Geologia, flora e fauna - Evolução do povo brasileiro - Histórico dos Inquéritos demográficos, Ministério da Agricultura, Indústria e comércio (Diretoria Geral de Estatística), Rio de Janeiro: Typ. Da Estatística, 1922, pp. 307-308. Apud. DOIN, José Evaldo de Mello, - A régua e o compasso nas terras do café: a *haussmannização* das cidades do interior paulista na república velha. *Anais do XI Encontro Regional de História da ANPUH – MG. “História e exclusão social”*, Universidade Federal de Uberlândia, julho/1997.



ocorrerem no campo - com o Estado brasileiro, relações estas que têm sua origem em épocas anteriores ao êxodo rural aqui analisado. As mudanças guardam uma trajetória rumo à instauração de uma nova ordem social.<sup>6</sup> Assim como permitem afirmar que a acumulação primitiva do capital não é algo exclusivo do início do capitalismo no ocidente europeu, ou seja, a partir dos primeiros séculos do presente milênio - decorrência essa analisada exaustivamente por Karl Marx. Trata-se de um processo dinâmico e aberto, que diz respeito a outros tempos e espaços; é uma possibilidade imanente às relações sociais.

Em linhas gerais no Brasil, e especialmente em Vila Lex - atual Tarumã -, no contexto da colonização do oeste paulista, por paradoxal que possa parecer, são sobretudo coronéis os agentes da modernidade, instauradores de novas configurações sociais, potencializadores do progresso e do desenvolvimento sociais. E, a despeito de todos os ícones que por diversas vezes os cercaram, de retrógrados, obsoletos, diversas vezes tomados como empecilhos ao progresso, tanto nas teorias sociais quanto na literatura, desencadearam, transformando o verossímil em fato, um dinâmico processo de acumulação de capital - do qual o êxodo rural vivido pelos velhos trabalhadores rurais é uma, senão a maior, de suas expressões.

---

<sup>6</sup> Há uma desconfiança, comum entre os historiadores, que diz respeito às tentativas de se tratar a história de maneira teleológica, a considerar que não se pode entendê-la como um processo seqüencial que necessariamente cumpriu (e cumprirá) etapas de uma trajetória definida *a priori*. Assim, deve-se considerar que a partir do momento em que são tecidas as ações, suas decorrências serão irreversíveis e imprevisíveis, como afirmava Hannah Arendt. Não obstante, os atores sociais, quando agem, fazem-no de forma teleológica; eles visam a interesses, sejam esses de transformações, sejam de permanências, ou ainda, de transformações que garantem permanências. Sua época lhes fornecerá o leque de possibilidades que dará amparo às suas ações. O olhar do historiador é retrospectivo; deve estar atento tanto às possibilidades que se realizaram quanto às que não tiveram êxito no plano da concretização.

Não obstante, é o velho trabalhador rural migrante que mais interessa à atual pesquisa. É a sua leitura (vivência) dessas transformações que pretendo ter em conta. Ainda que outras vozes devam ser analisadas<sup>7</sup>, é esse idoso em particular que convido a colaborar, através de sua capacidade de se ver de fora e de dentro - e ao qual volto a análise.

O historiador posta-se de forma retrospectiva em relação aos fenômenos humanos que busca apreender. O êxodo rural é um fenômeno passível de ser visto de fora e de dentro. Os depoentes desse estudo viveram o êxodo rural de dentro. Ao chegarem na velhice, integram-se numa complexa composição de realidade presente, trazendo na “bagagem” a experiência vivenciada no passado, na qual está incluída a saída do campo para a cidade, as mudanças nas suas formas de sobrevivência, acontecimentos longínquos e próximos no tempo, antigos e novos valores, antigas e novas solidariedades, transformações nas formas de vivenciar seus sentimentos; enfim, sua história de vida, vista de dentro.

O olhar retrospectivo do historiador busca apreender as transformações sociais de um ponto de vista interpretativo, visto de fora. Recorre então aos documentos escritos, jornais, registros, discursos, recenseamentos gerais, etc., bem como as teorias que interpretam o assunto. Porém, existe uma outra visão de

---

<sup>7</sup> O Projeto “Fontes para a História de Tarumã”, engendrado conjuntamente pela Unesp-Assis e pela recém formada Prefeitura de Tarumã, do qual participei como estagiário quando era aluno de graduação em História, entre 1994 e 1995, na Faculdade de Ciências e Letras de Assis, serviu de base para a publicação de um livro de memórias, relacionado ao casal de usineiros - família Rezende Barbosa. A publicação do livro se deu em 1998, e foi catalogado pela Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras de Assis (Unesp): BARBOSA, Maria Angélica Dias de Rezende. **À procura de novas terras** - Memórias de uma família brasileira (1947-1997), São Paulo: Arte & Ciência, 1998. Incluir neste trabalho a análise desse livro de memórias tem várias vantagens. A mais importante é não limitar o estudo a *dar voz aos vencidos*, silenciando outras vozes. Para além

fora com a qual conto para a realização do presente estudo. Trata-se da fonte primordial dessa investigação. O ser humano tem a capacidade de se perceber de fora; transcender-se a si mesmo, juntar os fragmentos e reconstruir sua história passada.

Nesse sentido, também o velho trabalhador rural que foi para a cidade interpreta sua própria história; através da lembrança, não obstante tendo-a visto de dentro. Essa contribuição definitiva procurei traduzir a partir dos resultados do trabalho de campo - em que fiz uso da história oral - para cruzá-los com os dados informativos.

Digo inicialmente que a capacidade de se ver de fora do velho trabalhador que viveu o êxodo rural tem como base sua memória, suas lembranças. Ao chegar na velhice, viveu de dentro todas essas transformações as quais tento captar, enquanto historiador, de fora - as transformações históricas que tento compreender acompanharam a vida dos colaboradores desse estudo.

Estas são, em suas linhas gerais, as peculiaridades que identificam uma *comunidade de destino*, passível de se constituir numa *rede de entrevistados*. Os velhos trabalhadores rurais que viveram o êxodo rural, principalmente a partir das fortes transformações históricas das décadas de 1960 e 1970, e que passaram a morar em Tarumã, constituem-se enquanto uma *colônia*. Ter em conta a forma própria dessa colônia em perceber tais transformações é o objetivo fundamental deste trabalho. O pivô de transformações que marcaram a região estudada foi a UNA (Usina Nova América), sendo que os entrevistados tiveram alguma

---

da dicotomia *vencedor/vencido*, há possibilidades de 'cruzamentos de vozes' que mostram, entre

relação com essa empresa - outra peculiaridade. O comportamento amplo que identifica essa colônia relaciona-se a um tipo de trabalhador que era, a um só tempo, nas fazendas de café ou algodão, assalariado, produtor de sua subsistência e de mercadorias agrícolas, portanto negociante dessas mercadorias, além de consumidor, e tornou-se apenas assalariado, morando em Tarumã (outra especificidade - a ligação dessa cidade com a usina de açúcar e de álcool - UNA).

Como subdivisão da colônia, estabeleci a *rede* de entrevistados a partir do critério da idade – de 60 anos para cima. As duas primeiras pessoas entrevistadas (Adonias e Camila) eram participantes do Projeto Renascer, que em Tarumã recebe o apoio da Secretaria da Ação Social. Preferi que, a partir dos primeiros entrevistados, estes indicassem outros, fato que ocorreu (Carlos e Gustavo). Ocorreu também que duas pessoas não indicadas (Cleber e Diego) se interessaram em participar<sup>8</sup>. Como Tarumã é uma cidade de pequenas dimensões, não foi difícil divulgar o trabalho, e encontrar pessoas interessadas em narrar sua história<sup>9</sup>. Velhos trabalhadores que viveram o êxodo rural não constituem raridade nessa região. Posso dizer que o número de pessoas interessadas em colaborar excederam minhas expectativas. Não obstante, não existiu a necessidade de realizar muitas entrevistas, pois poderia inviabilizar o trabalho, devido a repetições excessivas dos temas abordados. Além disso, a forma adotada para interpretação dos

---

vários elementos, nem sempre haver a ‘esperada’ contrariedade entre elas.

<sup>8</sup> Reservo-me o direito de utilizar nomes fictícios para proteger as pessoas entrevistadas de quaisquer transtornos.

<sup>9</sup> Gostaria de agradecer a Secretaria Municipal da Ação Social de Tarumã, especialmente a Secretária Municipal da Ação Social, professora Iacy Guedes Ribeiro, que me recebeu muito bem na cidade, compreendendo a necessidade de desenvolver este trabalho, e inicialmente me auxiliando no objetivo de encontrar pessoas interessadas em colaborar na pesquisa, narrando suas histórias de vida.

depoimentos colhidos inclui a análise de unidades e dimensões de sentido, que aparecem nas entrevistas, e que permitem a construção de quadros narrativos que dispensam um número excessivo de *colaboradores*.

O sentido ético que marca a importância deste trabalho é a tematização pública desse segmento social, marginalizado em nossa sociedade; é trazer à tona sua própria forma de entender as metamorfoses pelas quais passaram.

Em relação aos depoimentos colhidos, receberam o seguinte tratamento: *transcrição absoluta, textualização, transcrição*. Esses procedimentos da história oral são sistematizados sobretudo por José Carlos S. Bom Meihy, em seu *Manual de História Oral*. Sua sistematização é tecida de maneira a oferecer uma considerável multiplicidade de usos para a história oral. Porém, utilizo seus principais procedimentos com outra perspectiva de análise. Prefiro não prescindir da atividade crítica em relação a todos os produtos da pesquisa, inclusive os depoimentos, não limitando o estudo à textualização.

Na textualização, opto por estabelecer as expressões básicas das histórias e do *tom vital*, a partir da análise das unidades de sentido, e do sentido total. Assim acredito ir além daquela postura defendida em história oral, onde o historiador faz a vez de um ‘andaime’ para melhoria do texto transcrito, dispensando a análise.<sup>10</sup> A transcrição inclui as correções gramaticais; um texto em condições de apresentação pública. A preocupação recai no sentido que o narrador

---

<sup>10</sup> A história oral abarca formas diversificadas em seu uso. Concordo que se pode trazer a público um texto trabalhado, onde aparecem as interferências do autor em seu intento de melhorar o texto, e que isso seja uma das posturas mais importantes da *moderna história oral*. Ao longo do trabalho,

quis dar às suas palavras e, nesta etapa, não na transcrição palavra por palavra. Igualmente, aqui há a preocupação em deixar indicada a ‘música’ da narração.

“Editar uma entrevista equivale a tirar os andaimes de uma construção quando esta fica pronta. Com isto, a primeira tradição quebrada é a do mito de que a transcrição de palavra por palavra corresponderia à realidade da narrativa. Porque uma gravação não abriga lágrimas, pausas significativas, gestos, o contexto do ambiente, é impossível pensar que a mera transcrição traduza tudo que se passou na situação do encontro. Além do mais, há as entonações e as palavras de duplo sentido.”<sup>11</sup>

Não obstante, quando em benefício da musicalidade das palavras, do modo de expressão do velho trabalhador rural, mantive alguns erros gramaticais menores. As correções foram feitas sem prejuízo do sentido pretendido pelo narrador. No tocante às dimensões que aparecem nos depoimentos estas dizem respeito a um conjunto de unidades de sentido, congregadas em torno de uma idéia ou conceito principal, e que auxiliam no entendimento do universo sócio-cultural do narrador. Desta feita, os depoimentos não serão apresentados em sua totalidade, mas em quadros narrativos que trazem à baila tais dimensões. Os depoimentos são o principal documento a ser analisado nesta investigação, mas não o único. As dimensões permitem o cruzamento dos dados das entrevistas com as outras documentações levantadas.

Basicamente, a bibliografia que trata do êxodo rural em Tarumã o faz de forma indireta. Destaco o trabalho de Vinícios Caldeira Brant escrito na

---

aparecerá mais nitidamente a forma como me utilizo da história oral. Desde já, assumo que o intento aqui é apresentar um texto trabalhado, mas também a análise do material.

<sup>11</sup> MEIHY, J. C. S. Op. cit., 1996, p. 58.

década de 1970, que centra sua análise na transição do colono ao bóia-fria por toda a Alta Sorocabana de Assis<sup>12</sup>, e não especificamente em Tarumã. Aprofunda os estudos anteriores de Geraldo Müller e Brandão Lopes, trabalhos discutidos no CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). Há a dissertação de mestrado de Jozimar Paez de Almeida que trata do êxodo rural apenas de forma indireta, pois sua preocupação se vincula às relações entre História e Ecologia, no contexto da Agroindústria capitalista - a UNA. Na época em que realizou seu estudo, Tarumã ainda era Distrito de Assis, e os tributos dessa usina endereçavam-se ao município<sup>13</sup>. Posteriormente, em 1990, Leonardo Colosso dava término à sua dissertação de mestrado, tendo como tema o bóia-fria, num estudo de caso que também envolvia a referida usina.<sup>14</sup>

Todos esses autores tratam do êxodo rural, em Assis e na região; Brant até meados da década de 70, e Almeida e Colosso, nos anos 80 também. Suas contribuições são muito úteis, sobretudo no tocante à penetração do capitalismo no campo na região. Porém, a história de vida dos sujeitos do presente estudo se vincula mais especificamente à Tarumã e suas peculiaridades; essas, a partir da década de 1940 bastante vinculadas aos “caminhos” e “descaminhos” da referida usina. Além disso, não analiso os trabalhadores “rurbanos” em específico, mas a memória (por intermédio da história oral) de velhos trabalhadores que foram do campo para a cidade e o contexto histórico que os amparou.

---

<sup>12</sup> BRANT, V. C. “Do colono ao bóia-fria: transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis. Estudos **CEBRAP**, São Paulo: Brasiliense, (19): 37-91, Jan./fev./mar., 1977.

<sup>13</sup> ALMEIDA, J. P. de- **A Extinção do Arco-Íris**: A Agroindústria e o eco-histórico. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências e Letras de Assis -Unesp, 1987. Tese nº 285.

No tocante aos outros elementos da interseção, *memória* e *velhice*, esses são, antes de tudo, termos fugidios à análise; em especial o termo *memória* é sobretudo plástico, carecendo de precisão conceitual. Num primeiro momento, tais elementos são mais apropriados à área de psicologia social, e menos à história<sup>15</sup>. Não obstante, ambos guardam fortes relações com o tempo, com o que já ocorreu e é irreversível.

A memória evoca o passado, procurando reter o vivenciado - carregado de significado - do tempo que se foi, lutando por não perdê-lo definitivamente. A memória é introspectiva, vista *de dentro* - percepção primeira do indivíduo acerca do diferencial passado/presente/futuro. Mas é também coletiva e social, encontrando ressonâncias nos diferentes grupos humanos, quando de sua partilha - atrela-se à *identidade* de cada pessoa, às suas raízes, aos seus “tesouros do passado”.

Memória são lembranças, também dependentes do estado físico e clínico daquele que lembra. A memória é mutável, variando no suceder-se de tempos e espaços. Os velhos são guerreiros porque lembram, numa batalha pela

---

<sup>14</sup> COLOSSO, L. - **Bóia-Fria da Silva** - Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Unesp, 1990, Tese nº 513.

<sup>15</sup> A moderna história oral duvida acertadamente da capacidade do *oralista* em cavar camadas profundas da memória de um indivíduo, devido ao seu despreparo em desenvolver técnicas eficazes de estímulos às lembranças (hipnose, livres associações, terapia, e até uso de drogas). Os psicólogos são os mais indicados para colher lembranças de velhos. Apesar da interdisciplinaridade decorrente do uso da história oral, deve-se levar em conta que, em última instância, o profissional mais qualificado para analisar a relação do depoente com suas lembranças é o psicólogo, e não o historiador. A esse último, cabe-lhe se aproximar da maiêutica socrática, como ‘parceiro de lembranças’, porém assumindo que a memória faz parte da história, mas não se confunde com ela. O produto do trabalho do historiador deve ser o registro da experiência vivencial e de informações para a feitura de um tipo particular de documento, cuja relevância está em trazer à baila novos elementos para a leitura da sociedade - a contar que todos os agentes sociais têm história.



presentificação de imagens e significados, de tesouros passados passíveis de se perderem. Esforçam-se por lembrar, temerosos, uma vez que podem se tornar, a qualquer momento, vítimas de perturbações que os levem à amnésia - e os façam perder sua relação com o passado, distante, ausente.

Por dizer respeito ao passado, sendo este um campo de luta para legitimações do presente e projeções de futuro, a memória é passível de atribuições. Portanto, é um campo fértil e propício a manipulações, ações estratégicas, incorporando em si mesma o esquecimento. Em outras palavras, por ser suporte fundante de *identidade* - grosso modo, pano de fundo de um sentimento de pertença, proximidade, empatia -, a memória é suscetível às construções de imagens; estas, sempre em acordo ou desacordo com determinado referencial de sociedade desejada ou indesejada.

No tocante às transformações vivenciadas pelos trabalhadores rurais, não poucas vezes uma tal conjectura se tornou fato. Em contextos de profundas transformações sociais, diferentes atores históricos se inserem em estratégicas tentativas de construir imagens que se acercam ao trabalhador do campo. Desta feita, salta em evidência o referencial de sociedade desejada:

“...quando os cafeicultores do Oeste paulista que tinham fomentado a industrialização se vêem ameaçados pela mesma - agora predominantemente nas mãos de imigrantes: Matarazzo, Gamba, Crespi, Diederichsen, Lundgren, Klabin etc. -, dizem-se caboclos, caipiras e alçam o matuto à condição de símbolo da resistência. Resistência do campo, dos cafeicultores à cidade, à

industrialização. Desse modo, o caipira é visto, à sua revelia, como portador de todos os valores referentes à terra.”<sup>16</sup>

Daí porque a memória pessoal (inclusive a de velhos trabalhadores rurais, quando compartilham das mesmas representações) pode servir a ideologias, mitos, tradições inquestionadas, preconceitos.

Também o termo *velhice* envolve dificuldades. Em primeiro lugar porque a palavra *velho* é comumente tomada de forma pejorativa, como algo obsoleto, antiquado, fora de moda, expressando desprestígio e desrespeito. Daí decorre um procedimento: tem-se operado a substituição do termo *velho* por *idoso*, assim como no tocante à fase da *velhice*, essa passa a ser denominada *terceira idade* ou, mais recentemente, *maturidade*. Quando não, geralmente se encontra referências em jornais e outros documentos que incluem nomes e idades, omitindo quaisquer dos termos acima. Além disso, o envelhecimento é um processo heterogêneo, complexo, variável de um indivíduo para outro, fugidio portanto, e que envolve variáveis históricas e culturais, além, é claro, de fatores biológicos, psicológicos, sociais, etc.

Considero que tanto *memória* quanto *velhice* estão relacionadas ao tempo; e não a um tempo qualquer. Sim ao tempo em que se processaram os acontecimentos analisados nessa investigação. Até o final deste trabalho, minhas investidas se pautarão na análise das histórias de vida dos velhos trabalhadores que viveram o êxodo rural, buscando compreender, através de depoimentos orais trabalhados segundo os procedimentos da história oral, as principais implicações

---

<sup>16</sup> YATSUDA, E. “O caipira e os outros”, In: BOSI, Alfredo. **Cultura Brasileira**: temas e situa-

das transformações históricas por eles vistas *de dentro* - passado vivenciado que se conseguiu reter através da memória - e *de fora* - evocação do passado no presente, possível através das lembranças suscitadas -, na tentativa de captar a leitura que fazem de seu itinerário - do campo para a cidade -, de sua velhice, dos choques culturais sofridos.

## 1.2. MEMÓRIA E HISTÓRIA ORAL

Recorri à memória de velhos trabalhadores rurais como possuidores de uma memória social, uma vez que é formada a partir de interações do indivíduo com os outros. Cabe, no entanto, observar que, apesar do cunho social da memória, e também da velhice, considero que tanto uma quanto outra são, em última instância, objetos do crivo idiossincrático do narrador (*colaborador*), daquele que reteve e que agora evoca o passado.

A partir desse intento, construí documentos para a presente pesquisa a partir das entrevistas com os *colaboradores*. Documentos são versões do passado, e nesse sentido, não há grandes diferenças entre os documentos escritos e as fontes orais. Igualmente importante é o questionamento dos limites do historiador que, ao utilizar a história oral, não está habilitado a compreender completamente os porquês do que ficou ou deixou de ficar retido na memória dos depoentes. O historiador apenas deve se ater à história oral de vida dos depoentes, para compreender como esses indivíduos se inserem no contexto de transformações sociais que viveram, a partir do equacionamento dos significados, leituras, idéias, relevadas pelos entrevistados.

Digo inicialmente que a sociedade industrial expropria dos velhos trabalhadores o ‘saber fazer’. Não mais vistos como fonte de conhecimento, experiência, saber, são colocados à parte. A fonte a ser privilegiada na sociedade capitalista é a técnica, a ciência produzida pelas classes dominantes, a partir de uma racionalidade instrumental - que ignora outras formas de saber consideradas

inferiores -, e essa fonte está numa seção, num departamento, específico, no interior da indústria ou numa outra empresa que lhe presta consultoria.

Crivada de desigualdades, a sociedade industrial é desumana com a velhice, sendo no entanto o velho trabalhador rural que foi para a cidade ainda mais castigado, na medida em que seu ‘saber fazer’ não é buscado pelos mais jovens, por ser de um “mundo” que não existe mais. Com o definhamento biológico, tem uma sensação de que não está mais apto para o trabalho, mas procura atividades que possa executar, muitas vezes enquadrado em limites implacáveis; alguns dos colaboradores continuam trabalhando com a terra nos arrabaldes de Tarumã, mesmo aposentados. Percebe-se que tal não se deve apenas à necessidade de um complemento salarial. No mais das vezes, o idoso nem é procurado pelos mais jovens. Então lança seu olhar para o infinito, evoca seu passado, vasculha sua memória, permeada por este presente que lhe põe à margem, como que buscando nesse passado a essência da sua vida.

As próximas linhas referem-se ao intento de me adentrar nessa floresta densa - equacionar questões relativas à *memória* e à *identidade*; de que memória estou falando; as implicações do uso da história oral; sua relação com a memória dos velhos trabalhadores rurais. Enfim, melhor explicitar os critérios metodológicos deste trabalho.

Desta feita, poderei ‘mergulhar’ nas narrativas dos depoentes da pesquisa, e a partir desse intento, analisar sua inserção nos inúmeros fatos novos que marcaram seu itinerário do campo para Tarumã, e como leram a modernização social, no claro-escuro de sua memória pessoal e coletiva.

*Urano - personificação do céu estrelado -, filho de Géia - a Terra -, uniu-se à sua mãe, e dessa união nasceram seis Titãs e seis Titânidas, entre as quais Mnemósina, seguidos dos Cíclopes e Hecatônquiros - seres de cem braços. Mnemósina, personificação da memória, uniu-se, durante nove noites, a Zeus - o deus supremo. Zeus partilhou do leito de Mnemósina a pedido dos deuses olímpicos, que desejaram a criação de divindades capazes de cantar sua vitória, comandada pelo próprio Zeus, sobre os Titãs, expulsos do céu. Mnemósina deu à luz nove filhas - as Musas -, deusas da inspiração poética, e que presidem o pensamento em todas as suas formas: eloquência, persuasão, sabedoria, história, matemática e astronomia.*<sup>1</sup>

Nessa “vasta mitologia da reminiscência”, enquanto identidade sobrenatural, divinizada, a deusa Memória dava aos poetas, adivinhos, o poder da volta ao passado para que este fosse lembrado à coletividade. Inspirados por Mnemósina, as obras dos poetas, artistas e historiadores que contassem as ações, palavras, gestos, investidas, até a fisionomia de mortais, podiam atribuir-lhes imortalidade, tornando-os memoráveis. Mnemósina “*lembra aos homens a recordação dos heróis e dos seus altos feitos, preside a poesia lírica. O poeta é pois um homem possuído pela memória, o aedo é um adivinho do passado, como o adivinho o é do futuro. É a testemunha inspirada dos ‘tempos antigos’, da idade heróica e, por isso, da idade das origens.*”<sup>2</sup>

<sup>1</sup> GUIMARÃES, Ruth. **Dicionário da Mitologia Grega**. São Paulo: Cultrix, 1989.

<sup>2</sup> LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão (et. al.) 3ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p. 438.

Heterogênea no seu uso conceitual, e abarcando várias ‘modalidades’ para seu emprego, à memória ligam-se formas de aquisição e transmissão de conhecimentos, técnicas de memorização (mnemotécnicas), enquanto capacidade do sujeito do conhecimento. Elementos esses presentes de maneira variável em diferentes sociedades e culturas, mas atrelados à consciência individual e coletiva. Há outras memórias, como o código genético, onde cada espécie tem retida as informações básicas que permitem sua reprodução, além daquela memória gravada a partir do uso de máquinas (computadores, fitas cassete etc.). Em diferentes épocas, as formas variadas como se articulam entre si os distintos tipos de memória (alguns deles bem recentes) trazem à baila as configurações de diversas sociedades, culturas. Assim, Vernant permite-se generalizar: “*Nas diversas épocas e nas diversas culturas, há solidariedade entre as técnicas de rememoração praticadas, a organização interna da função, o seu lugar no sistema do eu e a imagem que os homens fazem da memória.*”<sup>3</sup>

Tanto mais não seja, se se quer negar que essa ‘solidariedade’ e ‘organização’ não venham acompanhadas de conflitos que envolvem grupos humanos, na sua luta pelo poder e/ou pela vida, e à qual se ligam determinadas configurações de uso de memórias individuais e coletivas, e o valor a elas atribuído. No esteio dessa ‘organização’ e de seus conflitos subjacentes, atrelar-se-á um elemento essencial da memória - a *identidade*. O que significa dizer: sendo a identidade uma referência essencial às pessoas na vida em sociedade, ao mesmo tempo em que estas se apegam a certos ‘tesouros do passado’, dos quais a memória é

---

<sup>3</sup> VERNANT, J. P. **Mythe et pensée chez les Grecs**. Études de psychologie historique, Maspero,

depositária, não se pode esperar univocidade e estabilidade - o passado continua sendo um campo de luta. Remetendo-nos aos tempos mais contemporâneos:

“A evolução das sociedades na segunda metade do século XX clarifica a importância do papel que a memória coletiva desempenha. Exorbitando a história como ciência e como culto público, ao mesmo tempo a montante enquanto reservatório (móvel) da história, rico em arquivos e em documentos/monumentos, e a aval, eco sonoro (e vivo) do trabalho histórico, a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção.”<sup>4</sup>

Isso posto, se em outras sociedades o velho era respeitado como ‘guardião do passado’, como aquele que tem a capacidade de compreender toda uma vida, tirando de sua experiência o dom do conselho, numa sociedade industrializada, o velho (e sua memória) pode aparecer como dispensável, ou ainda como empecilho ao ‘moderno’, à ‘última moda’. A não ser que adote novos paradigmas - condizentes com os ícones de uma sociedade que, entre outras características, não produz objetos biográficos, pois nesse caso se correria o risco de emperrar a produção.

Ao mesmo tempo, índices estatísticos apontam para um aumento percentual das populações de maior idade, e há diversas tentativas (algumas bem sucedidas) de se prolongar a longevidade dos seres humanos. Tais fatos trazem impactos tanto a certas representações do que seja a velhice, quanto ao valor atri-

---

Paris, 1965, p. 51. Apud LE GOFF, J. Op. cit., 1994, p. 438.

<sup>4</sup> LE GOFF, Jacques. Op. cit., 1994, p. 475.



buído à memória dos velhos. Isso sem contar que os antagonismos e desigualdades sociais derramam seu revestimento por todos os ‘grupos de idade’; daí a velhice ser uma ocasião ‘privilegiada’ para tornar mais nítidos os contornos desses antagonismos. Nesse sentido, *memória* e *identidade* são elementos mais dinâmicos, históricos, do que possam parecer.

Para Michel Maffesoli, a *identidade* não diz respeito a uma tal dinâmica ou fluidez. Para este autor, nas sociedades de massas, o individualismo burguês e, por conseguinte, seu elemento subjacente, a *identidade*, estariam em franco declínio.<sup>5</sup> Entendendo a identidade como elemento estanque, relaciona a cultura tribal das sociedades de massas, pautada nas emoções características da vida cotidiana e ‘banal’, a um processo que levaria da *identidade* à *identificação* - esta última sim, fluida, dinâmica:

“...no decorrer de uma mesma existência, cada um muda diversas vezes. Variações, modificações, conversões, revoluções, inúmeros são os termos que traduzem essas mudanças. E elas afetam sua aparência física, de início, mas também suas representações, suas relações amicais ou amorosas, sem falar de sua vida profissional. Quando empregamos uma expressão comum do tipo ‘fulano não é mais o que era’, aonde foi o conceito de identidade? Do outro lado, num tempo ‘x’ de sua existência, esse mesmo indivíduo é raramente homogêneo a si próprio. Para um será de um modo público que desempenha-

---

<sup>5</sup> “As massas, ou o povo, diferentemente de proletariado ou de outras classes, não se apóiam numa lógica da identidade. Sem um fim preciso, elas não são os sujeitos de uma história em marcha. A metáfora da tribo, por sua vez, permite dar conta do processo de desindividualização, da saturação da *função* que lhe é inerente, e da valorização do *papel* que cada pessoa (*persona*) é chamada a representar dentro dela. Claro está que, como as massas em permanente agitação, as tribos, que nelas se cristalizam, tampouco são estáveis. As pessoas que compõem essas tribos podem evoluir de uma para a outra.” (MAFFESOLI, M. **O tempo das tribos**. O declínio do individualismo nas sociedades de massa. Apresentação de Luiz Felipe Baêta Neves, Tradução de Maria de Lourdes Menezes, Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987. pp. 8-9).

rá uma multiplicidade de personagens, segundo os lugares, as ocupações, a vizinhança do momento. Para o outro, será de modo secreto ou dissimulado que ele efetuará a mesma mudança de pele.”<sup>6</sup>

Maffesoli, para dar conta das complexas relações sociais tecidas a partir das sociedades de massas, desenvolve o que denomina ‘paradigma estético’ ou ‘proxemia’ (termo emprestado junto à Escola de Palo Alto), que procura abarcar, para além do individualismo burguês, a multiplicidade do sentir em comum do ‘eu’ - enquanto *persona*, que “*só existe na relação com o outro.*” Embasado nesse seu interesse de construir um novo paradigma, tece pesadas críticas à lógica individualista, que “*se apóia numa identidade separada e fechada sobre si mesma.*”<sup>7</sup>

Algumas ressalvas fazem-se necessárias. Em primeiro lugar, não há necessidade de deixar de falar em indivíduo (substituindo-o sistematicamente por *persona*), ou abandonar o elemento *identidade* em nome do uso sistemático do termo *identificação*. Isso porque quando falo de indivíduo, não me interessa propor um novo tratado sociológico capaz de lhe atribuir novos contornos, diferentes daqueles que o sustentavam - o ‘burguesismo’ de que fala Maffesoli -, e condizente com as sociedades de massas. Tal é o objetivo desse autor; não exatamente o que persigo. Apenas procuro fazer jus ao fato de que as *personas*, as pessoas, eu, você, ele, ela, têm algo que se pode chamar de *idiosincrático* - um filtro pessoal ou individual (no caso, tanto faz) do mundo que vê, de si próprio, das pessoas com

---

<sup>6</sup> MAFFESOLI, M. **No fundo das aparências**. Trad. Bertha Halpern Gurovitz. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 304.

<sup>7</sup> MAFFESOLI, M. Op. cit., 1987, p. 15.

a qual convive, e da cultura à qual faz parte. Em outras palavras, a irreduzível diferença que marca *um* ser humano; sua forma pessoal de mudar (e resistir a algumas mudanças) perante o fluir histórico, social. Não fosse assim, não haveria formas possíveis de se explicar as lembranças, ou mesmo o esquecimento. Essas são, ainda que em última instância, objetos do crivo individual - há a seleção, assim como a deleção, a escolha, a maior facilidade de lembrar fatos e pessoas que se relacionam a uma carga maior de significados desse indivíduo.

Em segundo lugar, quando falo de *identidade*, não estou necessariamente atribuindo-lhe formas estanques. *Memória* e *identidade* são conceitos ambíguos e perturbadores - mudar não é perder a substância. Como afirma Ulpiano Bezerra de Meneses:

“...a memória gira em torno de um dado básico do fenômeno humano, a mudança. Se não houver memória, a mudança será sempre fator de alienação e desagregação, pois inexistiria uma plataforma de referência, e cada ato seria uma reação mecânica, uma resposta nova e solitária a cada momento, um mergulho do passado esvaziado para o vazio do futuro.”<sup>8</sup>

Mas conforme pretendo mostrar, para além dessas nuances, há importantes contribuições relacionadas ao paradigma maffesoliano que podem contribuir para o atual estudo, sobretudo para desvendar algumas lógicas em que se baseiam insistentes relações pessoais ligadas à cultura do velho trabalhador rural que foi para a cidade, que sobrevivem até hoje, em meio às ‘intempéries’. Para além da relação opressor/oprimido, há manifesta nas lembranças dos velhos trabalhadores rurais, em suas *histórias de vida*, uma lógica que se pauta em rela-

ções pessoais, as quais insistem em não ser mediadas por nenhuma instituição - como o Estado. As relações amicais, ‘proxêmicas’, sempre girando em torno de certas imagens, de compadre para compadre, seriam insubstituíveis. Por exemplo, alguns dos velhos trabalhadores rurais entrevistados chegam a ver com maus olhos as leis trabalhistas, ainda que surgidas de uma longa luta reivindicatória. Tal é uma permanência de um tipo de relação a qual o referido autor oferece importantes categorias analíticas. A isso voltarei quando oportuno.

Muitos outros autores desconfiaram (e desconfiam) do conceito de *identidade*. Pierre Bourdieu fala de ‘ilusão biográfica’; ou seja, a ‘história de vida’ tomada como um percurso linear e direcionado, o qual daria bases a uma identidade que, enquanto totalização e unificação do eu, teria sua expressão mais evidente no nome próprio: “*O nome próprio é o atestado visível da identidade do seu portador através dos tempos e dos espaços sociais, o fundamento da unidade de suas sucessivas manifestações e da possibilidade socialmente reconhecida de totalizar essas manifestações em registros oficiais, curriculum vitae, cursus honorum, ficha judicial, necrologia ou biografia, que constituem a vida na totalidade finita, pelo veredicto dado sobre um balanço provisório ou definitivo.*”<sup>9</sup>

Isso me obriga a considerar essas importantes críticas, uma vez que meu estudo procura se utilizar de *história oral de vida*. Não dispenso o tema da identidade, mas conforme as críticas de Bourdieu, é indispensável que se reconstrua a “superfície social”, o contexto de ações do indivíduo a cada instante,

---

<sup>8</sup> MENESES, U. B. de. “Identidade cultural e arqueologia”. In: BOSI, Alfredo. **Cultura Brasileira: temas e situações**, São Paulo, Ática, 1987, p. 185.

dentro de uma pluralidade de situações à qual se insere. É nessa esteira que Bourdieu fala do “*uso inabitual que Proust faz do nome próprio precedido do artigo definido* (‘o Swann de Buckingham Palace’, ‘a Albertina de então’, ‘a Albertina encapotada dos dias de chuva’), rodeio complexo pelo qual se enunciam ao mesmo tempo a ‘*súbita revelação de um sujeito fracionado, múltiplo*’ e a *permanência para além da pluralidade dos mundos da identidade socialmente determinada pelo nome próprio.*”<sup>10</sup>

As ambigüidades que envolvem memória e identidade não são intransponíveis, mesmo numa realidade complexa, própria de nossa sociedade. Levando isso em conta, manifesto-me interessado numa aproximação com algumas conquistas teóricas, levadas adiante por autores que não estudaram exatamente os temas que me ocupam. Subsidiado pelas obras de Hannah Arendt e J. Habermas, volto-me para uma breve análise relacionada a algumas fulcrais decorrências da modernidade, partícipes dessa complexidade - em linhas gerais, a ascensão das questões privadas dos indivíduos ao *status* de importância pública, quando da incorporação de diversos grupos humanos por parte de uma esfera social, própria de sociedades de massas, cujas dimensões pública e privada, mais do que simplesmente porosas - isso não seria novidade - fundem-se, inaugurando novas configurações. Também os trabalhadores rurais metamorfoseados em ‘rurbanos’ ou trabalhadores urbanos inserem-se nessa ‘inauguração’.

---

<sup>9</sup> BOURDIEU, P. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, J. & FERREIRA, M. M. (Org.). **Usos & Abusos da História Oral**, Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 187.

<sup>10</sup> BOURDIEU, P. Op. cit., 1996, p. 187.

No caso do Brasil, equacionar todas as possibilidades trazidas por esse enfoque público/privado, não foi de forma alguma esgotado. Antes está se iniciando. Nesse estudo, não faço mais do que utilizar alguns elementos desse enfoque, somente na medida em que posso filtrá-lo para minha investigação, a partir de dados informativos, mas sobretudo de dimensões que se evidenciam nos depoimentos orais. Para além disso, demandaria uma outra pesquisa. Provavelmente outros locais, que não o tratado aqui, seriam mais esclarecedores desse fenômeno de construção, no Brasil, de uma esfera social. Ainda que, enquanto processo, essa funcionaria em efeito ‘bola-de-neve’; portanto atingindo também Tarumã (se não é o que está acontecendo!).

Movimentos iniciados nas metrópoles atingem outras cidades, colônias, e muitas vezes o campo, antes do que se imagina (sabe-se, por exemplo, que algumas cidades do interior chegaram a construir teatros, cinemas etc., antes mesmo do que as capitais de seus respectivos Estados). E desta feita, processa-se, como é o caso, um sepultamento violento do passado, operado através de ícones relacionados à modernidade, à civilização, à urbanização; como bem mostrou Nicolau Sevcenko, vencendo as dificuldades relacionadas ao conceito de *identidade*.

Daí meu interesse em tomar inicialmente a obra *Orfeu Extático na Metrópole*, e considerar alguns de seus aspectos mais importantes. Trata-se de considerações apenas conceituais sobre a obra, uma vez que a época tratada pelo referido autor exigiria um esforço inoportuno para esta investigação. Em suma, nem tanto pela época abordada pelo seu trabalho, mas pela forma como equaciona a aglutinação de diferentes grupos sociais numa cidade, e seu sentido de inaugura-

ção a partir do ‘ombro a ombro’ promovido pela mesma - os impactos sobre a identidade.

Na referida obra, *Cultura e identidade* não são conceituadas de forma direta, mas aparecem como processos dialéticos de *representação* carregados de tensões, contradições, nuances e sutilezas. Não se trata de processos estanques, mas de um devir contínuo onde a Metrópole – formada no âmbito da artificialidade repentina e, segundo o autor, sem raízes, da riqueza gerada pelo café – consubstancia-se no símbolo unificador dos outros diversos símbolos - os dos imigrantes, negros, proprietários de fazendas, operários, empresários etc. - ao passo em que está recebendo os impactos éticos e estéticos da Guerra, vindos a toda força do outro lado do Atlântico - aquilo que o autor chama “Espírito Novo”, nascido das cinzas do cubismo e da Primeira Grande Guerra. Alguns aspectos apresentados na obra o autor atribui à cultura. Uma cultura pode ser *incorporada* pelo indivíduo - o treinamento, os esportes - a febre do futebol -, a Educação Física celebrada como um sistema filosófico, são as formas que estão sendo incorporadas como os meios para a desejada “regeneração da raça”. Incorporar o “espírito esportivo” leva o indivíduo a não mais refletir, o que lhe garantiria uma postura crítica acerca do que vem a ser esse “espírito esportivo”; incorporando-o fomenta-se automatismos no seu comportamento. “*O desígnio do esporte está em incorporar o ‘espírito esportivo’, muito mais do que vencer alguma prova ou competição.*”<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu Extático na Metrópole**. São Paulo: Sociedade e Cultura nos primeiros anos 20, S.P.: Companhia das Letras, 1992, p. 48.

Enfim, o aspecto *manipulativo* da cultura é, em várias passagens, apresentado na obra, favorecendo uma forte tentativa de sepultar o passado; por exemplo quando o autor mostra que havia uma demanda para o entendimento de como ‘funciona’ a massa, e Gustave Le Bon, escrevendo sobre a “psicologia das massas”, apresentava-se como embasamento teórico para aqueles que a queriam manipular.<sup>12</sup> É nesse sentido que, no devir da atmosfera que dá ênfase à *ação* – esta última tomada de forma específica para a análise do fenômeno focalizado pelo autor enquanto instância que move as dimensões inconscientes da coletividade –, a Metrópole transforma-se no palco em que pesa a atenção das práticas políticas: o espaço público, onde habita a massa, é o espaço manipulável.

A cultura é entendida por Nicolau Sevcenko, acima de tudo, como *dialética*. E no caso particular da sua análise sobre os anos 20, o vir a ser da cultura está no âmbito da formação de uma atmosfera, de uma *energia* (aqui cultura como sendo uma *energia*; essa noção aparece na obra) pós-Guerra onde “*as atenções haviam transitado da substância humana para palpitações coletivamente excitadas dos sentidos.*”<sup>13</sup> Essa atmosfera onde os diversos símbolos das diversas culturas deviam convergir tinha o seu lugar: a Metrópole. Aí é o espaço do êxtase da massa. Tal atmosfera é também *totalizante* (outro aspecto da cultura apresentado na obra: as *reverberações*) tanto espacial quanto socialmente: prédios, máquinas, artes, cinemas, bondes, estádios, em São Paulo, em Buenos Aires,

---

<sup>12</sup> SEVCENKO, N. Op. cit., 1992, p. 100.

<sup>13</sup> SEVCENKO, N. Op. cit., 1992, p. 148.



em Paris; há uma indústria que contempla demandas urgentes de massas urbanizadas.<sup>14</sup>

As artes, a arquitetura, as roupas, o conjunto das manifestações humanas se voltam para a ação, em detrimento da contemplação - o tradicional é estilizado. É com esse “espírito” que se dá a Semana de Arte Moderna de 1922. Ainda que o Modernismo tenha sido uma reação à modernidade, bebeu de suas fontes inspiradoras, como a crítica à contemplação tradicional do racionalismo individualista burguês, a fragmentação, o culto à ação - a busca do primitivo como sinônimo do substrato mais íntimo do homem, voltando-se em seguida para a transformação e fundação de um novo mundo: a arte agora passaria a ser percebida pela massa como o “*prenúncio de uma nova verdade, mais essencial e pura do que tudo o que havia.*”<sup>15</sup> O aspecto *totalizante* da cultura pode ser percebido no exemplo do vestuário feminino, agora inspirado em trajes desportivos e fardas militares, roupas que permitem o movimento ágil do corpo. Vestem-se assim mulheres de grupos diversificados: operárias, balconistas, professoras, prostitutas, etc.

A turbulência da época leva os homens à procura por referências, digamos de *identidade*. Esse elemento aparece na obra como sendo um *sentimento de pertença* a um ou vários referenciais simbólicos. Poderia dizer, sentimento de pertença em relação à determinada cultura, que privilegia certas representações que se acercam da memória. Mas mais do que isso, como se, antes, nada houvesse existido no tocante à memória de cada grupo social; os tesouros do pas-

---

<sup>14</sup> SEVCENKO, N. Op. cit., 1992, p. 95.

sado poderiam ser dispensados em nome das promessas advindas com a identidade que se acercava da metrópole, da cidade. Daí a importância de estudos cujo objetivo é apreender as vozes de grupos humanos que se dirigem às cidades (que não apenas as metrópoles), com o intento de analisar sua ‘leitura’ das transformações que os fizeram nela desembocar - os contextos específicos.

Cultura e identidade são dimensões complexas e inter-relacionadas. Sevcenko, em sua obra *Orfeu Extático na Metrópole*, permite entendê-las como dinâmicas, mutáveis, multifacetadas, historicizadas. Sendo assim, raiz não é uma dimensão que define por completo a *identidade*, pois essa não é estanque - aqui novamente a questão do passado se tornar um campo de luta, uma vez que na tentativa de se construir novas identidades, essas entram em conflitos com os ‘tesouros do passado’ dos indivíduos e das coletividades. A metrópole quis criar sua referência identitária; a massa por ela ansiava. E conseguiu pagando altos preços: um deles foi retratar os indivíduos na metrópole dando-lhes uma nova identidade (essa também movediça, embora assim não se deseja, pois o ‘ideal’ de uma referência é continuar sempre como tal), a qual fez com que rompessem com um passado, sem refletir sobre ele.

Entretanto, cultura e identidade não dizem respeito apenas a esses aspectos *inauguradores* (e manipulativos) que remetem à constituição das identidades em contextos de expansão de metrópoles, centros urbanos, para onde diferentes grupos humanos se dirigem, bem apontados na obra de Sevcenko. Cultura e memória referem-se mormente a um complexo mecanismo de *longevidade*,

---

<sup>15</sup> SEVCENKO, N. Op. cit., 1992, p. 186.

fora do qual só encontram-se estilhaços. Sua tarefa seria a de decodificar coisas novas ao mesmo tempo em que pode acionar o mecanismo do esquecimento; este último, não obstante, sublevado pela própria memória. Sob outras palavras, não se trata de afirmar ‘*cultura e memória*’, mas sim ‘*cultura é memória*’. As próximas linhas se pautarão na tentativa de melhor explicitar tais conceitos, em benefício de seu enquadramento teórico-metodológico neste trabalho.

O semiótico e historiador, natural da cidade de Tártu, Estônia, Iúri Mikháilovich Lotman, desenvolveu modelos interpretativos para o estudo de temas tais como mito, folclore, religião, cultura, memória, arte, poética. Seguindo o desenvolvimento da semiótica, que inclui sua interdisciplinaridade (antropologia, lingüística, psicanálise...), Lotman desenvolveu extenso trabalho cujos resultados traduziram-se num aprofundamento teórico acerca dos conceitos cultura e memória. Jerusa Pires Ferreira teceu uma espécie de síntese desses conceitos num texto onde, além da análise conceitual da obra do semiótico, notifica seu sepultamento em Moscou, no mês de novembro de 1993, aos 71 anos.

A tese central de Lotman no tocante à cultura seria a de que trata-se de um mecanismo complexo, dúctil e organizado da consciência para conservar informações sempre a partir da elaboração contínua de procedimentos mais vantajosos e compatíveis: “*A cultura não é um depósito de informações... Recebe as coisas novas, codifica e decodifica mensagens, traduzindo-as a um outro sistema de signos*”.<sup>16</sup> Para Lotman, o âmbito da cultura “*é o teatro de uma batalha*

---

<sup>16</sup> LOTMAN, Iúri, USPÊNSKI, Boris, **Tipologia della Cultura**, Milano, Bompiani, 1975, p. 291. Apud. FERREIRA, Jerusa Pires. “Cultura é Memória”, **Revista USP**, nº 24, dez./jan./fev. /1994-95, p.116.

*ininterrupta de ténues desencontros e conflitos de toda ordem, lutando-se pelo monopólio da informação.”*<sup>17</sup>

Decorre daí que, se a essência da cultura é informação, há o problema da sua relação com a transmissão e a conservação, ou seja, com as noções de língua e texto. Para Iúri Lotman, cultura é informação, codificação, transmissão e, finalmente, memória – “*somente aquilo que foi traduzido num sistema de signos pode vir a ser patrimônio da memória.*”<sup>18</sup>

Em essência, a cultura se dirige contra o esquecimento. Não obstante, compartilhando da teoria de Lotman, o esquecimento transforma-se num mecanismo da própria memória: uma instituição hegemônica exclui “*da tradição os elementos indesejáveis da memória coletiva.*”<sup>19</sup> Como lembra Jerusa Ferreira, o tema da memória e sua contrapartida, o esquecimento, foi e é objeto de preocupação de muitos intelectuais que tiveram em conta os elementos da lembrança, seus barradores, as estratégias e impasses geradores do esquecimento. Entre esses pensadores encontram-se Freud, Lacan, Lévi-Strauss, Vernant, e Paul Zumthor, que segundo ela aproxima-se bastante de Lotman ao falar de uma ‘energia imemorial’ pela qual a comunidade expulsa os elementos indesejáveis.

Enfim, cultura é memória, na medida em que a primeira concebe-se como existente identificando-se com as normas constantes da segunda.<sup>20</sup> É justamente nesse movimento que o esquecimento pode se transformar num mecanismo da própria memória. Segundo Lotman, a “*cultura se cria como um modelo*

---

<sup>17</sup> FERREIRA, J. P. Op. cit., 1994-95, p.117.

<sup>18</sup> LOTMAN, Iúri. Apud. FERREIRA, J. P. Op. cit., 1994-95, p.117.

*inerente à duração da própria existência” e também inerente “à continuidade da própria memória.”* Ou seja, o esquecimento, a exclusão, dão-se em continuação no próprio âmbito da cultura – todo texto (material que possibilita a reconstrução da realidade) *“contribui tanto para a memória como para o esquecimento.”*<sup>21</sup> Há uma *dinâmica recriadora*.

Para esse autor, não se trata de interpretação o ato de transformar a vida em texto. Trata-se sim da *“introdução de eventos na memória coletiva.”* No próprio âmbito da cultura, excluem-se determinados textos, ou seja, estes são retirados da reserva de memória coletiva. No entanto, isso se dá paralelamente à criação de novos textos culturais. Ainda assim, a cultura se dirige contra o esquecimento, pois *“cultura é a memória longa de uma comunidade.”*<sup>22</sup> Nesse viés, distingue Lotman a seguinte seqüência: 1) aumento do volume de conhecimentos e a redistribuição eventual quando da mutação do conceito do que é tomado como ‘fato memorizável’; 2) valorização hierárquica daquilo que é registrado na memória; 3) esquecimento (seleção e fixação de determinados aspectos a serem mantidos). A conclusão a que se chega considerando-se tal seqüência seria a de que Lotman desvenda o pensar que se transmite fazendo a síntese cultural-memória. Desta feita, a cultura promove o esquecimento sob seu próprio âmbito, como já referido.

Entretanto, *“há um esquecimento que não é par dialético da lembrança, aquele que é não-cultura, mas que é desordem e fragmentação.”* Isso

---

<sup>19</sup> FERREIRA, J. P. Op. cit., 1994-95, p.117.

<sup>20</sup> FERREIRA, J. P. Op. cit., 1994-95, p.117.

<sup>21</sup> FERREIRA, J. P. Op. cit., 1994-95, p.118.

se articula ao desenvolvimento conceitual de Lotman na medida em que essa noção congrega-se ao que se traduz na função social da cultura relativamente à Humanidade, *id est*, a de criar sempre em torno de si uma *esfera espacial organizada*, evitando tendencialmente o referido tipo de esquecimento (desordem e fragmentação). Sob outras palavras, a cultura necessita de princípios de unidade. É nesse sentido que Lotman analisa, por exemplo, a fala de Santo Agostinho que define o diabo enquanto entropia, força cega, não-cultura. Para Lotman, pelo contrário, o diabo é gerador de cultura, não sua negação – sim uma cultura *antitética*, portanto reveladora de uma correlação entre o considerado correto e o errôneo.<sup>23</sup> Ou seja, a cultura não se contrapõe ao caos mas a um sistema de signos oposto. Mas se se trata de um princípio de unidade, uma esfera espacial organizada, tanto uma cultura quanto sua correspondente antitética voltam-se contra os estilhaços, o fragmentado. Daí a afirmação já referida de que, ainda que a cultura promova o esquecimento sob seu próprio horizonte, em essência, volta-se contra ele.

Voltando à questão da *dinâmica recriadora*, o modelo nuclear, referente ao princípio da unidade, do mecanismo da cultura fornece um sistema semiótico. Porém tal construção não é finita, nem fornece uma ordenação completa – “*a estrutura hierárquica de uma cultura se constrói como uma combinação de sistemas altamente ordenados e de sistemas que admitem um grau vário de desorganização.*” Mas, segundo Lotman, essa é condição fulcral do ‘funcionamento’ da cultura. Esse ‘funcionamento’ inclui justamente as condições históri-

---

<sup>22</sup> FERREIRA, J. P. Op. cit., 1994-95, p.118.

<sup>23</sup> FERREIRA, J. P. Op. cit., 1994-95, p.119.

cas, os eventos históricos, que ocorrem fora dos textos culturais. E “*o texto não é apenas o gerador de novos significados mas um condensador de memória cultural*”; o que significa dizer também que o resultado do encontro entre os textos isolados (as culturas são bombardeadas por textos isolados como chuva de meteoritos constantemente) e o que estes incorporam do espaço de significações da tradição (memória cultural) é a aquisição, por parte desses textos, de vida semiótica. Ao mesmo tempo em que o texto é gerador de novos significados ele também é condensador de memória cultural. Essa tradição já está “*formada na consciência de quem ouve ou vê.*”<sup>24</sup> Enfim, o processo de criação, no interior de uma cultura, traduz-se numa reserva de dinamismos:

“Hoje, Hamlet... não é apenas uma peça de Shakespeare mas é a memória de todas as suas interpretações e, ainda mais, a memória de todos os eventos históricos que ocorreram fora do texto mas cujas associações a peça de Shakespeare pode evocar. Tudo conta, o que sabiam os coetâneos e o que aprendemos desde então. Assim é que [Lotman] nos lembra que a comunicação com outrem só é possível se há algum grau de memória comum, e um texto se define pelo tipo de memória que ele necessita para ser entendido.”<sup>25</sup>

Seguindo o desenvolvimento do raciocínio teórico de Lotman, subsidiado pelo texto de Jerusa Ferreira, evidencia-se uma enorme importância historiográfica. Refiro-me à utilização da história oral, ainda que tenha suas diferenças em relação à memória, e ainda que Lotman a ela não se refira. A fala dos depoentes são transformadas em textos onde residem várias lembranças, presenti-

<sup>24</sup> FERREIRA, J. P. Op. cit., 1994-95, p.119.

<sup>25</sup> FERREIRA, J. P. Op. cit., 1994-95, p.119.

ficações; sentidos são atribuídos a fatos também estudados pelos historiadores (alguns ainda não) – o resultado após o ‘face a face de estranheza’ é um outro texto cultural e tudo o que conta a partir dele, como nos lembra Lotman. Sob este aspecto, a história oral pode, entre tantas possibilidades, justamente voltar-se contra a lei do silêncio tantas vezes explorada por grupos dominantes na sua tentativa de desenvolver culturas (nos quais se incluem sistemas políticos e indústria cultural) incorporando esquecimentos oportunos de determinados aspectos da experiência histórica, embora seja relativa a passividade com que se ‘aceita’ tais silenciamentos. Enfim, Lotman oferece algumas reflexões fundamentais acerca da cultura e da memória – levando em conta a relação signo/signicidade enquanto uma das características fulcrais da cultura – que permitem ter em conta “*a construção e a desconstrução do que se mantém e renova e do que se esfacela e se perde.*”<sup>26</sup>

Outrossim, memória e cultura são elementos que conferem suas indicações às identidades. O contexto histórico e socioambiental influem substancialmente na constituição das competências identitárias, na medida em que tais instâncias são interiorizadas. São fatores externos (entre os quais a convivência do ‘eu’ com os ‘outros’) que intervêm na formação das identidades pessoais. Diversos intelectuais, entre os quais psicanalistas, teriam apontado tal viés – Freud, N. Elias, Foucault etc. Resultado, grosso modo, de tais contribuições teóricas: tendencialmente, identidade e subjetividade se igualam – “*As identidades passaram a ser entendidas como expressões compósitas de intersubjetividades, em que a*

---

<sup>26</sup> FERREIRA, J. P. Op. cit., 1994-95, p.120.



*fronteira entre fatores intervenientes externos e internos se tornou impossível de decifrar.”*<sup>27</sup>

Por outro lado, ainda que esta pesquisa dirija sua atenção ao processo de êxodo rural urbano das décadas de 1960/70, os depoimentos orais foram tecidos no segundo semestre de 1997 e primeiro semestre de 1998. A história oral sempre diz respeito à história do tempo presente. E este último, o *tempo presente*, está vinculado à emergência de novas maneiras dominantes de experimentação tempo/espaço. Mais precisamente, o início dessas transformações culturais datam da segunda metade do século XX e são sumariamente denominadas ‘pós-modernismo’. Trata-se de mudanças substanciais em diversas instâncias das sociedades: nas práticas culturais, políticas, econômicas. São processos atuais que traduzem-se no atual contexto histórico que ampara os depoimentos, e cujas decorrências ainda estão longe de terem sido esgotadas; não atingiram todos os limites de suas conseqüências. Isso torna esses processos um tanto quanto opacos para os historiadores e demais cientistas sociais. Apesar disso, penso (certamente não sou o único) entretanto que referem-se tais processos a uma reorganização interna do próprio capitalismo, relacionada ao advento de modos flexíveis de acumulação de capital, e do encurtamento tendencial dos ciclos de mais-valia. Não se trata de uma sociedade pós-capitalista, nem inteiramente pós-industrial.

Notadamente, são tais elementos que conferem às identidades seu campo de possibilidades. Carlos Fortuna sintetiza bem este contexto, aponta-

---

<sup>27</sup> FORTUNA, Carlos. “As cidades e as identidades”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** – ANPOCS, nº 33, ano 12, fev./1997, p. 128.

do rapidamente acima, no que toca às identidades, emprestando de Joseph Schumpeter a noção de *destruição criadora* – termo por este utilizado para se referir à evolução do sistema capitalista. ‘Destruição criadora’ seria “*a ação de contínua reelaboração dos critérios de autovalidação pública dos sujeitos, variável de acordo com a multiplicidade de situações sociais do cotidiano, e as transformações econômicas, políticas, científicas e culturais que caracterizam as sociedades contemporâneas e que proporcionam um contínuo reajustamento das matrizes identitárias dos sujeitos.*”<sup>28</sup>

A emergência das novas maneiras dos seres humanos experimentarem o tempo e o espaço interferem na forma de constituição da memória e das identidades. Fortuna fala da ‘carnavalização do cotidiano’, cuja referência toca o fato do nomadismo deixar de dizer respeito à movimentação de indivíduos por lugares distintos, passando a se tratar do deslocamento de imagens, discursos e narrativas sobre os corpos físicos num dado espaço onde estes permanecem.

Os trabalhadores rurais apresentavam um caráter itinerante. Há de fato um impacto quando chegam na cidade, depois de terem passado a maior parte de suas vidas vivendo no campo. Não obstante, comunicam-se com o advento dessas ‘novas maneiras’ de uma forma bastante peculiar. Apresentam-se mais como um tipo de humanidade, uma forma de ler o mundo e os outros, que está sendo destruída. Exceto sob os aspectos que têm a finalidade de legitimar a ação do pretense Estado de Bem Estar Social para amparar os velhos trabalhadores

---

<sup>28</sup> FORTUNA, C. Op. cit., 1997, p. 128.

rurais que vivem na cidade, há de fato uma enorme indiferença no tocante à história e à memória desses grupos humanos.

Ora, existe um caráter parcial e mesmo ‘irreal’ da memória coletiva – o passado apenas se perpetua na memória coletiva quando imaginado no presente, uma vez que se perdeu a ‘materialidade estruturante’ daquele passado.<sup>29</sup> O *flâneur* da pós-modernidade revelaria “*uma indiferença perante a história, o tempo e a memória como constituintes das formações identitárias*”. Essa situação seria, para o autor, “*sintomática da tendência para uma generalizada esteticização do cotidiano e a mercadorização do próprio tempo e da própria memória*.”<sup>30</sup> Entram nessas considerações as ruínas, os museus e a memória. Esta tem aspectos ‘perigosos’, conflitantes – o perigo da memória. Para que os indivíduos tirem dela satisfação, ela deve ser *revestida do máximo encanto*, deve ser esteticizada, e “*tudo o que é estético é hoje mercadorizável e consumível*.”<sup>31</sup> Nada mais avesso aos guerreiros sem armas, velhos trabalhadores que viveram o êxodo rural.

Uma vez equacionados os conceitos de memória, cultura e identidade, e suas relações fugidias, pautar-me-ei agora no debate relacionado à utilização da história oral na presente pesquisa.

As ciências sociais já se utilizavam da coleta do “relato” desde o início do século, porém não como atividade organizada. Mas pode-se dizer que o relato oral foi a primeira técnica de obtenção e transmissão de conhecimentos, a qual remonta à hominização (formação da cultura). A palavra seria o primeiro

<sup>29</sup> FORTUNA, C. Op. cit., 1997, p. 132.

<sup>30</sup> FORTUNA, C. Op. cit., 1997, p. 134.

<sup>31</sup> FORTUNA, C. Op. cit., 1997, p. 139.

rótulo das ações e emoções do homem. A partir daí, pôde o gênero humano, pela primeira vez, através da oralidade, da narração, unir o presente (cotidiano) ao passado (mitológico). Subentende-se então, que a “história oral” - ainda não chamada assim - nunca deixou de ser um instrumento importante para as ciências sociais em geral, e para a História.

Em meados do presente século, no entanto, foi eclipsada pelo desenvolvimento das técnicas estatísticas - concomitante à preocupação com a objetividade, com a confiabilidade dos dados colhidos. O gravador e a fita foram colocados à disposição dos pesquisadores, e ofereceram novos horizontes à objetividade: “As fitas pareciam agora o meio milagroso de conservar à narração uma vivacidade de que o simples registro no papel as despojava, uma vez que a voz do entrevistado, suas entonações, suas pausas, seu vaivém no que contava, constituíam outros tantos dados preciosos para estudo.”<sup>32</sup> Postura essa que seria repensada pelos próprios oralistas, que foram se tornando mais conscientes das vantagens e limites da utilização da história oral.<sup>33</sup>

Depois de seu início, na Universidade de Colúmbia, em Nova York, após a Segunda Guerra, a *moderna história oral* foi objeto de acirradas críticas. Mas justificar seu uso no presente estudo não envolve insolúveis dificuldades, uma vez equacionados seus avanços mais recentes. As antigas críticas à história oral, relacionadas principalmente ao argumento central de que o relato oral não poderia ser considerado um documento, por não ser confiável, foram per-

---

<sup>32</sup> QUEIROZ, Maria Isaura P. de - “Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível”, In: SIMSON, Olga de Moraes Von (Org.) - **Experimentos com Histórias de Vida: Itália-Brasil**. S.P: Edições Vértice/ Editora Revista dos Tribunais, 1988, pp. 15-16.

dendo sua força. Assim como têm perdido sua força as críticas que se pautam nos ‘problemas’ da *representatividade* dos depoimentos, do *alcance histórico* das impressões, da *relatividade* da narração. Os historiadores passam a reconhecer que as principais limitações atribuídas à história oral não deixam de se ajustar aos documentos escritos e iconográficos.

Ao se colocar diante do interesse em se remeter ao passado, a partir do diálogo com o entrevistador, o trabalho de rememorar dos idosos traz à tona a percepção de que há diferenças fulcrais entre o passado e o presente. O passado estava aberto, como agora está o presente, a muitas possibilidades. Não obstante, apenas parte delas se realizaram. Partindo do pressuposto de que há a presença do passado no presente dos indivíduos, a história oral propõe técnicas e procedimentos para a construção de um tipo de documento, cuja base são as dimensões que têm maior significado para os depoentes. Aparecem nas narrativas as possibilidades concretizadas e não concretizadas em seu itinerário. Tal oferece subsídios para a interpretação de sua inserção nas mudanças que marcaram sua migração para Tarumã.

Os mais atuais avanços da história oral, chegam a afastá-la dos estudos sobre memória. Para recorrer ao estudo da memória, através da história oral, faz-se necessária a consideração de importantes questões metodológicas. Pode-se dizer que só muito recentemente tem-se tomado maiores cuidados com a fusão desses dois elementos, a partir dos pressupostos da moderna história oral. Se se quer utilizar a história oral, e é o caso, não será, no entanto, exatamente a

---

<sup>33</sup> Neste trabalho, não serei exaustivo para com a história da história oral. Tal exigiria esforços que

memória em seus porquês de seleção e descarte de lembranças que se tornará fonte para o estudo.

Maurice Halbwachs, em seus estudos sobre as dimensões, em última instância, sempre coletivas da memória, desde o início do presente século, já delinear a mais marcantes distinções entre história e memória. Contrapõe-se ao termo “memória histórica” em benefício do que denomina ‘memória coletiva’. A distinção de Halbwachs reside no fato de que, para ele, a memória é viva, múltipla, relacionada ao que está presente no grupo, enquanto que a história é ‘intrusa’ - representação exterior de fatos não vivenciados. A história começaria apenas no ponto em que se acabasse a tradição:

“Enquanto uma lembrança subsiste, é inútil fixá-la por escrito, nem mesmo fixá-la, pura e simplesmente. Assim, a necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade, e mesmo de uma pessoa desperta somente quando eles já estão muito distantes no passado, para que se tivesse a oportunidade de encontrar por muito tempo ainda em torno de si muitas testemunhas que dela conservem alguma lembrança.”<sup>34</sup>

Da época em que Halbwachs teceu suas críticas para cá, a historiografia mudou muito para que continuassem contundentes tais afirmações. Sua teoria está situada no prolongamento da tradição de Émile Durkheim, da sociologia francesa; suas críticas têm endereço certo. A história já não é esse necrotério de tradições falecidas.

---

vão além dos interesses desta investigação.

<sup>34</sup> HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos tribunais, 1990, p. 80.

Hoje muito mais interpretativa, teórica, e menos fatural, a pesquisa histórica não mais merece essas críticas. Todavia, a distinção de Halbwachs entre memória e história é pertinente, ainda que sejam considerados recentes avanços historiográficos. Isso porque inscrevem-se em campos distintos: história é interpretação, análise, tentativa de compreensão de fenômenos humanos, enquanto memória é o vivido guardado em nossas lembranças.

Por estarem em campos distintos, Halbwachs não considera admissível fazer da memória um documento para a história. Haveria muitas memórias, mas apenas uma história. A história oral não ganharia aqui campo propício para seu desenvolvimento.

Mesmo Paul Thompson, em sua já clássica obra *A voz do passado*, tinha em conta o problema de distinguir história oral de memória. O autor reconhecia que o processo de descarte e seleção, operado pela memória, era contínuo, e tal se constituía num problema para a história oral, cujo bom desempenho dependia da capacidade do depoente em relatar o passado.

Não obstante, Thompson não acreditava ser esse um prélio sem solução. Procurou mostrar que, mesmo se aceitando alguma validade para as experiências de laboratório, que ele considerava problemáticas, uma vez que o próprio ambiente do laboratório induzia a certos tipos de seleção e descarte, o prejuízo maior estaria relacionado aos testemunhos de fatos mais recentes.

O passado mais longínquo poderia ser reavivado. Para tal, recorria a alguns conceitos da psicologia, que o auxiliavam em suas prerrogativas. No tocante à velhice, entre outros elementos, apontava as vantagens metodológicas da

história oral para se beneficiar daquilo que a psicologia denominava *revisão de vida*, conceito atribuído ao momento posterior à aposentadoria do idoso - “súbito surgimento de lembranças e do desejo de lembrar, e uma franqueza toda especial que acompanhava uma sensação de que a vida ativa terminou, que o que era para ser feito já se completou.”<sup>35</sup>

Segundo esse autor, as experiências de laboratório sugeriam que a perdas de dados eram relativamente reduzidas depois de um certo tempo decorrido. Procurava mostrar que, se tomado em conta o avanço da idade, “o problema do poder da memória não é muito mais grave para entrevistas com pessoas idosas gozando de boa saúde do que com adultos mais jovens.”<sup>36</sup>

Não obstante, mesmo Thompson ‘apela’ para a psicologia quando tem em conta a memória. E “recentemente até psicólogos têm discordado sobre a natureza da memória autobiográfica.”<sup>37</sup> No entanto, o narrador se vê diante do problema de suscitar lembranças quando se propõe a falar sobre seu itinerário pessoal: “Nos estudos sobre memória, normalmente bem conduzidos por psicólogos treinados para isto, o objetivo é notar os trajetos das lembranças e os lapsos de esquecimentos individuais e coletivos. Ainda que isto faça parte da história, não é a própria história.”<sup>38</sup>

Seja se tratando de *história oral de vida*, *história oral temática* ou *tradição oral*, o colaborador recorre à sua memória. Trata-se de complexos liames entre história oral e memória. Assumindo que, como historiador, estou

---

<sup>35</sup> THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: História Oral. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 157.

<sup>36</sup> THOMPSON, P. Op. cit., 1992, pp. 156-7.



impossibilitado de compreender todos os trajetos das lembranças (e esquecimentos), cabe-me tratar a memória como suporte recorrente ao qual se volta o narrador, cabendo a mim a criação de um tipo de documento que trará subsídios para a análise histórica.

Apesar de serem campos distintos, memória e história são inseparáveis, justamente porque ambas se atrelam às dimensões presente/passado/futuro:

“Afim, compreendemos a história como uma construção que, ao resgatar o passado (campo também da memória), aponta para formas de explicação do presente e projeta o futuro. Este operar, próprio do fazer histórico na sociedade, encontraria em cada indivíduo um processo interior semelhante (passado, presente e futuro) através da memória.”<sup>39</sup>

A dificuldade de se separar definitivamente história oral de memória talvez resida no fato de que a primeira está entre o fazer historiográfico - linhas gerais, empenhado no estudo das transformações e permanências de formações sociais, quando da interpretação de documentos, a partir de diferentes teorias e métodos, assim como da formulação e reformulação de perguntas, enfoques, cujos resultados são traduzidos em fontes bibliográficas, em cultura histórica - e a memória, enquanto registro de dimensões do vivido, reação aos acontecimentos e transformações que comungam da mesma cronologia que a tratada pela história. Isso considerando que “o tempo da memória se distingue da temporalidade histó-

---

<sup>37</sup> MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996, p. 65.

<sup>38</sup> MEIHY, J. C. S. Op. cit., 1996, p. 66.

<sup>39</sup> MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e Memória: a cultura popular revisitada**, 3ª ed., São Paulo: Contexto, 1994, p. 17. (Caminhos da História).

rica, haja visto que sua construção está associada ao vivido, como dimensão de uma elaboração da subjetividade coletiva e individual, associada a toda uma dimensão do inconsciente.”<sup>40</sup>

Isto equacionado, descobre-se que a história oral é sempre história do tempo presente, história dos contemporâneos, documento que não se projeta para um passado longínquo. Isso pode ser uma limitação, mas traz suas compensações: “uma possibilidade de trazer para o plano do historiador o registro da própria reação vivida dos acontecimentos e fatos históricos.”<sup>41</sup> Daí porque a história oral promove o refazer de pressupostos historiográficos, tendente ao enriquecimento de debates contemporâneos de importância pública: movimento de minorias, migrantes, negros, desempregados, etc. - no caso deste estudo, os velhos trabalhadores rurais, convidados a romper seu silêncio.

A história oral permite a criação de um documento fundamental para este estudo - a fala do idoso, cuja vida carece de outros registros, trabalhador rural que se mudou para Tarumã - e propõe procedimentos para a análise do material colhido, os quais possibilitam o advento de evidências, quando da recomposição da vida pessoal do velho trabalhador rural migrante; dimensões pessoais inextricavelmente atreladas às transformações históricas presentes no fluir de sua trajetória.

Enfim, a história oral é um recurso privilegiado para tornar as lembranças de velhos trabalhadores rurais uma fonte alternativa para a interpretação das mudanças sociais; privilegiado sobretudo na tentativa de se ter em conta a

---

<sup>40</sup> MONTENEGRO, A. T. Op. cit., 1994, p. 20.

leitura que fazem dessas mudanças os trabalhadores que as viveram. Ela possibilita a construção de quadros narrativos, a partir dos quais pode-se ter em conta a lógica própria, em que se pautam os velhos trabalhadores rurais, para sua compreensão do mundo e das transformações vividas do campo para a cidade.

Contudo, há controvérsias epistemológicas que insistem em permanecer no centro dos debates que envolvem o uso da história oral. Tentarei filtrar esse debate em benefício de um melhor enquadramento metodológico para a presente investigação. Nesse intento, analisarei inicialmente três possibilidades que são as molas mestras do debate que envolve a história oral: 1<sup>a</sup>) história oral enquanto ‘técnica’; 2<sup>a</sup>) enquanto teoria ou ‘disciplina’; 3<sup>a</sup>) enquanto ‘metodologia’.

Enquanto ‘técnica’, a história oral se valerá dos mais recentes desenvolvimentos que envolvem sofisticados aparelhos de gravação de voz e até de imagem. Diz respeito sobretudo a pessoas envolvidas com a constituição e organização de acervos de fontes orais, beneficiadas pelos novos aparatos tecnológicos. Uma tal postura para com a história oral pode colaborar na criação de condições e suportes para outros pesquisadores. Linhas gerais, quem assim se utiliza da história oral prefere negar-lhe pretensões metodológicas e teóricas, e utilizar as fontes orais como forma de aquisição de informações complementares em relação às fontes escritas. Condizente, portanto, com a seguinte afirmação: “A *chamada ‘história oral’ não passa de um conjunto de procedimentos técnicos para a utilização do gravador em pesquisa e para a posterior conservação das fitas. Querer*

---

<sup>41</sup> MONTENEGRO, A. T. Op. cit., 1994, p. 20.

*mais do que isso é ingressar no terreno da mais pura fantasia. A história oral não possui os fundamentos filosóficos da teoria, nem os procedimentos que [...] possam ser qualificados como metodológicos. Ela é fruto do cruzamento da tecnologia do século XX com a eterna curiosidade do ser humano.”*<sup>42</sup>

Ambiente de gravação, relação a ser tecida com o depoente, técnicas de transcrição e conservação de fitas, bem como a utilização da melhor aparelhagem para diferentes casos que envolvem a entrevista; eis os principais interesses da técnica da história oral. A história oral como técnica pode ser utilizada por arquivistas ou historiadores. Significa dizer que cada um tenderá a tomar caminhos diferentes - o arquivista não pretende demonstrar nenhuma tese, preferindo a criação de uma fonte rica de informações, e apoio a possíveis vários estudos. Já o historiador, ainda que inconscientemente, tenderá a insistir nos elementos que o auxiliam na análise de seu objeto de estudo mais específico. Nesse sentido, para outros historiadores interessados, o uso da história oral como técnica é mais fecundo quando efetuado pelo arquivista.

Inegavelmente, o bom resultado da pesquisa dependerá da boa utilização não só da tecnologia disponível - no que diz respeito ao aparato de gravação e conservação de fitas - mas também de uma certa 'técnica' do historiador em conseguir uma boa entrevista, despertando o depoente a lembrar e pronunciar suas idéias o mais espontaneamente possível, apesar de não ser psicólogo; relevando as configurações sócio-culturais às quais está mergulhada a pessoa entrevistada.

---

<sup>42</sup> ROGER, William. "Notes on oral history." *International Journal of Oral History*, 7(1):23-8,

A história oral como metodologia não deixa de incluir a ‘técnica’ da mesma - uma certa ‘arte’ que Antônio Torres Montenegro relaciona à maiêutica socrática:

“O trabalho de rememorar, que se estabelece através do diálogo entre entrevistador e entrevistado, assemelha-se à maiêutica socrática, sobretudo pela empatia que deve existir. O entrevistador deverá colocar-se na postura de parceiro de lembranças, facilitador do processo que se cria de resgatar as marcas deixadas pelo passado na memória. Entretanto, vale destacar que a relação que se estabelece entre o sujeito e o passado (da memória) está em constante mudança, diferentemente da ‘verdade’ socrática.”<sup>43</sup>

Já no tocante à história oral como ‘disciplina’, seu uso deveria envolver uma capacidade de lidar com objetos próprios, e propor soluções conceituais para os problemas suscitados a partir de si mesma - uma capacidade que, pelo menos até o momento, ela não tem. Ela não se constitui, exatamente, enquanto uma área de estudos. Diz respeito mais ao tipo de fonte (a oral) que utiliza, e menos aos conceitos teóricos que propõe; o que obriga o historiador que a utiliza a buscar soluções em outras matrizes, em outras teorias.

A história oral reivindica a utilização do documento oral. Daí a ambigüidade do termo, que adjetiva a história e não as fontes, manifestada, entre outros, por Philippe Joutard: “*De minha parte considero, como a maioria de meus colegas, que a expressão ‘fontes orais’ é metodologicamente preferível e que a expressão ‘história oral’ é terrivelmente ambígua, para não dizer inexata. Mas*

---

Feb. 1986. Apud. AMADO, J. & FERREIRA, M. M. (Org.). Op. cit., 1996, pp. xii-xiii.

<sup>43</sup> MONTENEGRO, A. T. Op. cit., 1994, p. 150.

*pode-se voltar atrás e paradoxalmente não levar em consideração uma história? Assim, contanto que retomemos a definição de Jean-Pierre Wallot [a de que a história oral seria ‘um método de pesquisa baseado no registro de depoimentos orais concedidos em entrevistas’] e sublinhemos seus limites, podemos manter a expressão porque ela é simples e tem a antigüidade a seu favor.”<sup>44</sup>*

O fato da história oral buscar aparatos teóricos em outras áreas de estudos, no entanto, por si só não é suficiente para desclassificá-la enquanto disciplina. No debate com outras áreas do conhecimento nada a impediria de aumentar seu próprio poder de oferecer respostas às questões que suscita. Ainda assim, não deixaria de oferecer, para quem se interessasse, um conjunto de procedimentos capazes de fazerem com que se a caracterizasse como técnica ou método.

A história oral defendida enquanto metodologia de pesquisa ocupar-se-ia da ordenação dos procedimentos de investigação. Enquanto tal, sua busca se pautaria na consideração daqueles procedimentos técnicos - como utilizar o melhor equipamento para as entrevistas, como entrevistar, como transcrever as entrevistas, em uma palavra, as formas de constituição das fontes orais - mas iria além deles. O método teria por finalidade imprimir um contato sistemático entre as evidências suscitadas pelas fontes orais e o desvendamento teórico das relações humanas. Enfim, a história oral como metodologia centra seus intentos

---

<sup>44</sup> JOUTARD, P. “História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos”. In: AMADO, J. & FERREIRA, M. M. (Org.). Op. cit., pp. 56-57. Observação entre colchetes feita por mim.

sobre o que se pode extrair das fontes orais e o que os depoimentos representam para o todo da investigação, indo além da mera técnica do arquivista qualificado.

No entanto, o debate não se esgota aqui. Há oralistas que defendem a idéia de que o leitor é um agente ativo. Nesse sentido, bastaria à história oral apresentar o depoimento, trabalhado segundo procedimentos que servem de ‘andaime’ (*direção do projeto, delimitação da rede de entrevistados segundo uma comunidade de destino, gravação da entrevista, transcrição absoluta, textualização, transcrição*<sup>45</sup>) e que colocam o *oralista* na posição de intermediário entre o depoente e o leitor, para fazer com que apareça ao público um texto - e não uma análise.

A despeito das tentativas de enquadrá-la epistemologicamente em acirrados debates, a história oral é fugidia a tais enquadramentos. Não obstante, de fato oferece importantes pressupostos e possibilidades, e não apenas (se é que isso é pouco) procedimentos. Aliás existem certas imprecisões no uso do termo ‘metodologia’, não raro vista como sinônimo de ‘técnicas’ de investigação empírica. Essa confusão pode tornar estéril o debate relativo à história oral. Método é atividade crítica, aplicada a todos os tipos de resultados suscitados numa pesquisa, seja a partir de fontes orais, primárias ou secundárias. Método não é simplesmente uma ponte entre teoria e prática, na qual a história oral pode caminhar de um ponto a outro. Ele pode se tornar extremamente subversivo para com uma teoria, justamente por se tratar de uma atividade crítica (e subversiva aos

---

<sup>45</sup> Segui, neste parêntesis, a sistematização de procedimentos tecida por José Carlos Sebe Bom Meihy, em seu Manual de História Oral. Op. cit.

modelos prontos de antemão) por excelência. A história oral não é, exatamente, essa atividade crítica.

Há três tempos nítidos em história oral: gravação, confecção do documento escrito; análise. Apenas a gravação é fundamental. Ela é a condição *sine qua non* da história oral - entrevistador; entrevistado; aparelho de gravação. As outras etapas podem não ocorrer. Não há um consenso entre os oralistas de que só depois de analisados os depoimentos, ou seja, cumpridas as três etapas, é que pode ser aceita a história oral. Seu uso é diversificado. O debate acerca da técnica, método ou disciplina, está no centro das controvérsias, mas talvez seja desprezível. Como afirma Meihy:

“Dado seu perfil multidisciplinar, sem constituir um objeto específico de pesquisa, mais vale pensar a história oral como a ela se referiu Louis Starr, um de seus fundadores: ‘Mais do que uma ferramenta, e menos do que uma disciplina’, também mais apta a motivar reflexões do que esgotar-se em debates inócuos sobre seu sentido epistemológico.”<sup>46</sup>

Considerar a história oral um poderoso instrumento de pesquisa, com um conjunto de procedimentos que lhe é peculiar, e que implica em pelo menos alguns pressupostos filosóficos, considerando sua trajetória de respeito conquistado, parece-me o melhor caminho para sua utilização neste trabalho. Isto posto, tenderia a considerá-la uma metodologia, porém a base de sua existência é o depoimento gravado, o que não a torna atrelada a alguma teoria em específico. A mesma base que lhe possibilita ‘colocar novos elementos à disposição dos inte-

---

<sup>46</sup> MEIHY, J. C. S. Op. cit., 1996, p.14.



ressados na leitura da sociedade'<sup>47</sup>, oferece-lhe dificuldades epistemológicas para seu enquadramento enquanto metodologia, uma vez que história oral, em si, não é atividade crítica.

Mesmo fugidia a enquadramentos epistemológicos, a utilização da história oral requer pressupostos filosóficos que em si podem promover mudanças inclusive para o conceito de história. Ao mesmo tempo em que continua a se oferecer para diferentes linhas teóricas, diferentes tradições disciplinares. Filosoficamente, é pressuposto da história oral “uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. A presença do passado no presente imediato das pessoas é razão de ser da história oral.”<sup>48</sup>

Mas quais são os principais procedimentos que justificam a utilização da história oral nesse trabalho? Numa obra bastante recente, foram sintetizadas perspectivas e temas entendidos como específicos da história oral, mesmo entre autores que a utilizam de forma divergente. Trata-se de oito pequenos resumos, dos quais no mínimo quatro, citados abaixo, explanam as vantagens de sua utilização nesta investigação:

- “o uso sistemático do testemunho oral possibilita à história oral esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não têm como ser entendidos ou elucidados de outra forma: são depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres, crianças, miseráveis, prisioneiros, loucos... São histórias de movimentos sociais populares, de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, de versões menosprezadas; essa característica permitiu inclusive que

---

<sup>47</sup> MEIHY, J. C. S. Op. cit., 1996, p.14.

<sup>48</sup> MEIHY, J. C. S. Op. cit., 1996, p.10.

uma vertente da história oral se tenha constituído ligada à história dos excluídos;”

- “na história oral, existe a geração de documentos (entrevistas) que possuem uma característica singular: são resultado do diálogo entre entrevistador e entrevistado, entre sujeito e objeto de estudo; isso leva o historiador a afastar-se de interpretações fundadas numa rígida separação entre sujeito/objeto de pesquisa, e a buscar caminhos alternativos de interpretação;”

- “a pesquisa com fontes orais apóia-se em pontos de vista individuais, expressos nas entrevistas; estas são legitimadas como fontes (seja por seu valor informativo, seja por seu valor simbólico), incorporando assim elementos e perspectivas às vezes ausentes de outras práticas históricas - porque tradicionalmente relacionados apenas a indivíduos -, como a subjetividade, as emoções ou o cotidiano;”

- “o fato de a história oral ser largamente praticada fora do mundo académico, entre grupos e comunidades interessados em recuperar e construir sua própria memória, tem gerado tensões, pois as perspectivas, os objetivos e os modos de trabalho de académicos e não-académicos podem diferir muito; essa pluralidade (uma das marcas da história oral em todo o mundo), quando aceita, pode gerar um rico diálogo, raramente presente em outras áreas da história.”<sup>49</sup>

Se minha preocupação se volta às peculiaridades da Alta Sorocabana de Assis, sobretudo Tarumã, no tocante ao êxodo rural, enquanto fruto de uma modernização social, cabe-me igualmente me ater às trajetórias dos indivíduos que viveram essas transformações, a partir de uma intersubjetividade que traga à baila seus elementos subjacentes, os quais os paradigmas estruturais são

---

<sup>49</sup> AMADO, J. & FERREIRA, M. M. (Org.). Op. cit., pp. XIV-XV.

por demais ‘rombudos’ para elucidá-los. A esmagadora maioria de trabalhadores rurais que foram para a cidade de Tarumã eram pessoas que não sabiam nem ler, nem escrever. A história oral permite, então, registrar suas ‘falas’, com certos limites reavivar suas lembranças, trazer à tona suas “lutas cotidianas encobertas ou esquecidas”.

Não se trata simplesmente de preencher lacunas deixadas pelos documentos escritos analisados nessa investigação. Essas fontes não deixaram de ser fundamentais para o avanço historiográfico. Porém é mister o pesquisador sair do arquivo e ir falar com os vivos. Há um aspecto divino no ofício do historiador. O documento ganha vida quando este assenta suas mãos sobre ele e o traz à luz, quando o estudioso analisa o documento, relevando-o para o discurso historiográfico. É inegável o forte lado subjetivo no discurso do historiador - “o mundo é feito à minha imagem e semelhança!” Não obstante, o documento oral só existe como “resultado do diálogo entre entrevistador e entrevistado”, e o entrevistado, diferentemente do documento tradicional, já está vivo, e pode ser mais do que mero sujeito da pesquisa. Cada vez mais, os *depoentes* se tornam *colaboradores*. O próprio uso da história oral impõe ao pesquisador não estabelecer uma “rígida separação entre sujeito/objeto de pesquisa”. O grande mérito da história oral é ser um recurso que não só admite a subjetividade como a transforma em fonte de investigação.

A história oral, portanto, é capaz de guiar procedimentos. Do ponto de vista historiográfico continua válido o aspecto divino do historiador, que vai trazer o entrevistado ao discurso teórico e salvar importantes aspectos de sua

memória, agora legitimada como fonte, “incorporando assim elementos e perspectivas às vezes ausentes de outras práticas históricas, como a subjetividade, as emoções ou o cotidiano.”<sup>50</sup> Mas nisso também residem tensões - a pluralidade dos diferentes pontos de vista, acadêmicos e não-acadêmicos. Um dos méritos do trabalho de Ecléa Bosi sobre a memória de velhos foi mostrar que o pesquisador também se revela ao entrevistado e a si mesmo, num face a face de estranheza.

A memória seria um elemento permanente do sujeito mediante o que é vivido - parte do real, do acontecido. Sua formação se dá como reação do sujeito, por intermédio de seu crivo, do filtro do grupo, ao impacto da realidade. Mudança e conservação são seus campos fundantes, que atendem às necessidades das pessoas de contar, a todo momento, com referências para o futuro imediato ou longínquo. Meu interesse pela história oral se relaciona ao apontado por essa passagem de Verena Alberti:

“Mas acreditamos que a principal característica do documento de história oral não consiste no ineditismo de alguma informação, nem tampouco no preenchimento de lacunas de que se ressentem os arquivos de documentos escritos ou iconográficos, por exemplo. Sua peculiaridade - e a história oral como um todo - decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações sócio-culturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu. É nesse sentido que não se pode pensar em história oral sem pensar em biografia e memória.”<sup>51</sup>

---

<sup>50</sup> AMADO, J. & FERREIRA, M. M. (Org.). Op. cit., pp. XIV-XV.

<sup>51</sup> ALBERTI, Verena. **História Oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989, p. 197.

Somente a história oral permite restituir a história de grupos sociais que não são tomados como produtores da história - e este é o caso dos depoentes desta investigação. Como os velhos trabalhadores rurais que migraram para a cidade leram 'essa tal' modernidade, 'esse tal' progresso? Sem a utilização da história oral, na esteira da história tomada apenas através do veio dos documentos escritos, na perspectiva do tradicional, esses grupos não teriam voz na história.

Quando da análise dos depoimentos colhidos, surgem várias unidades de sentido, que, por sua vez, aos serem entrelaçadas, vão dando maiores subsídios para a compreensão de dimensões do vivido. Tais dimensões são objetos do ponto de vista do *colaborador*, não obstante quase sempre tratados sob outros pontos de vista, presentes em documentos escritos, iconográficos, assim como em textos teóricos. Há dimensões cujos temas se aproximam de categorias analíticas, conceitos. Desta feita, não dispense outros documentos que não o criado pela história oral, ainda que os primeiros demandem outros instrumentos interpretativos.

Porém, a história oral é capaz de criar documentos objetivos que valem por si, seguindo regras específicas, chegando a dispensar outros documentos. Pode-se dizer que a moderna história oral caminha mais largamente nessa direção. O oralista segue procedimentos para fazer aparecer a narração dos colaboradores, atuando como um 'andaime', e evitando o abuso de autoridade atribuído ao diretor do projeto - ao último, tal atribuição seria devida à sua postura conservadora em história oral. De minha parte, considero que a utilização de outras fontes não implica, necessariamente, numa tal postura. Mas concordo que a moderna história oral se aplique em mostrar que ela é muito mais que entrevista, e

que o documento por ela produzido evidencia importantes (e novas) possibilidades de leitura da sociedade. Também é importante seu compromisso com o público, sua preocupação em não restringir o documento da história oral a um público iniciado. No entanto, a questão de se utilizar de um ou vários tipos de fontes deve se atrelar aos temas que o estudo se propõe a investigar. A história oral não deve ser tomada como uma panacéia. O importante no fazer historiográfico é o seu poder de desvendar as lógicas dos fenômenos humanos. No caso deste estudo, há uma via de duas mãos: a história vivida pelos depoentes e a história que busco apreender.

“...a grande dificuldade de aliar as fontes históricas tradicionais ao depoimento oral é que, em princípio, a fonte da memória é constitutivamente distinta da fonte histórica pela dimensão do próprio efeito que os fatos, acontecimentos ou situações desencadeiam. A memória coletiva ou individual, ao reelaborar o real, adquire uma dimensão centrada em uma construção imaginária e nos efeitos que essa representação provoca social e individualmente.”<sup>52</sup>

Para desvendar um pouco dessa complexidade, busquei sistematicamente nos depoimentos unidades de sentido. Essas dispensam sua apresentação *in totum*, uma vez que se prospecta, nos dados fornecidos pelos depoentes, um tratamento que permite encontrar resultados - sentidos - que sejam expressivos; sentidos que estejam presentes nos depoimentos, e que por isso tenham uma unidade.

---

<sup>52</sup> MONTENEGRO, A. T. Op. cit., 1994, p. 20.

O fato de aparecerem nos diferentes depoimentos faz com que esses sentidos se constituam numa regularidade fenomenal. Essa regularidade é um fenômeno que se faz presente na fala dos depoentes. Meu intento se traduziu numa tentativa de investigar a importância de tal fenômeno, e, através de sua análise, chegar aos movimentos sociais conforme concebidos por quem os viveu, para estudá-los teoricamente. A existência de unidades de sentido nos depoimentos exige do pesquisador que as trate como fenômeno social, presente na fala do velho trabalhador rural. São particularidades da pessoa, circunscritas no histórico e no social. O indivíduo vive com os outros, e sua identidade é constituída em grupo.

Halbwachs teria dito: “*Não é na história aprendida, é na história vivida que se apóia nossa memória*”<sup>53</sup>. Contanto que se leve em conta o filtro idiossincrático, próprio de cada indivíduo nessa coletividade. Daí as complexas interligações entre a subjetividade, particularidades, e o social - ‘eu sou eu no grupo’. Nesse veio procurei encaminhar meus intentos em relação aos depoimentos, ciente entretanto que trata-se de uma fonte inesgotável de análise. Diante dessa inesgotabilidade, para que a seleção e descarte de dimensões de sentido não se constituísse numa arbitrariedade pessoal de minha parte, por ser diretor do projeto, *oralista*, busquei sistematicamente guiar minha análise na órbita do *tom vital*, interpretando<sup>54</sup> o sentido pretendido pelo narrador e que permeia os vários sentidos relevados na narração.

---

<sup>53</sup> HALBWACHS, M. Op. cit., 1990, p. 60.

<sup>54</sup> Gostaria de ressaltar que me refiro à ‘interpretação’ enquanto meio pelo qual o historiador procura apreender fenômenos que estuda, descartando a pretensa filiação à hermenêutica que o termo ‘interpretação’ pode sublevar.

## **CAPÍTULO 2**

# **O ÊXODO RURAL E A AGROINDÚSTRIA**

## **CANAVIEIRA**

“Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor - mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, ‘tudo o que é sólido desmancha no ar.’” (Marshall Berman, *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986).

### **2.1 TARUMÃ, DISTRITO DE ASSIS**

Tarumã foi Distrito de Assis de 1927 até 1990, quando obteve emancipação política e administrativa. Faz parte da Alta Sorocabana de Assis na parte centro-ocidental de São Paulo, entre o Rio do Peixe e o Rio Paranapanema. Segundo o I.B.G.E., trata-se de uma *microrregião homogênea* constituída por Assis, Tarumã, Borá, Campos Novos Paulista, Cândido Mota, Cruzália, Echaporã,



Florínea, Ibirarema, Lutécia, Maracaí, Oscar Bressane, Palmital, Paraguaçu Paulista, Platina, Quatá, Pedrinhas Paulista.

Cerca de 90% do solo de Tarumã é de “terra roxa” (solos de latosol roxo e de terra roxa estruturada), excelentes para a agricultura, assim como em boa parte da Alta Sorocabana de Assis. Antes recoberta por densa “mata tropical”, Tarumã participou do intenso movimento de ocupação dessa região do início do século até 1940, motivado pelo avanço da fronteira do café. Referindo-se à Alta Sorocabana de Assis, Brant fornece importantes cifras:

“O primeiro município ali criado, em 1885, o de Bela Vista, contava segundo os registros disponíveis com 3.205 habitantes em 1886 e 7052 em 1900. Nessa última data já surgira o município de Conceição do Monte Alegre, correspondendo à área hoje ocupada por Maracaí, Paraguaçu Paulista, Quatá e Borá, além de dois municípios atualmente pertencentes à região da Alta Sorocabana de Presidente Prudente: Rancharia e João Ramalho. A população dessa extensa área não ultrapassava no entanto a cifra dos 1.703 habitantes. Somados os dois municípios existentes em 1900, a população total da região perfazia 8.755 habitantes, o que significava uma densidade de pouco mais de 1 habitante por Km<sup>2</sup>. Em 1940 a densidade já era de mais de 22 habitantes por Km<sup>2</sup> e em 1970 chegaria a 27,26 habitantes por Km<sup>2</sup>.”<sup>1</sup>

No caso específico de Tarumã, seus “primórdios” se referem à chamada Vila Lex. Num breve histórico, Mathiae Lex, filho de alemães que emigraram para a Província de São Paulo, estudou na Politécnica e cursou medicina na Universidade de Kaiser, na Alemanha. Voltando ao Brasil, instalou uma clínica

médica e exerceu sua profissão estendendo o trabalho à prestação de serviço ao Estado. Relacionando-se com famílias tradicionais, casou-se com uma das primas de Campos Sales, e, após receber do governo do Estado de seis a oito alqueires de terra referentes à região de Assis, pôde deixá-las de herança aos seus sete filhos. Um deles, Gilberto Lex, farmacêutico, decidiu administrar as terras que herdou de seu pai - iam da Cabeceira da Fortuna ao Rio Paranapanema. Instalou a Fazenda “Dourado Tarumã” e vendeu a parte restante em pequenos lotes, ao mesmo tempo em que iniciou a construção daquela que seria a Vila Lex, atual Tarumã.

---

<sup>1</sup> BRANT, V. C. “Do colono ao bóia-fria: transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis. Estudos **CEBRAP**, São Paulo: Brasiliense, (19): 37-91, Jan./fev./mar., 1977, p. 42.

## **2.2. O TRABALHADOR RURAL**

A estrada de ferro sorocabana já havia chegado em Ibirarema, na Alta Sorocabana de Assis, seguindo para Palmital, Cândido Mota, e finalmente para Assis em 1915; daí para Paraguaçu Paulista, Quatá, em direção a Presidente Prudente. Porém o único jeito de se chegar a Tarumã era através de carroça, carro de bois, cavalo, contando-se aí toda as dificuldades do intento (precariedade das estradas).

Não obstante, com a chegada da ferrovia, valorizaram-se as terras, facilitou-se relativamente a chegada até elas, e houve o aparecimento de pequenas propriedades - migrantes do sul de Minas Gerais, Avaré, Salto Grande, média e alta mogiana. Bastante ligados às culturas de subsistência, dedicavam-se basicamente ao cultivo de milho, feijão e arroz, e à criação de porcos, principalmente, além do gado. Havia algum excedente na produção, e destacava-se o comércio de porcos, muitos vendidos em Salto Grande, distante mais de 50 Km de Tarumã, e levados até lá através de longas caminhadas. Com a engorda do porco podiam, além de se alimentarem e vendê-lo, produzir sabão, cudiguim (lingüiça de origem italiana, feita de miúdos e couro de porco, quase sempre cozida junto com o feijão), chouriço, fazer a comida utilizando a banha, conservar os alimentos colocando-os junto à banha numa lata mais ou menos grande.

Não tardou muito, após a chegada da estrada de ferro, no final da década de 1920, começa a se impor nessa região a fronteira do café.

A cafeicultura foi por muito tempo a atividade mais importante da economia brasileira. Acerca desse tema, merece destaque Verena Stolcke, que produziu uma obra de fôlego sobre o assunto, e pôde analisar seus efeitos sobre o povoamento de regiões, nos conflitos gerados nas relações de produção entre fazendeiros e trabalhadores, nas transformações históricas envolvendo a mão-de-obra e as formas de produzir.

O Brasil, para produzir café, necessitava de mão-de-obra para trabalhar nas fazendas, e mesmo antes da abolição da escravidão dos negros, fomentou-se uma imigração em massa de europeus. Dos conflitos gerados a partir das relações entre fazendeiros e trabalhadores, algum consenso temporário se referiu aos contratos de parceria, ocorrendo também o fato do trabalhador se instalar na fazenda como meeiro. Os imigrantes traziam suas famílias para trabalharem nas fazendas de café e, segundo Verena Stolcke, tal fato foi bem explorado pelos fazendeiros:

“Reduzindo os custos de mão-de-obra por unidade, em comparação com o trabalho assalariado, a parceria deve inicialmente ter-se apresentado aos fazendeiros como substituto mais adequado para o trabalho escravo.”<sup>1</sup>

O fazendeiro poderia contar em épocas de colheita com uma reserva de mão-de-obra, escalada entre os próprios indivíduos da família. As roças, que barateavam o custo da reprodução da força de trabalho, eram terras impróprias para o café e marginais, cedidas pelos fazendeiros aos parceiros (e meeiros), sem no entanto fornecer-lhes uma posse efetiva. Com isso, às oscilações do preço

do café no mercado internacional, o fazendeiro respondia com a versatilidade na produção.

O *roteiro* do café favoreceu-se da abundância de terras disponíveis. Ela implicava o desflorestamento contínuo e a ocupação de novos espaços, tão logo iam se esgotando o solo dos espaços já explorados; nesses a produtividade dos pés de café tendia a cair. No momento em que a fronteira do café marchava para a região de Assis e Tarumã, já ocorria que, em grande medida, a migração interna sucedia ao imigrantismo subvencionado pelo Estado - o qual deixara trabalhadores endividados com seus patrões:

“Quando, em 1927, o sistema da imigração subvencionada é abolido, o número de brasileiros de outros estados já sobrepujava de longe o dos de cada nacionalidade estrangeira, isoladamente considerada. À imigração subvencionada substituíam-se progressivamente pela espontânea, sem compromisso e precipuamente dirigida para a atividade urbana; e, de qualquer forma, o número de migrantes já se tornara maior que o de imigrantes introduzidos com passagens pagas.”<sup>2</sup>

Também em 1927, a Vila Lex se transforma em Distrito de Paz - o Distrito Tarumã. Vieram para Tarumã o escrivão de paz, José Osório de Oliveira, e sua família; fato em si já sintomático do povoamento e dos ícones do progresso, ainda lento, que se processava. Já nessa época, em frente à antiga Igreja, pessoas se aglutinavam para assistir e jogar futebol. Fato devido ao empenho do loteador, Gilberto Lex, em fomentar esse tipo de atividade para a região. Uma

---

<sup>1</sup> STOLCKE, V. - **Cafeicultura - Homens, Mulheres e Capital** (1850-1980). Trad. Denise Bottman e João R. Martins Filho, S.P., Brasiliense, 1986, p. 27.

peculiaridade da história de Tarumã se deve a esse requisito exigido dos trabalhadores que para lá se dirigiam: o loteador preferia os que dominavam a arte do futebol, além do manuseio da enxada. Isso se refletia nos jornais publicados na capital do Estado, onde os anúncios de contratação de empregados apresentavam os requisitos básicos: ser bom de enxada e bom de bola. De certa forma, o futebol foi um dos ícones relacionados ao anúncio da modernização, do progresso, elementos fundantes do povoamento que se processava em Tarumã.

O loteador assumia seu papel de fomentador do progresso. Mesmo antes de se tornar Distrito de Paz, em 1925, chegava em Tarumã o primeiro dentista, a primeira costureira. Em 1926, era instalada a primeira pensão, para receber pessoas vindas de outras regiões. Em 1928, já havia banda de música que se utilizava de instrumentos sofisticados, como acordeão, clarineta, violino, cavaquinho. A *Furiosa*, como era chamada a banda, animava bailes, promovia serenatas. Antes do final da década de 1920, instalava-se em Tarumã uma serraria. Na década de 1930, surge o Cartório de Paz. Iniciam-se os registros de casamentos e nascimentos, assim como o início do respeito ao calendário cívico - o 7 de setembro, etc. Às festividades cívicas se somavam a realização de casamentos, batismos, crismas, além de, como não poderia faltar, jogos de futebol. Também ali a Igreja ocupava a rua central, assim como o campo de futebol, contando com a presença periódica do Bispo de Assis.

Não obstante a marcha da fronteira do café para o oeste paulista, sua produção na região de Assis e Tarumã foi bastante “intercalada” com outras

---

<sup>2</sup> BEIGUELMAN, P. *A crise do escravismo e a grande imigração*, 4<sup>a</sup> ed., São Paulo: Brasiliens-

culturas. Para Leonardo Colosso, esse fator fez com que a crise de 1929 atingisse com pouca expressão a economia da região:

“A crise mundial de 1929 atingiu com pouco impacto a economia da região de Assis, visto que esta não se dedicava exclusivamente ao café. A queda do preço e a desvalorização do produto no mercado internacional retraina a produção em algumas áreas e desestimulou o plantio em outras. Algumas regiões chegaram mesmo a ser abandonadas devido à recessão.”<sup>3</sup>

Acerca da diversidade das culturas, que garantia “versatilidade” à região, sete anos depois, em 1936, o município de Assis (incluía Tarumã), contava “*com 800 sitiantes e dos seus 4.500.000 pés de café, 2.500.000 estão em franca produção. A produção de 1935 foi a seguinte: arroz 48.220 sacas; feijão 6.150 sacas; algodão 600.000 arrobas; laranjas 11.950 caixas; abacaxi 5.850 frutos; amoreiras 12.220 pés; alfafa 22.000 Kg; mamona 110.985 quilos; aguardente 8.000 litros; açúcar 2.000 arrobas; banana 10.000 cachos; mangas 6.105 caixas; casulos 218.700 gramas, e suínos 15.000 cabeças.*”<sup>4</sup>

Nesse contexto de povoamento da região, acelerado pela chegada da estrada de ferro, de relativa versatilidade frente às mudanças econômicas mais gerais, de intercalamento de outras culturas junto ao café, contexto esse, articulado com o fato de que a cafeicultura, tão logo chegou à região, já dava sinais

---

se, 1987, (Coleção ‘Tudo é História’, 2), p. 60.

<sup>3</sup> COLOSSO, L. - **Bóia-Fria da Silva** - Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Unesp, 1990, Tese nº 513, p. 14.

<sup>4</sup> CAMPANHOLE, A., Apud. COLOSSO, L. Op. cit., 1990, p. 14.

de declínio como um todo, acrescentam-se as mudanças de direção no cenário do jogo político brasileiro, posteriormente à chamada ‘Revolução de 1930’.<sup>5</sup>

Faz parte da pauta de intenções do Governo Vargas a concretização de um projeto que já vinha sendo discutido anteriormente - a racionalização do trabalho. Na década de 1930, os intentos relacionados às tentativas de racionalização do trabalho, inclusive no campo, ganham respaldo mediante uma crítica à República Velha, ligada à oligarquia agrária e cafeeira, e incapaz, argumentava-se, de cuidar da “questão social”. No quadro dos conflitos sociais gerados nas décadas de 1920 e 1930, o IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho) é concretizado em 1931, na esteira dos caminhos trilhados por tendências vinculadas à reorganização do processo de trabalho. As propostas reorganizacionistas incluíam debates ligados a modelos discutidos e experimentados em outros países - Taylorismo, Fordismo. O chamado *Racionalismo* marcaria o desdobramento desse debate na postura assumida por intelectuais, técnicos e cientistas no Brasil. Como bem sintetiza Maria A. Antonacci:

---

<sup>5</sup> Tomar o termo ‘Revolução de 1930’ implica um marco fundador, admitindo-se automaticamente uma ruptura para com o período anterior. A historiografia que assim trata o assunto, e em torno do qual se constrói um ‘fato’ (revolução de trinta) teve seus fundamentos questionados. Um outro olhar, atento aos conflitos sociais, tece críticas aos pressupostos relacionados ao entendimento do Estado Novo como esforço de reorganização a ‘partir do alto’, transferindo as decisões para o aparato burocrático do Estado, o qual contaria com a abdicação do exercício de poder por parte das classes dominantes. Neste particular, cabe ressaltar que a burguesia apenas admite a ordem constitucional se beneficiada em seus confrontos com o movimento operário, contra os comunistas e, no outro extremo, contra os integralistas: “*Os seus canais de organização passam pelas entidades sindicais (despolitizadas naturalmente) e/ou organismos técnicos, instrumentos definidores de suas estratégias de ação, abrangendo um circuito amplo de problemas que apontam em direção à gestão do (Estado no) mercado de força de trabalho, à reestruturação do processo de trabalho a partir de pressupostos que passam por medidas racionalizadoras e que implicam a ampliação do esquadramento do espaço urbano no sentido do saneamento físico e mental.*” (SILVA, Zélia Lopes da. “Os Sindicatos e a Gestão do Estado no mercado de trabalho: São Paulo, 1929/32”. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo. V.7 nº14, mar./ago. 1987, p. 97).



“Participando e explorando potencialidades das idéias que, fundadas no progresso científico, na ordem tecnológica, na confiança ilimitada na razão para regeneração social e bem-estar comum, percorreram todos os tempos, espaços e instâncias sociais desde a virada do século, ideólogos do IDORT - através de expressões desta natureza - trabalharam o imaginário social. Operaram com significados sócio-culturais emanados no decorrer de práticas de luta e de reflexão em torno das virtualidades libertárias e igualitárias da razão, redimensionando-os na direção de uma cultura técnico-científica em conformidade aos interesses patronais, revestidos de interesses nacionais.”<sup>6</sup>

As elites agrárias da região de Assis e Tarumã saberiam tirar proveito “privado” junto ao poder público. A seu favor contribuía a diversidade nas atividades econômicas, que garantiu à região uma integração sistêmica, sem grandes danos, no contexto maior do capitalismo, da crise de 1929, das mudanças de direção do Governo Provisório. Isso, sem que o trabalhador rural tivesse que passar por bruscas metamorfoses a partir da referida racionalização do processo de trabalho. Tal ocorreria mais tarde, nas décadas de 1960 e 1970, conforme tentarei mostrar em outro item. Aliás, não foi apenas na ‘Era Vargas’ que ocorreram tentativas de racionalização ligadas à força de trabalho.

Esta conclusão leva à idéia de que as alterações inauguradas pela ‘Era Vargas’ - grosso modo, o término do controle político das oligarquias ligadas ao café e à exportação, em benefício da ação política preocupada com o desenvolvimento urbano-industrial - não foram tão profundas a ponto de promo-

---

<sup>6</sup> ANTONACCI, M. A. **A vitória da razão?** O IDORT e a Sociedade Paulista. São Paulo: Marco Zero, 1993, pp. 19-20.

ver substanciais metamorfoses na população rural dos arrabaldes de Tarumã. Não obstante, nessa época de constituição do Governo Provisório, Tarumã era distrito de Assis, e

“A 16 de outubro de 1930, por delegação do Governo Provisório do Estado de São Paulo assumia o cargo de Prefeito Municipal o Dr. José Vieira da Cunha e Silva, médico e proprietário, que ‘...prometia como brasileiro cumprir o seu dever para concorrer para a grandeza da Pátria Brasileira que recente gesto de brasileiros patriotas colocou no trilho da honestidade e do progresso.’ Até dezembro de 35 foram nomeados e substituídos pelo Governo Provisório do Estado de São Paulo ou pelo Interventor Federal do Estado nada menos que sete prefeitos.”<sup>7</sup>

De fato, o reflexo das mudanças promovidas na década de 1930 na população rural da região estudada foram inicialmente de baixo impacto. No entanto, elas fomentaram já de início alterações nas instituições políticas locais. O motivo se deve, como já disse, ao fato da região, nessa época, contar com culturas diversificadas, não se restringindo ao café. Mas, mais do que isso, ainda não existia ali a agroindústria canavieira. Esta sim, no contexto das transformações promovidas pelo Estado, sob novas orientações, representaria um reflexo muito mais profundo e imediato na referida população, e desta feita, uma bem sucedida oportunidade para as elites locais de ampliar suas riquezas, ao imprimir formas de racionalização da produção tão insistentemente propostas a partir, principalmente, da criação do IDORT, do IAA (Instituto do Açúcar e Alcool) e de outros órgãos estatais.

Isso coloca uma importante questão no tocante à análise do ritmo e das formas de disseminação do capitalismo, sobretudo no que se refere ao campo. Um caminho que seguiria, tendencialmente, o seguinte trajeto: 1) transformar em mercadoria não apenas os produtos excedentes; 2) generalizar a produção de mercadorias; 3) transformar a produção de mercadorias em produção capitalista. Aí reside todo o processo que vai do momento em que Tarumã é loteada, as culturas se diversificam, a fronteira do café chega na região, até o momento em que é implementada a usina de açúcar e de álcool:

“Como a fazenda não absorvia capital senão limitadamente, já que ela própria produzia a parcela básica do seu capital, pela transformação da renda-em-trabalho em capital, a oposição entre práticas capitalistas e relações de produção não-capitalistas se resolveria na reprodução capitalista do capital, fora do café, na indústria, como se deu, quase ao mesmo tempo em que se instalou o trabalho livre.

Ao mesmo tempo em que a economia do café remanejava o colono para o trabalho independente, remanejava o capital por ela engendrado para o empreendimento em que se desse a reprodução capitalista do capital, isto é, a reprodução baseada no trabalho assalariado. Ao produzir essa relação, o café produzia também a sua sujeição, a sujeição das relações não-capitalistas de produção do colonato às relações do modo especificamente capitalista de produção da grande indústria.”<sup>8</sup>

Em linhas gerais, se o café possibilitou acúmulo de capital e produziu homens afortunados, também permitiu que os trabalhadores, por muito

---

<sup>7</sup> COLOSSO, L. Op. cit., 1990, pp. 16-17. O fragmento entre aspas Colosso extrai do Livro de Acta das Reuniões da Câmara Municipal de Assis, p. 23.

tempo, gozassem de uma relativa *autonomia*. Tal autonomia se refere à possibilidade desses trabalhadores criarem sua sobrevivência através do seu trabalho (economia para si) na roça, no sítio, através da criação de galinhas, de porcos, vacas, no pequeno terreno que lhes era reservado pelo fazendeiro. Desta feita, pôde o trabalhador criar suas raízes culturais, seus símbolos, sustentar a família, criar laços de convivência, religiosidade e identidade. Pôde controlar, relativamente ao menos, seu tempo de trabalho, e de descanso, relacionados intimamente com o tempo da natureza - a safra, a entressafra, o crescimento das plantas, etc.

O capitalismo penetra na região estudada tão logo ela é povoada, tão logo se planta o primeiro pé de café. Porém, dentro de moldes particulares, uma vez que o capitalismo é um fenômeno além fronteiras que articula formas distintas de mais-valia. O colonato, que foi a base do povoamento inicial de Tarumã e de seus arrabaldes, tem seu papel dentro desse processo do capitalismo, e portanto aí estão subjacentes aspectos diferenciados no tocante à mais-valia.

José de Souza Martins, em sua obra *O cativo da terra*, procura explicar o paradoxo do fazendeiro, que era um capitalista e que, ao mesmo tempo, contava com uma base de produção - inicialmente a mão-de-obra escrava, posteriormente o colonato - que era alheia aos moldes das relações capitalistas propriamente ditas. No caso do colonato, o fato dos trabalhadores produzirem de forma direta seus meios de vida inicialmente os afastariam do modo capitalista de produção.

---

<sup>8</sup> MARTINS, José de Souza. **O cativo da Terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, p. 93.

A partir dessas inquietações, Martins tece análises que o leva à constatação que o processo do capital engendra e reproduz relações não-capitalistas de produção, como seria o caso do colonato. A renda da terra perderia seu caráter ‘pré-capitalista’ à medida que o processo do capital a transforma em renda capitalizada, incluindo-a no processo maior de reprodução capitalista. Aqui, a mais-valia apareceria na forma de lucro comercial, apesar da formação do capital ser diretamente extorquida do trabalhador enquanto renda-em-trabalho nas fazendas de café: *“A fazenda se organizava internamente, nas suas relações internas, pela intervenção do capital de custeio, do capital para movimentação de safras. Por isso, a relação entre o fazendeiro e o colono envolvido no trato e colheita de café era uma relação semelhante à que mantinha com o comissário - uma relação de contas correntes, como se o próprio trabalhador fosse outro comerciante.”*<sup>9</sup>

O fazendeiro fazia o acerto ao final da safra com o chefe da família de trabalhadores. Era quando a mais-valia se materializava. O colono, então, aparecia como fornecedor de mercadorias, além de trabalhador diarista e assalariado. Soma-se a isso o fato de que havia as cadernetas nas quais devia estar registrada a conta corrente do colono com o fazendeiro. A igualdade formal não se daria no processo de trabalho, mas fora dele: *“A igualdade formal entre o colono e o fazendeiro estipulada com base nos elementos da conta corrente, mediante a troca de dinheiro pelo produto do trabalho (o café), era simples igualdade entre compradores e vendedores no próprio ato de compra e venda. Mas, essa igualda-*

---

<sup>9</sup> MARTINS, J. S. Op. cit., 1979, p. 79.

*de episódica, de acerto de contas, acobertava uma efetiva relação desigual no processo de trabalho.”*<sup>10</sup>

No bojo dessa forma particular de sobretrabalho é que se permitiu: 1) a acumulação de capital, ao mesmo tempo em que a mão-de-obra ainda não era constituída de trabalhadores livres; 2) a prática de relativa autonomia do trabalhador, ao gozar da possibilidade de produzir os meios de vida para seu sustento e o de sua família.

De outro lado, os colonos, meeiros, parceiros, pressupunham uma relação pessoal com o fazendeiro - combinar o trabalho a ser efetuado, o terreno que deveria ser cedido ao trabalhador para promover o sustento da família (esse seria um dos primeiros elementos que rapidamente definharia em Tarumã, quando da implementação da UNA), registrar contas na caderneta, e encontro ao final da safra. Não poucas vezes, tornavam-se compadres - o fazendeiro assumia o papel de padrinho nos batizados dos filhos dos trabalhadores. Ocorriam visitas, prosas. Os velhos trabalhadores rurais mantêm uma valorização do ato do cumprimento, que abrange inclusive políticos. Preferem votar em quem, depois de eleito, continua cumprimentando-os quando se encontram.

Em linhas gerais, o caldo de cultura no qual se enraizaram os trabalhadores rurais que migraram para as cidades pode ser referido como se apresenta abaixo. Meu objetivo aqui é apenas me ater a alguns aspectos percebidos nos depoimentos, para auxiliar-me num breve elenco que coloca em evidência as

---

<sup>10</sup> MARTINS, J. S. Op. cit., 1979, p. 80.

formas de reprodução da sobrevivência, as idéias morais, as manifestações culturais, os símbolos do cotidiano, do trabalhador rural na região estudada:

- *fartura*: produção e conservação de alimentos para o próprio consumo - frango, porco, feijão, farinha, etc., e uso da banha para conservação de alimentos.

- *calma*: pouca preocupação em relação à violência, e vida organizada segundo o “tempo” da natureza (safra, entressafra, crescimento das plantas, dos animais, etc.).

- *Normas, solidariedades, sentimentos*: pautadas na possibilidade de vivências pouco individuadas: todos se conhecem, todos colaboram. Aí entram-se elementos como os mutirões seguidos de bailes, o acompadrar, o futebol, a reunião de mulheres no tear, as festas religiosas, cívicas, etc. As festas, o lazer, eram elementos bastante ligados tanto à tradição religiosa (festa de São João, Santo Antônio, etc.) quanto às fortes amizades. Mesmo sendo comum os trabalhadores rurais não ficarem por tempo prolongado apenas numa fazenda, havia facilidade de encontrar novas amizades em outras. Sentimentos pautados naquilo que Michel Maffesoli chamaria de *proxemia* - termo que o autor empresta da Escola de Palo Alto, que significa, grosso modo, as vivências pautadas no empático, no próximo, onde se articulam: as histórias vividas no dia a dia e a “trama” comunitária.<sup>11</sup> Enquanto a cidade tinha uma relação mais “orgânica” com os sítios, mais

---

<sup>11</sup> MAFFESOLI, M. **O tempo das tribos**. O declínio do individualismo nas sociedades de massa. Apresentação de Luiz Felipe Baêta Neves, Tradução de Maria de Lourdes Menezes, Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987, p. 169.

“vila” que cidade, poderia se oferecer ao trabalhador rural como complemento do lazer: quando os moradores dos sítios de Tarumã se reuniam para ir fazer compras em Assis, era um importante evento para a “empatia” comunitária. Também o futebol poderia ser aqui elencado: como já referido chegou a ser um dos requisitos para contratações de trabalhadores para a fazenda do loteador da Vila Lex. Dia de jogo era dia de festa e aglutinação de pessoas.

• *proximidade e segurança* com relação ao trabalho; em outras palavras o oposto do caso de se iniciar a vida quando o turno da fábrica termina, além da insegurança de não encontrar trabalho em caso de demissão.

No tocante a algumas categorias analíticas aqui observadas para breve elenco dos temas levantados pelos depoimentos - *Normas e solidariedades*, e *sentimentos* -, essas fazem parte da teoria da razão comunicativa de Jürgen Habermas, referentes às categorias subjacentes ao que o autor chama de mundo objetivo (acontecimentos), mundo social (normas e solidariedades), e mundo subjetivo (sentimentos). Tais análises auxiliam num quadro comparativo entre o antes e o depois do êxodo rural, no contexto do viver a velhice, tendo como presente, além do definhamento biológico, a consolidação da modernização social. Uma das vantagens teórico-metodológicas é a identificação dos elementos reificados e não reificados que aparecem nas narrativas<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> No seio da relação do indivíduo com a sociedade, há sempre um leque de possibilidades no que diz respeito às formas em que o indivíduo, idiossincriticamente, mediante o fluir histórico, social, absorve, contrapõe, resiste, manipula, transforma. As formas da pessoa se referir ao passado diz muito sobre como ela vivenciou esse leque. “A maioria das pessoas conta a própria história mesclando várias formas narrativas. Tanto a tragédia como o humor acentuado, muitas vezes, conjugam-se com factualismos e sentido épico.” (MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996, p. 38).



Farei aqui breves incursões aos estudos de Habermas, com o intuito de qualificar algumas de suas categorias analíticas para seu enquadramento metodológico em meu estudo. A abstração será inevitável.

A razão comunicativa, para Habermas, é, grosso modo, no conjunto de sua obra, pano de fundo para a ação comunicativa. A modernização social tende a uma racionalização sistêmica que vai impor aos indivíduos dos grupos sociais uma coordenação automática, em detrimento do pano de fundo onde a ação comunicativa poderia contar com a participação dos interessados, na esteira da obtenção de consenso; contexto em que fica atravancada a ação comunicativa - 'colonização do mundo vivo'.

Abaixo, dois fragmentos que trazem à baila a questão do enraizamento e da identidade, elementos que sofreriam fortes impactos a partir das transformações advindas com a industrialização na cidade e no campo:

“O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Participação natural, isto é, que vem automaticamente do lugar, do nascimento, da profissão, do ambiente. Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. Precisa receber quase a totalidade de sua vida moral, intelectual, espiritual, por intermédio dos meios de que faz parte naturalmente.”<sup>13</sup>

“O conceito de *identidade* implica semelhança a si próprio, formulada como condição de vida psíquica e social. Nessa linha, está muito mais pró-

ximo dos processos de *reconhecimento* do que de conhecimento. A busca de uma identidade se alia mal a conteúdos novos, pois o novo constitui uma ameaça, sempre. Ao contrário, ela se alimenta do ritmo, que é repetição; portanto segurança. Trata-se, em suma, de atividade conservadora, que privilegia o reforço em detrimento da mudança.”<sup>14</sup>

Acerca do conceito de identidade acredito tê-lo equacionado a ponto de não o tratar de forma tão mecânica. A identidade refere-se ao dinamismo próprio da cultura enquanto movimento signo-signicidade, ou seja, constante decodificação de elementos novos – elaboração contínua de procedimentos mais vantajosos e compatíveis. Costuma-se exagerar o elemento repetidor da identidade. O conservadorismo deve ser evidenciado, ao meu ver, em outras instâncias conflitantes neste caso, e não na identidade tomada enquanto semelhança de si próprio. Por outro lado, considerando tanto o enunciado de Simone Weil sobre o enraizamento quanto o de Ulpiano Bezerra de Meneses sobre a identidade, permanece a questão da autonomia, que é uma das dimensões mais importantes reveladas pelas entrevistas que efetuei com os trabalhadores rurais que se mudaram para Tarumã. O que fomentou as transformações – aqui reside o conservadorismo – que vieram em detrimento de um certo tipo de vida (arriscaria dizer, um certo tipo de mundo da vida), anterior ao êxodo rural, e que ampara a história de vida dos sujeitos da pesquisa, apresenta aspectos predatórios – assimetria. Essa relativa

---

<sup>13</sup> WEIL, S. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Tradução de Therezinha G. Langlada; seleção e apresentação de Ecléa Bosi, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 347.

<sup>14</sup> MENESES, U. B. de. “Identidade cultural e arqueologia”. In: BOSI, Alfredo. **Cultura Brasileira: temas e situações**, São Paulo, Ática, 1987, p. 182.

autonomia era a arma de que dispunham os trabalhadores rurais. Já não mais dispõem.

Isso posto, como pensar a questão do mundo vivo e o incremento de transformações assimétricas no caso aqui tratado? O que Habermas chama de ‘mundo vivo’ é, em poucas linhas, o lugar das certezas pré-reflexivas, onde os indivíduos coordenam ações, e organizam a reciprocidade de suas ligações, lingüisticamente mediatizadas, e dali se abastecem dos modelos de interpretação pressupostos para o convívio social. Os elementos fundantes do mundo vivo são cultura (saber acumulado; formas simbólicas, objetos de uso e tecnologias, palavras, teorias, livros, documentos...), sociedade (em sentido estrito, enquanto normatividade que regula a solidariedade entre os membros da comunidade; práticas e costumes regulados normativamente), e personalidade (enquanto conjunto de capacidades que habilitam a pessoa a participar da vida em grupo; substrato dos organismos humanos).<sup>15</sup>

O termo surgiu no tratado “A crise das ciências européias”, de Husserl, como crítica da razão. Habermas o desenvolve tomando-o como complemento conceitual do agir comunicativo, passando a criticar Husserl: “*A maior parte daquilo que é dito na prática comunicativa cotidiana não atinge o nível da problematização, fugindo à crítica e à pressão desenvolvida pela surpresa das experiências críticas, porque vive de um adiantamento de validade, proporcionado*

---

<sup>15</sup> HABERMAS, Jürgen. **Pensamento pós-metafísico**: estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990, p. 98.

*por certezas consentidas preliminarmente, ou seja, por certezas do mundo da vida.”*<sup>16</sup>

É no mundo vivo que reside a ação comunicativa. Isso se deve ao fato de que o processo interativo entre indivíduos, no mundo vivo, é sempre lingüisticamente mediatizado, o que pressupõe pretensões de validade. Habermas parte da teoria da ação de fala, desenvolvida a partir de Austin e Searle, para superá-la com a constatação de que *“todas as funções da linguagem, e não apenas as da representação, estão prenhes de pretensões de validade.”*<sup>17</sup> Três elementos as definem: veridicidade da asserção com relação ao mundo objetivo das coisas; correção da norma com relação ao mundo social das normas e instituições; sinceridade (veracidade) na intenção dos participantes com relação ao mundo subjetivo das vivências e sentimentos. Ocorre que a ação comunicativa habitual não sofre contestações fundamentais. O quadro muda quando se questiona os fundamentos dessas pretensões, e tem-se o discurso, que abandona o mundo vivo, até que se estabeleça, a partir do entendimento mútuo entre os atores participantes, o consenso em torno de nova validade. Os discursos que problematizam o mundo objetivo e o social são, respectivamente, o teórico e o prático; e, como tais, rompem o vínculo com o mundo vivo, que poderá ser posteriormente refeito. Já no tocante ao mundo subjetivo, não há o rompimento com o mundo vivo, apenas a falta de confiança no ator que não está sendo sincero.

---

<sup>16</sup> HABERMAS, J. Op. cit., 1990, p. 89.

<sup>17</sup> HABERMAS, J. Op. cit., 1990, p. 79.

A afirmação ‘colonização do mundo vivo’ pode ser entendida da seguinte maneira. No agir estratégico residem pretensões de poder, que prescindem de entendimento. Nesse tipo de ação, a linguagem é utilizada apenas como meio para transmissão de informações, e não como fonte de integração social. Na ação estratégica, a “*coordenação depende da influência dos atores uns sobre os outros e sobre a situação da ação, a qual é veiculada através de atividades não-lingüísticas*”<sup>18</sup> Para Habermas, como, em última instância, o mundo da vida só pode ser formado e reproduzido pelo agir comunicativo, é travada a ‘luta’ entre as pretensões de poder e as pretensões de validade. Para esse autor, o homem é um ser que não pode deixar de invocar e justificar pretensões de validade.

Isso posto, volto ao tema do trabalhador rural. As metamorfoses por que passou o trabalhador rural envolveram ações onde sua participação se restringiu a uma posição mais defensiva que fomentadora. Nos discursos de representantes de órgãos estatais e de usineiros existem, obviamente, a pretensão de que sejam aplicados seus encaminhamentos de forma ampla, capaz de envolver fazendeiros, Estado, trabalhadores rurais, com a diferença de que o último não é convidado a participar da argumentação e defender sua autonomia (relativa ao menos). E é, desde o início, uma relação desigual, assimétrica - os trabalhadores, ao menos no caso estudado, não tiveram as mesmas ferramentas que outras classes sociais utilizaram para participar da argumentação, quando esta existiu. O trabalhador rural está preso às necessidades mais básicas, à fadiga. “Pobre não tem vez!” é um grito que denuncia que não se buscou junto ao trabalhador rural um

---

<sup>18</sup> HABERMAS, J. Op. cit., 1990, p. 71.

entendimento mútuo, capaz de fazê-lo fomentar mudanças; essas potencializaram a capacidade de outros atores sociais enriquecerem, mediante profundas transformações nas condições gerais de produção.

Desta feita, as normas de ação não foram pautadas em entendimentos, numa ‘comunidade interativa ideal’ (termo utilizado por Karl-Otto Apel). Obedeceram, sim, a pretensões de poder; foram predatórias, e não co-determinadas relativamente ao trabalhador rural. À constatação de que, nas sociedades, são sempre as pretensões de poder que estão no bojo das relações sociais, como instância ‘atávica’, responderia com a pretensão do desenvolvimento da capacidade de analisar fenômenos humanos a partir de uma postura que se descen-tra das normas e instituições sociais, e que posteriormente retorna a essas como discurso historiográfico.<sup>19</sup>

Não se poderá afirmar, por outro lado, que o trabalhador rural vivia uma situação de repetição ininterrupta, como comumente é apontado sob a utilização do conceito *identidade*, num ‘mundo vivo’ fadado à pré-reflexão. Uma tal postura, como poderia sugerir uma leitura problemática de Habermas, tenderia a subestimar a capacidade cultural desse grupo humano – os trabalhadores rurais: colonos, meeiros etc.

---

<sup>19</sup> “...você [Ecléa Bosi] nos fala da comunidade intersubjetiva. Lá estão Merleau-Ponty e Lewin, descrevendo os mistérios do diálogo. Lá está Sartre repondo, como Merleau-Ponty, a luta mortal das consciências e sua superação num universo paritário. Todavia, sem nos dar tempo de repousar nessa comunidade intersubjetiva, você nos apresenta a outra face da linguagem, aquela onde reina o poder da assimetria e que nos força a indagar: onde, em nossa sociedade, escondeu-se a comunidade participativa e intersubjetiva?” CHAUI, M. de Souza. “Os trabalhos da memória”. In: BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**, 3ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1994, pp. 23-24.

Enquanto mão-de-obra exclusivamente assalariada, na cidade, as transformações relacionadas à modernização social interferirá nas formas dos velhos se lembrarem da apontada autonomia e da vida no campo. Não raro, referem-se ao passado como sendo o tempo da ‘fartura’. Uma das questões investigadas nos depoimentos diz respeito ao momento em que os entrevistados foram para a cidade, se foi essa relativa autonomia que lhes deu uma “poupança”, se foi isso que lhes possibilitou sair do campo e se instalar na cidade. A resposta se mostra variada, conforme mostrarei adiante. Seu Cleber, um dos entrevistados, afirma categoricamente: “*Pobre não tem vez!*”. Ele, como muitos outros, preferiria continuar morando no sítio, se pudesse. No caso de Tarumã, muitos dos ex-colonos se mudaram para a cidade por ocasião da greve na usina, em 1962, da qual tratarei posteriormente.

A urbanização de Tarumã foi induzida nas últimas décadas pela UNA e suas necessidades subjacentes, no tocante às transformações nas condições gerais de produção. A usina participa de importantes decisões públicas, assumindo um certo controle sobre as transformações da história local, e não raro definindo o perfil desejado para a mão-de-obra. Numa recente reportagem de um jornal da região, acerca da criação do museu histórico de Tarumã, assim se pronunciou o usineiro:

“O Brasil é a 4ª zona agrícola do mundo, incluindo o Vale do Parana-panema. O Brasil tem apenas três problemas: *escola, escola, escola*. Daqui e

da instalação de um Museu Histórico pode sair muita coisa que para o Brasil pode ser substancial.”<sup>20</sup>

A agroindústria canavieira, no contexto de uma reorientação de sentido, em que as políticas públicas de incentivo ao álcool são devidamente exploradas por atores que têm nas mãos a possibilidade de açambarcar, para si, um agir estratégico e instrumental, um saber técnico e organizativo, e um pensamento objetivante, pôde promover uma verdadeira reorientação também nas relações campo-cidade.

Referindo-se às relações entre a cidade e o campo, Paul Singer faz importantes análises acerca do antes e do depois da especialização e do avanço tecnológico:

“Na medida que a economia urbana exclui o contato direto com a natureza, a cidade não pode ser economicamente auto-suficiente e, de fato, quase nunca o é. O campo, pelo contrário, inclui entre as atividades que nele se realizam, as primárias, o que lhe permite, em princípio, ser economicamente auto-suficiente. Desta maneira, a cidade praticamente sempre depende do campo para sua subsistência, enquanto o campo só depende da cidade a partir de um certo grau de especialização das atividades que nele se desenvolveu. Mais especificamente, apenas quando no campo a atividade primária se torna a única ou quase isso é que ele passa a depender dos produtos da cidade do mesmo modo que esta depende dos produtos do campo.

“Cidade e campo constituem, dessa maneira, dois modos distintos de organização da vida social.”<sup>21</sup>

---

<sup>20</sup> Jornal **Voz da Terra** - 22/10/1995. (Grifo meu).

<sup>21</sup> SINGER, P.I. “A cidade e o campo”. S.P.: **Cebrap**, 1972, Cadernos Cebrap, p. 4. (Exemplar datilografado e encadernado - Biblioteca da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar).



Ora, a atividade primária na qual a agroindústria se insere não inclui a produção artesanal nem a produção de subsistência (economia para si). Antes aplica uma racionalização na produção onde são subjacentes o assalariamento do trabalhador e o consumo pautado nos moldes modernos de vida urbana; bens industriais, como utensílios domésticos, energia elétrica, transporte motorizado, galinha de frigorífico, leite em saquinho, peixe enlatado, etc.

Desde a década de 1930, quando se criou o Ministério do Trabalho, o Estado volta fortemente sua atenção ao trabalhador rural, através de homens de visão de futuro como Leonardo Truda, primeiro presidente do Instituto do Açúcar e Alcool, o qual João Bernardo (economista português) não hesitaria em chamá-lo gestor, no sentido de promover transformações que colocariam o trabalhador rural nos moldes do tipo de vida urbano. Para Truda, o trabalhador rural estava:

“...desgraçadamente muito longe de representar o tipo de “homem econômico”, que possa servir de base às cogitações de uma economia social orientada no sentido solidamente construtor. Elevar as necessidades desse homem, elevando-lhe ao mesmo tempo a capacidade de produzir, criar-lhe, um mais alto padrão de vida, habituá-lo a ganhar mais pelo seu trabalho, fazendo-lhe sentir ou criando-lhe a necessidade de nutrir-se melhor e resguardar-se das intempéries, vestindo-se mais adequadamente e tendo, em verdade, um teto para abrigar-se, fazer isso representa todo um imenso programa social e político, na mais vasta acepção do vocábulo, programa de valorização do homem brasileiro, programa de transformação do pária contemplativo do interior em homem econômico, programa que não é de mera assistência ou de caridade, porque não beneficiaria apenas as populações assim transformadas, mas pela

multiplicação de produtores que seriam ao mesmo tempo consumidores novos, importaria para a economia brasileira num alargamento formidável de potência e numa afirmação progressiva de recente vitalidade.”<sup>22</sup>

O êxodo rural refere-se fortemente às transformações ocorridas nas relações entre campo e cidade, transformações essas que vieram a despeito do tipo de vida construído a partir do contexto da cafeicultura, no qual Tarumã se insere de uma forma bastante “versátil”, devida aos vários cultivos. Peculiaridade esta, da Alta Sorocabana de Assis como um todo:

“Em 1940, a área da cafeicultura ainda representava a quase totalidade da superfície indicada para as culturas permanentes. Ainda assim, a ocupação de mais de 70% da área de lavouras por cultivos temporários indicava que o ritmo da penetração do café já havia se atenuado. De fato, a peculiaridade do momento em que se deu essa penetração parece ter acelerado o ciclo. A crise da cafeicultura em 1929 defere a expansão das novas áreas, entre as quais se encontrava a região de Assis. Quando se deu a retomada das grandes exportações agrícolas, já se havia dado uma certa reconversão das atividades da região, com alguma diversificação da produção e o surgimento de pelo menos duas culturas temporárias de certa importância comercial: o algodão e a cana-de-açúcar”.<sup>23</sup>

Com o café ainda não teria havido na região a extinção quase total do arco-íris, de que fala J. P. de Almeida, quando trata do crescimento da monocultura da cana.<sup>24</sup> Mesmo sendo a ‘Era Vargas’ responsável por grandes saltos na direção de tais transformações, quando amplia os órgãos estatais para assumir

<sup>22</sup> **Revista Brasil Açucareiro**, ano V, nº 3, maio/ 1937, p. 196.

<sup>23</sup> BRANT, V. C., Op. Cit., 1977, pp. 47-48.

<sup>24</sup> ALMEIDA, J. P. de. **A Extinção do Arco-Íris: A Agroindústria e o eco-histórico**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Unesp, 1987. Tese nº 285.

o papel de investidores, é a partir da agroindústria local, beneficiada principalmente pelas mudanças das décadas de 1960 e 1970, que o trabalhador rural será mais determinantemente metamorfoseado em “rurbano” ou trabalhador urbano.

### **2.3. A MODERNIZAÇÃO SOCIAL E A IMPLEMENTAÇÃO DA USINA**

Pode-se dizer, acerca do trabalhador rural, que em outros tempos, a fazenda se apresentava como um mundo onde havia trabalho, alimento, convívio com grande amizade, diversão, rezas, procissões. Com pouca frequência buscavam a cidade, a não ser para ir a um farmacêutico, quando o remédio caseiro não dava jeito, ou a um armazém. Nas narrativas desses trabalhadores, constata-se saudades desse “tempo”, o tempo da abundância, da fartura. Então, por que migrar para a cidade? O êxodo rural das décadas de 1960 e 1970 foi amparado pelo contexto da universalização da prática do contrato de mão-de-obra assalariada. Na visão de muitos, se no campo o salário inviabiliza a reprodução da vida, na cidade tem-se a esperança num salário um pouco maior.

Deve-se levar em conta as promessas da “modernidade”, da vida nas cidades - todos vivendo, num local, com facilidades que só o progresso poderia trazer: luz elétrica, serviços de água e esgoto, opções de divertimento, assistência médica, etc. Porém tudo isso não é dado, é comprado, é pago – é necessário trabalhar por salário. Uma das dimensões que aparece nas entrevistas releva este impacto sofrido pelo trabalhador rural migrante – tudo na cidade é comprado. E apenas o salário, em geral baixo, não possibilita ao trabalhador a geração e apropriação de um excedente de produção. Neste item, meus intentos se pautarão na análise de como se iniciou o desenrolar das condições históricas que animaram essas transformações na vida do trabalhador rural da região estudada.

Antes, uma ressalva: a implementação da UNA, entre Assis e Tarumã, será aqui analisada não no sentido de escrever a história dessa agroindústria. Refiro-me à implementação da UNA, tanto mais não seja, para benefício da análise acerca da forma concreta da penetração do capitalismo no campo, e as metamorfoses do trabalhador rural - o êxodo rural em Tarumã.

Ainda que do ponto de vista do capitalismo internacional o Brasil não ocupe o patamar mais alto, para nossas elites o país pode representar um espaço peculiar no que se refere às oportunidades de enriquecimento, especialmente para aqueles que podem açambarcar para si as decorrências do fato de que as esferas pública e privada se tornaram crescentemente interpenetrativas.

Se falo aqui de esferas pública e privada, é porque não só na Europa, mas também no Brasil, cada um a seu modo, não obstante dentro de um mesmo contexto, cada vez mais Estado e sociedade se interpenetram. Se a relativa autonomia do trabalhador rural, no tocante à produção familiar para si, ainda não chegava a ser totalmente autógena, na medida em que novos rumos são apontados, no contexto da modernização social, transformações serão imprimidas no mundo rural no sentido de “elevar” o trabalho vinculado à “casa” (ao privado) ao âmbito público.

A modernização social, iniciada desde as revoluções burguesas teria imprimido o duplo impulso de fazer com que a família se tornasse cada vez mais desprivatizada e o mundo do trabalho e da organização cada vez mais público; decorreria daí a ascensão de uma outra esfera: a social.

Para uma melhor explicação acerca do conceito de modernização social, atentarei para uma breve investigação pautada nas obras de H. Arendt e J. Habermas, cujas análises têm como fulcro a questão das mudanças que envolvem o público e o privado. Esses autores auxiliarão no entendimento de como o velho trabalhador rural será inserido no processo de modernização.

Em A Condição Humana, Hannah Arendt se propõe a entender as origens do isolamento e do desenraizamento subjacentes às decorrências da modernidade. A modernidade teria se pautado na supressão da *Vita Contemplativa* da Idade Média, onde predominou, em benefício da volta da *Vita Activa*, cuja existência já havia se dado na Grécia Antiga. A *Vita Activa* inscreve-se num mundo de homens e de coisas feitas pelos homens; nela se articulam os elementos *labor*, *trabalho*, e *ação*. Na polis grega, *oikos* era a esfera privada e fornecia os elementos necessários ao *labor* (a reprodução da vida) do senhor e dos seus escravos; a esfera pública era o espaço de decisão em que o senhor aparecia entre iguais, como cidadão. O *trabalho* garantia a permanência e durabilidade do mundo; a *ação* se empenhava em fundar e preservar corpos políticos, criando as condições para a lembrança e a história.

Porém, quando a modernidade faz “renascer” a *Vita Activa*, tal se dá diferentemente do que fora na polis grega. Para H. Arendt, o rompimento com a contemplação significou, não a promoção do homem fabricante à posição anteriormente ocupada pelo homem contemplativo; sim a promoção da atividade do labor à mais alta posição na ordem hierárquica da *Vita Activa*. Basicamente, seus argumentos se pautam em três decorrências da modernidade: a) a descoberta

da América e das grandes navegações, que ao descobrir a imensidão do globo terrestre tornou-o pequeno; b) a Reforma, que teria colaborado na expropriação das classes camponesas por consequência da expropriação dos bens da Igreja – uma vez que a propriedade de dono privado é a condição política mais elementar para a mundanidade, “*a expropriação e a alienação do homem em relação ao mundo coincidem*”; c) finalmente, a invenção do telescópio, que permitiu a descoberta do ponto de vista arquimediano; a descoberta lançou dúvidas acerca das possibilidades dos sentidos humanos no tocante à percepção da realidade, do universo – ao ser o instrumento uma construção do homem, este último estaria condenado a encontrar-se apenas consigo mesmo. No desenvolvimento teórico desse viés, H. Arendt conclui que, às voltas consigo, para o homem teria sobrado apenas o processo do metabolismo do corpo:

“Agora, a única coisa que podia ser potencialmente imortal, tão imortal quanto fora o corpo político na antigüidade ou a vida individual na Idade Média, era a própria vida, isto é, o processo vital, possivelmente eterno, da espécie humana.”<sup>1</sup>

Finalmente, a ascensão da sociedade teria elevado a subsistência (antes restrita à esfera privada) ao *status* de importância pública. Quando tal ocorre, o *trabalho* passa a se apresentar como *labor*, e não como permanência e durabilidade do artifício humano; e a *ação*, como fabricação previsível e antecipável. Sob outras palavras, reduz-se a esfera pública às questões privadas do indivíduo,

---

<sup>1</sup> ARENDT, H. **A condição humana**. Trad. de Roberto Raposo; posfácio de Celso Lafer, Rio de Janeiro, Forense/ Universitária, 1991, p. 334.

posteriormente à incorporação sem precedentes de unidades familiares e grupos sociais.

Não obstante, são as categorias de análise de Habermas, mais do que de H. Arendt, que, acredito, melhor podem contribuir para esta investigação. Basicamente devido ao fato de sua crítica do Estado e da sociedade levarem em conta os conceitos de ação comunicativa e ação estratégica. Já H. Arendt se limitaria ao modelo político ateniense, que é restritivo pelo fato de que só os cidadãos votam, através de uma ação comunicativa cuja busca do melhor argumento visa a convicções comuns. Habermas atenta para a importância da categoria de análise da ação estratégica, que pode assumir importância política fundamental ao se transformar em ideologia, em momentos que não existem interesses em comum (e que portanto, a ação comunicativa fica comprometida). Por exemplo, no contexto de luta de classes, é a ação estratégica, tornada ideologia, que auxilia no “consenso”. Embasado em consensos ideológicos, pode o Estado fundar instituições que fomentam transformações que envolvem vários grupos, ao mesmo tempo em que consegue assegurar socialmente os meios para atingir sistemas mais eficientes de dominação.

É na obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública* que Habermas começa a desenvolver sua crítica do Estado e da sociedade. Para este autor, na época áurea do capitalismo, durante o século XVIII, havia uma distinção nítida entre esferas pública e privada. À esfera pública se referia o Estado Moderno, liberal, não intervencionista – o poder Estatal e suas instituições. À esfera privada correspondia a esfera pública burguesa, que envolvia além do mercado de trocas,



o espaço “público” dos salões, cafés, onde formavam opiniões críticas em relação ao poder, transcritas em livros, jornais: *“Os burgueses da era liberal viviam a sua vida privada prototipicamente na profissão e na família: o setor do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social era tanto uma esfera privada quanto a “casa”, despojada de funções econômicas imediatas.”*<sup>2</sup>

Mas no alvorecer da incorporação de não burgueses, indivíduos sem propriedades e sem os mesmos valores, posteriormente a 1850, que foram se ascendendo à esfera pública burguesa (esfera privada), o Estado de liberal passa a intervencionista, e a questão do bem-estar social passa a ser tematizada. Habermas vai mostrando essas transformações até o ponto em que não se sabe onde começa e termina as esferas pública e privada; tal corresponderia, para ele, à ascensão da esfera social:

“A esfera pública burguesa surgiu historicamente no contexto de uma sociedade separada do Estado: o “social” podia constituir-se numa esfera própria à medida que a reprodução da vida assumia, por um lado, formas privadas, mas, por outro, como setor privado em seu conjunto, passou a ter relevância pública. As leis gerais do intercâmbio das pessoas privadas entre si tornaram-se agora uma questão pública. Na discussão que as pessoas privadas logo passaram a ter em torno dessa questão com o poder público, a esfera pública burguesa chegou à sua função política: as pessoas privadas reunidas num público transformaram publicamente em tema a sanção da sociedade como uma esfera privada. Ora, porém, pela metade do século XIX, era de se prever que essa esfera pública, devido à sua própria dialética, passaria a ser ocupada por

---

<sup>2</sup> HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública:** investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, pp.180-181.

grupos que, por não disporem de propriedade e, com isso, de uma base para a autonomia privada, não poderiam ter nenhum interesse na manutenção da sociedade como esfera privada. Se eles, como um público ampliado, avançam, no lugar do burguês, no sentido de se tornarem sujeitos da esfera pública, a estrutura desta terá de se alterar a partir de sua base. Assim que a massa dos não-proprietários transforma em tema de seu raciocínio público as regras gerais do intercâmbio social, a reprodução da vida social torna-se, enquanto tal, uma questão geral e não mais apenas a sua forma de apropriação privada. A esfera pública democraticamente revolucionada, ‘que quer substituir a sociedade real pela sociedade civil burguesa fictícia, aquela do poder legislativo’, torna-se daí fundamentalmente uma esfera de deliberação e de decisão pública sobre a condução e administração de todos os processos necessários à reprodução da sociedade”.<sup>3</sup>

Tanto em H. Arendt quanto em J. Habermas é subjacente uma noção comum: a esfera social significou a ascensão das questões privadas dos indivíduos, que tiveram seus grupos e raízes “incorporadas”, ao *status* de importância pública. As metrópoles seriam o espaço privilegiado onde diversos grupos sociais (proprietários e não-proprietários) poderiam estar “participando” da esfera social. Acima de tudo, é a modernização social, pautada nas interpenetrações entre público e privado, que abarcará diversos grupos sociais.

Grosso modo, a partir da crescente intervenção do Estado na estrutura econômica, de forma mais geral como superação do Estado liberal e de sua ideologia de troca de equivalentes, no contexto internacional do capitalismo, ciên-

---

<sup>3</sup> HABERMAS, J., Op. cit., pp. 152-153.

cia e técnica se juntam para fazer saltar as forças produtivas, a partir do poder investidor do Estado; e a ideologia da justa troca dá lugar a uma ideologia baseada na eficácia – onde o poder é legítimo porque obedece a regras técnicas, não mais havendo o por quê legitimá-lo através de normas intersubjetivas. Há relações íntimas dessas questões sobretudo com as décadas de 60 e 70 no Brasil, época da Ditadura Militar e do êxodo rural que analiso.

Se a modernização social é um processo, para seu pleno êxito, terá que suprimir, onde ainda exista, quaisquer possibilidades de grupos sociais subsistirem autonomamente. Nas metrópoles teria início aquilo que mais cedo ou mais tarde chegaria ao campo. A forma como se deu esse processo articulou, a meu ver, dois elementos no caso brasileiro; Tarumã também. De um lado a crescente intervenção do Estado na economia, que ao ampliar seus papéis e suas funções, amplia suas instituições, como o IAA, com o objetivo de fazer avançar novas formas de acumulação de capital, através da incorporação e transformação das produções de subsistência e das culturas subjacentes a todas as formas de vida que têm alguma autonomia – enfim, criação de condições gerais de produção (transporte, comunicações, tecnologias, etc.).

De outro lado, a existências de elites, quase sempre de famílias tradicionais, que souberam se sintonizar rapidamente com os novos rumos, e tiveram a possibilidade de, na crescente porosidade entre público e privado, açambarcar privadamente os mananciais de riqueza gerados a partir da racionalização na produção.

Desde o início do povoamento da Alta Sorocabana de Assis, e principalmente com a marcha da fronteira do café, esse movimento migratório não se deu prescindindo-se do contexto maior de inserção no sistema capitalista internacional. Assim como não prescindiu da existência de elites que migraram para o local.

Quando advém a Segunda Guerra Mundial, marcada por mudanças estruturais em todo o mundo, é dada importância estratégica para a produção de álcool. Com a resolução número 034/42 de 30 de julho de 1942, o IAA cria o Plano do Desenvolvimento do Álcool, e o Estado Novo, pelo Decreto-Lei número 3.855 de 21 de novembro de 1941, o Estatuto da lavoura canavieira. O incentivo à produção de álcool faz-se sentir desde essa época na transferência do eixo canavieiro, da agroindústria, da Região Nordeste para as regiões do Centro-Sul. É crescente a intervenção do Estado na economia desde a era Vargas (e o IAA insere-se nesse contexto). As elites saberiam apontar novos rumos para a economia brasileira, no contexto dos corolários da guerra. E mesmo antes da Segunda Grande Guerra, um homem de visão estratégica ligado ao Estado, Leonardo Truda, comemorava o início de uma transição – a que daria início ao êxodo rural de que trato:

“Hoje, desoprimidos os produtores, para os quais se criou uma situação de maior tranqüilidade, aparelhados os recursos necessários, estamos numa fase de transição pela qual marchamos para a realização de uma nova etapa: a da produção, em larga escala, do álcool-combustível, pelo aproveitamento do excedente da matéria prima.

Chegados lá, à sombra da limitação da produção açucareira, a estabilidade da indústria estará definitivamente assegurada e a sua prosperidade seguramente estabelecida em bases sólidas. Será, então, possível, aos produtores brasileiros, mercê dessa prosperidade, cuidar da transformação e do melhor aparelhamento de suas indústrias. Ser-lhes-á possível adotar melhores métodos de cultura e aperfeiçoar as suas fábricas, tudo no sentido de uma produção mais econômica, em que a redução do custo de produção possa ser obtida, graças à transformação operada, sem sacrifício da maior soma de bem-estar que será preciso proporcionar a quantos, na indústria açucareira, têm assegurada a sua subsistência.

No dia em que lá houvermos chegado, estará atingida a meta final. Estará, então, ultimada a execução integral do plano de defesa, e a produção açucareira poderá recuperar sua plena e absoluta autonomia".<sup>4</sup>

Em agosto de 1944, Renato Rezende Barbosa e seu sócio, Ferdinando Matarazzo, compram de José Pires as fazendas Nova Aliança e Nova América.<sup>5</sup> Anteriormente no mesmo ano, pela Resolução 79/44, foi liberada pelo IAA por um prazo de cinco anos a produção de açúcar em todo o país. Com essa medida, destilarias autônomas estavam autorizadas a se transformar em usinas.<sup>6</sup>

Diante da nova lei, o proprietário Renato Rezende Barbosa, que depois de dois anos compraria a parte do sócio, já possuidor de 250 mil pés de café, os quais entretanto haviam sofrido duas geadas, e de 242 hectares de cana

---

<sup>4</sup> TRUDA, L. **A Defesa da Produção Açucareira**. RJ: TYP do Jornal do Comércio, 1934, pp. 156-157.

<sup>5</sup> Cartório de Registro de Imóveis de Assis. Transcrição número 3.679, do livro três, no dia 23/08/1944.

<sup>6</sup> COLOSSO, L. **Bóia-Fria da Silva**. Dissertação de Mestrado, Assis, S.P., 1990. Tese nº 513, p. 28.

destinada à produção de aguardente, reivindica um aumento de quota objetivando a ampliação da produção.

“Através do Decreto-Lei número 9.827 de 10 de setembro de 1946 uma revisão das quotas de produção de açúcar foi atribuída a cada Estado. O cumprimento dessa determinação concedeu um aumento de 79,1% para a produção paulista que de 2.792.291 sacas nos limites da safra de 1944/45, teve a sua quota reajustada para 5.000.000 de sacas. Pernambuco, o maior produtor, teve 8,6% de aumento concedido, indo de 5.978.590 sacas, da safra de 1944/45, para 6.490.529 sacas na safra seguinte”.<sup>7</sup>

A compra da Fazenda Nova América em 1946 foi feita com o fim específico de montar a usina. O comprador, um homem com visão de futuro e em sintonia com novos rumos que seriam “inevitáveis”, tinha ligações com industriais e industriários da cana de açúcar do Estado de São Paulo, Srs. Dedini e Ometto. O Vale do Paranapanema apareceu como singular oportunidade para a instalação da usina. Já havia no Vale, desde 1941, uma usina denominada Bandeirantes; porém ficava no Estado do Paraná. Em São Paulo, além da Nova América, instalaram-se posteriormente outras usinas – Maracaí, Santa Lima (hoje Quatá), São Luiz; enfim a agroindústria canavieira se expande na região desde a década de 1940.

Nos primeiros cinco anos, a produção da usina foi bastante baixa – a produção foi acometida pela praga do “carvão da cana” (doença causada pelo fungo *Ustilago Scitaminea* Syd). Ainda assim, a produção foi de 22.600 sa-

---

<sup>7</sup> COLOSSO, L., Op. cit., 1990, pp. 28-29.

cas (50 kg) em 1947 para 30.160 sacas em 1950. Na pendência de uma decisão do Ministério da Agricultura para a erradicação da praga, num grande indício de como o Estado vai interferindo e administrando crescentemente os setores privados, a usina ficou aguardando a resolução com baixas produções. Está registrada a primeira ocorrência dessa praga no país, através da Comissão de Controle do carvão da cana-de-açúcar do Estado de São Paulo:

“A produção do apêndice denominado chicote é característica inconfundível da doença: podendo medir desde alguns centímetros até cerca de um metro de comprimento, é formado por uma estrutura central, sobre a qual o fungo forma seus esporos, de cor negra, em grande quantidade. Inicialmente, o chicote é recoberto por uma película prateada que se rompe, liberando os esporos, que são transportados pelo vento promovendo a disseminação do patógeno”.<sup>8</sup>

O Ministério da Cultura, mediante o surgimento do “carvão de cana” em outras regiões do Estado, optou pelo controle ao invés da erradicação. Buscou-se variedades de cana mais resistentes a essa doença. Assim, os canaviais da usina ficariam mais resistentes. Para isso, porém, o usineiro teve que buscar empréstimos. Chegou quase a desistir do negócio, quando seu sócio quis vender sua parte e não havia capital suficiente para o investimento.

Numa época em que inúmeras usinas estavam sendo implantadas, os proprietários buscaram contatos com outros usineiros e gerentes de banco, conseguindo empréstimos e materiais. A indústria Dedini, em Piracicaba, teria

---

<sup>8</sup> Comissão de controle do carvão da cana de açúcar do Estado de São Paulo - *Campanha integrada de controle do carvão em cana de açúcar*, São Paulo: gráfica Bandeirante, 1985. No CEDAP

fornecido as máquinas, moendas. A fertilidade do solo, bom para o plantio da cana, seria garantia de que os empréstimos seriam ressarcidos. A monocultura da cana vai crescendo, em prejuízo da “homeostase” – manutenção do equilíbrio interno estável da natureza:

“O solo composto por uma camada fértil, formada durante milênios ao ser despojado de seu manto vegetal fica exposto às intempéries do clima: sol, vento, chuva, sofrendo os seus efeitos. Como se pode constatar, o solo da U.N.A. está sujeito a este processo de perda de fertilidade, pela erosão eólica e também pelo carregamento de suas partículas que são desagregadas pela velocidade de impacto direto das gotas de chuva no solo. Este desagregamento resulta na formação inicial de pequenos veios de escoamento de água, devido à inexistência de vegetação rasteira e da floresta Galeria.”<sup>9</sup>

Do ponto de vista da história e da ecologia, analisado por Paes de Almeida na região, a penetração do capitalismo na agricultura não desemboca apenas nas transformações relativas às relações de produção, mas também implica em metamorfoses no tocante às relações do homem com a natureza. O capitalismo obriga à seleção de algumas espécies, em detrimento de outras (vegetais e animais). A partir daí, as últimas, quando passam a concorrer pela vida com as primeiras, são chamadas “pragas”. Daí a necessidade de um controle sobre a produção, cuja demanda tecnológica (herbicidas, insumos, maquinários) será assumida em grande medida pelo Estado; acrescenta-se a isso as pesquisas genéticas em busca de uma variedade de cana mais resistente às pragas.

---

da Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Unesp, há entrevistas referentes à usina tecidas com os usineiros. Estas também me auxiliaram nessas investigações.



Animados com a fertilidade do solo, e com o apoio do Estado à produção de açúcar e álcool, além do apoio de outros industriais, os proprietários conseguiram o apoio financeiro, e na década de 1950, a produção aumentou de 30.160 sacas de açúcar, em 1950, para 183.639 sacas e também 1.956.400 litros de álcool, em 1960. No mesmo período a área explorada em hectares pela usina para a produção aumentou de 266 para 1.555 hectares (484%), conforme tabela 1.

---

<sup>9</sup> ALMEIDA, J. P. de. **A Extinção do Arco-Íris: A Agroindústria e o eco-histórico**. Dissertação de Mestrado - Unesp de Assis, 1987. Tese nº 285, pp. 49-50.

TABELA 1  
ASPECTO COMPARATIVO DA QUANTIDADE DE AÇÚCAR E DE ÁLCOOL  
USINA NOVA AMÉRICA

Ano	Área (em Ha)	Quantidade de Açúcar (saco 50 Kg)	Quantidade de Alcool (litro)
1947	274	22.600	0
1948	317	26.822	0
1949	122	10.082	0
1950	266	30.160	0
1951	408	42.679	0
1952	507	49.207	0
1953	388	38.196	0
1954	566	69.992	125.083
1955	565	65.142	687.000
1956	808	96.375	703.000
1957	964	100.020	1.793.000
1958	1.080	137.200	1.113.000
1959	1.373	149.605	1.370.000
1960	1.555	183.639	1.956.400
1961	1.547	185.250	1.900.530
1962	1.636	200.285	1.474.010
1963	1.878	182.211	2.287.030
1964	2.260	282.125	2.528.033
1965	3.107	386.127	3.521.199
1966	2.903	244.158	6.361.064
1967	2.724	304.426	4.102.646
1968	3.221	474.538	4.369.147
1969	3.192	409.952	3.725.150
1970	3.523	315.738	7.042.155
1971	4.769	535.296	7.070.000
1972	4.290	536.768	5.441.100
1973	4.604	603.402	3.837.300
1974	4.831	613.957	4.028.040
1975	3.615	398.419	3.862.090
1976	5.599	654.110	5.725.075
1977	7.494	740.000	12.702.630
1978	7.692	591.000	15.624.665
1979	10.550	519.600	34.700.640
1980	15.042	935.883	49.300.000
1981	16.560	1.312.444	48.410.000
1982	18.361	1.400.270	52.200.000
1983	27.087	1.347.200	104.460.000
1984	25.137	1.156.481	107.500.000

Fonte: Apud. ALMEIDA, J.P. *A extinção do arco-íris. A agroindústria e o eco-histórico*. Dissertação de Mestrado, Unesp/Assis, 1987, p. 91.

TABELA 2  
TRATORES UTILIZADOS NO SETOR AGROPECUÁRIO  
ALTA SOROCABANA DE ASSIS

Anos	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Tratores	45	93	848	1.927	3.963	4.810

Fonte: IBGE, Censos Agrícolas de 1940, 1950, e 1960. Censo Agropecuário de 1970. Censos Agrícolas de 1975 e 1980.

A região participa da hegemonia na produção de açúcar e de álcool, uma vez que a vanguarda foi transferida para o Estado de São Paulo, justamente na década de 1950:

“São Paulo detém hoje a hegemonia da produção de cana, açúcar e álcool no Brasil. Desde a safra de 1953/54 assumiu a dianteira. No corrente ano (1957) da produção prevista de 42.684.000 sacas em todo o Brasil, deverá nosso Estado contribuir com 17,6 milhões de sacas, ou sejam 41,23% do total.”<sup>10</sup>

Se, na década de 1940, a usina só contava com um trator de esteira (D-4)<sup>11</sup>, a utilização de tratores no setor agropecuário na Alta Sorocabana de Assis como um todo aumenta de 93, em 1950, para 848 em 1960 (tabela 2). A UNA já era a maior da região e respondia pela modernização social do campo em Tarumã.

<sup>10</sup> **Revista Brasil Açucareiro**, ano XX, 1957, p. 194.

<sup>11</sup> ALMEIDA, J. P. de., Op. cit., 1987, p. 54.

## 2.4. A DIÁSPORA DO CAMPO

Nada é mais característico do êxodo rural vivido pelos velhos trabalhadores rurais, nas décadas de 1960 e 1970, sujeitos dessa investigação, que o processo de proletarização. Fruto da modernização social, esse processo atingiu contingentes cada vez maiores de trabalhadores. A mobilização dos trabalhadores entre as propriedades rurais, entre o campo e a cidade, também subjaz a tais transformações. O Brasil já havia começado a evocar a “vocação urbana”:

“ ‘a cultura da cidade’, enquanto sistemas de valores, padrões de comportamento e modos de pensar peculiares às relações de produção geradas com a produção industrial e a expansão do setor terciário, passou a exercer uma influência ainda maior nos debates políticos, científicos e artísticos realizados nos centros dominantes do País. A partir dos anos 1956-1960, já não era mais possível reviver – a não ser como anacronismo – a ideologia da ‘vocação agrária’ do Brasil.”<sup>1</sup>

A modernização social imprime transformações nas condições gerais de produção, e não só demanda do Estado para que a assista, como ele próprio amplia seus órgãos para fomentar sob seu controle tais transformações. Para transformar trabalhadores não assalariados em assalariados, terá que criar políticas sociais que garantam, mediante as fraturas criadas, a desejada “integração social”:

“A ampliação das relações concorrenciais aos mercados nacionais e finalmente mundiais, a introdução permanente de mudanças técnicas poupadoras

da força de trabalho, a dissolução das formas agrárias de vida e de trabalho, a influência de crises cíclicas, etc. têm o efeito comum de *destruir*, em maior ou menor medida, *as condições de utilização da força de trabalho* até então dominantes. Os indivíduos atingidos por tais processos entram numa situação na qual não conseguem mais fazer de sua própria capacidade de trabalhar a base de sua subsistência, já a não controlam, seja em termos individuais ou coletivos, as condições de utilização dessa capacidade.”<sup>2</sup>

Neste item, analisarei os elementos cruciais, e seus reflexos no caso de Tarumã, dessa proletarização – como a usina se transforma numa potência capitalista, o Estado e suas intervenções, as elites locais, a greve, o Proálcool, e como o velho trabalhador rural (*colaborador*) viveu esse processo.

No início da década de 1960 um acontecimento abriu maior espaço ao açúcar brasileiro no mercado internacional. Os Estados Unidos da América rompem relações com Cuba no contexto de uma revolução socialista nesse último. Somado a tendências que já vinham ocorrendo com a modernização da agricultura, os proprietários das usinas de açúcar, mais do que nunca, passam a imprimir uma redução do chamado custo de produção.

As ações das elites se pautarão em estratégias para transformar as relações que visam à produção em relações onde a autonomia relativa, que ainda subsistia para o trabalhador rural, fosse, de uma vez por todas, suprimida. Tal processo, de tão determinante, não fugiu às estatísticas.

---

<sup>1</sup> IANNI, O. **Estado e Planejamento econômico no Brasil** (1930-1970). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, p. 172.

Na região da Alta Sorocabana de Assis, assiste-se, na década de 60, ao início de uma concentração de terras cada vez maior, sobretudo em benefício dos estabelecimentos agropecuários voltados para a produção de açúcar e álcool. Analisando a tabela 3, verifica-se que os estabelecimentos de até menos de 500 ha aumentam numericamente entre 1960 e 1970, de 9.999 para 11.321; de uma área de 378.590 ha em 1960 passa a ocupar 414.244 ha em 1970. Em termos relativos há, no entanto, uma diminuição média de hectares para cada estabelecimento. Já os estabelecimentos de 500 ha e mais, de 179, ocupando uma área de 237.490 ha, em 1960, passam a 188, ocupando 227.386 ha, em 1970. Também nesse caso há uma diminuição de hectares por estabelecimento em termos relativos. Porém, olhando mais de perto, ocorrem tendências que tais dados parecem querer omitir.

Primeiramente, se na década de 60 a área total dos estabelecimentos não mudou de maneira considerável, e seu número aumentou cerca de 13%, a área explorada cresceu de 570.259 ha em 1960 para 611.245 ha em 1970. A questão que se coloca, sem a qual não é visível o início da concentração de terras, é que, menos pelo passado e mais pelo momento instaurador, as proporções produtivas entre os cultivos temporários e permanentes mudam de forma considerável; e até a pecuária, que vinha ganhando espaço na Alta Sorocabana de Assis, vai perdendo espaço para as culturas temporárias.

Observando a tabela 5, na década de 1960, o aumento da área explorada veio acompanhado por uma diminuição na área das lavouras, e em parte

---

<sup>2</sup> OFFE, Clauss. **Problemas estruturais do Estado Capitalista**. Trad. Bárbara Freitag, Rio de

isso se deve à pecuária. Não obstante, segundo os censos agropecuários do IBGE, seu aumento se referiu aos bovinos (de 247.012 em 1960 para 296.374 cabeças em 1970) mais que aos suínos, que diminuíram de 95.949 para 61.024 no mesmo período. A pecuária pode se utilizar de extensas áreas no estabelecimento e isso é um fator de diminuição de culturas. De fato, diminui em importância relativa as áreas destinadas à agricultura na década de 1960, conforme a tabela 6, tanto mais não foi até que o processo fosse modificado, na década seguinte, quando diminuiu a área de pastagens de 404.137 ha para 307.752 ha (período de 1970/1980).

A pecuária pode servir para manter a extensão dos estabelecimentos, sem colocar em questão a produtividade do estabelecimento enquanto tal, e isso pode ser oportuno para o proprietário em determinados momentos. Mas seu recuo se faz sentir posteriormente, assim como o das culturas permanentes, que decresceram consideravelmente após um pequeno período de relativa prosperidade na década de 1950. Se, em 1960, a área destinada às culturas permanentes era de 55.817 ha, em 1970 cai para 26.861. Já as lavouras temporárias, de 66,04% em 1960, passaram a utilizar 82,86% da área de lavouras em 1970. (conforme tabela 5).

Na década de 1970, o Proálcool viria a fortalecer uma tendência apenas visível a uma análise mais pormenorizada em relação ao campo; a agroindústria canvieira vai se tornando hegemônica. Segundo levantamentos conseguidos junto a uma escola estadual, pode-se estimar que cerca de 80% da população

de Tarumã, no início da década de 1980, está direta ou indiretamente ligada a a-  
groindústria da cana, a UNA.



TABELA 3  
ESTABELECIMENTOS RURAIS, POR ESTRATOS DE ÁREA  
ALTA SOROCABANA DE ASSIS

Estabelecimentos Rurais, segundo os estratos de área (ha)												
A- nos	Menos de 5		De 5 a menos de 10		de 10 a menos de 100		De 100 a menos de 500		De 500 a menos de 1.000		1.000 e mais	
	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área	Nº	Área
1950	830	3.134	1.271	9.963	5.795	194.245	1.015	199.482	109	74.545	70	162.603
1960	1.808	7.128	1.880	14.574	5.393	174.521	918	182.367	115	81.275	64	156.215
1970	2.067	7.106	2.203	17.291	6.108	191.725	943	198.122	109	78.544	79	148.842
1980	521	1.811	738	5.835	4.427	157.288	1.071	224.791	125	88.548	66	130.051

Fonte: IBGE, Censos Agrícolas de 1950, 1960. Censos Agropecuários de 1980.

TABELA 4  
ALTA SOROCABANA DE ASSIS  
PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS

Produção das principais Culturas (em Toneladas Métricas)						
Produtos	1940	1950	1960	1970	1980	Valor das colheitas em 1980 (em mil cruzeiros)
Algodão em caroço	31.479	25.797	24.831	27.454	7.359	132.275
Cana de açúcar	22.034	29.468	291.626	708.901	2.300.701	1.557.028
Milho	66.474	38.863	31.204	62.915	39.857	216.810
Café	23.157	23.410	42.004	7.192	8.577	387.078
Mandioca	29.743	9.117	39.744	156.893	86.426	236.828
Arroz	7.780	16.118	10.810	13.384	6.548	7.146
Amendoim	...	2.165	6.645	10.250	11.225	117.718
Soja	...	...	...	9.519	230.189	2.122.135
Trigo	...	...	169	8.389	115.055	1.341.829
Feijão	4.352	3.066	2.339	1.016	396	20.242

Fonte: IBGE, Censos Agrícolas de 1940, 1950 e 1960. Censos Agropecuários de 1970 e 1980.

TABELA 5  
 ALTA SOROCABANA DE ASSIS  
 CULTURAS PERMANENTES E TEMPORÁRIAS

		Em exploração			Lavouras		Culturas permanentes		Culturas temporárias	
A-nos	Nº de estabelecimentos	Área total	Área (ha)	% da área total	Área (ha)	% da área total	Área (ha)	% da área total	Área (ha)	% da área total
1950	9.090	643.972	509.569	79,12	168.546	33,07	49.883	29,59	118.663	70,40
1960	10.178	616.080	570.259	92,56	164.404	28,82	55.817	33,95	108.587	66,04
1970	11.509	641.631	611.245	95,26	156.773	25,64	26.861	17,13	129.912	82,86
1980	6.957	608.330	583.074	95,85	240.766	41,29	18.817	7,82	221.949	92,18

Fonte: IBGE, Censos Agrícolas de 1950 e 1960. Censos Agropecuários de 1970 e 1980.

TABELA 6  
ALTA SOROCABANA DE ASSIS  
CRESCIMENTO DAS PASTAGENS

Anos	Área total dos estabelecimentos (ha)	Área explorada total (ha)	Pastagens			Área das pastagens em % da área explorada total	Área das pastagens artificiais em % do total da área de pastagens	Crescimento da área de pastagens (índice)
			Total (ha)	Naturais (ha)	Artificiais (ha)			
1950	643.972	509.569	257.664	100.238	157.426	50,56	61,09	100
1960	616.080	570.259	332.108	131.113	200.995	58,23	60,52	128
1970	645.170	611.245	404.137	195.853	208.284	66,11	51,53	156
1980	608.330	583.074	307.752	87.651	220.101	52,78	71,51	119

Fonte: IBGE, Censos Agrícolas de 1950 e 1960. Censo Agropecuário de 1970 e 1980.

TABELA 7  
MOAGEM DE CANA POR TONELADA-CANA DE 1947 A 1984  
UNA

Ano	Produção Própria	Produção Fornecedor
1947	21.901.000	0.000
1948	16.914.419	8.471.236
1949	7.941.870	1.804.530
1950	15.635.490	5.615.030
1951	23.819.140	8.795.790
1952	31.121.460	9.405.930
1953	23.357.443	7.713.837
1954	36.480.890	10.421.790
1955	35.132.280	10.031.170
1956	51.889.020	12.778.340
1957	60.196.650	16.884.140
1958	48.199.407	38.237.529
1959	68.520.707	41.332.265
1960	81.456.980	42.934.740
1961	90.518.410	33.271.650
1962	93.609.010	37.296.380
1963	97.424.030	52.810.680
1964	116.986.810	63.801.006
1965	171.619.548	76.905.167
1966	180.820.665	51.449.631
1967	135.894.157	81.951.813
1968	187.200.213	70.467.768
1969	183.892.856	61.458.421
1970	205.186.877	76.623.655
1971	291.278.626	82.265.834
1972	248.242.093	94.993.381
1973	237.025.555	131.297.237
1974	266.580.945	119.884.265
1975	229.833.101	61.801.523
1976	341.164.995	106.790.357
1977	444.869.810	154.660.971
1978	414.224.942	201.156.176
1979	489.425.890	354.567.764
1980	632.483.750	570.859.597
1981	805.742.830	519.077.632
1982	828.935.015	637.964.242
1983	1.476.532.472	690.424.544
1984	1.427.942.235	583.027.254

Fonte: Apud. ALMEIDA, J. P. **A extinção do arco-íris**. A agroindústria e o eco-histórico. Dissertação de Mestrado, Unesp/Assis. p. 98.

TABELA 8  
ALTA SOROCABANA DE ASSIS  
FORÇA DE TRABALHO OCUPADA NOS ESTABELECIMENTOS RURAIS

Anos	Pessoal permanente	Pessoal temporário
1950	48.373	6.057
1960	41.647	10.096
1970	33.224	13.235
1980	6.966	24.129

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980.

Sua necessidade de mão-de-obra chega a outras localidades da região, como Assis, Frutal do Campo, Cândido Mota e norte do Paraná. Dessa mão-de-obra, a esmagadora maioria, nessa época, constituía-se de bóias-frias (rurbanos). Outras usinas ali existentes, das quais se destaca a usina Maracaí, também absorverão grande parte da mão-de-obra assalariada na Alta Sorocabana de Assis, de 1960 em diante.

É possível se observar o crescimento da cana-de-açúcar nas décadas de 1950, 60 e 70 em relação às outras culturas, inclusive agroindustriais, na Alta Sorocabana de Assis. A agroindústria do algodão pôde contar com uma produção de 25.797 toneladas métricas em 1950, mantendo-se mais ou menos no mesmo nível em 60 e 70, 24.831 e 27.454 respectivamente. Já no ano de 1980, apresentou franca decadência: 7.359 toneladas métricas. A agroindústria do café entra em flagrante definhamento: 23.410 toneladas em 1950; 42.004 em 1960; 7.192 em 1970 e 8.577 em 1980, apresentando uma pequena recuperação no último censo agropecuário aqui considerado. Produtos como arroz, milho e feijão se

mantiveram sem grande expressão; milho e feijão até tiveram decrescidas sua produção. Destaques para as produções de amendoim, soja e trigo; os dois últimos se equiparando no tocante ao valor das colheitas com a cana-de-açúcar. Em 1980, nesse particular, a soja superou a cana-de-açúcar na Alta Sorocabana de Assis como um todo, conforme a tabela 4. A cana-de-açúcar teve sua produção em ascensão desde a década de 1940, quando pertencia à Alta Sorocabana de Assis parte dos municípios de Paraguaçu Paulista e de Quatá (hoje incorporada pela Alta Sorocabana de Presidente Prudente): 22.034 toneladas métricas em 1940, 29.468 em 1950, 291.626 em 1960, 708.901 em 1970 e 2.300.701 em 1980. Nesse ano, o valor das colheitas chegou a 1.557.028 mil cruzeiros, apenas superado pelo valor da soja – 2.122.135 mil cruzeiros.

No tocante à concentração de estabelecimentos, se na década de 1960 tal era pouco visível, agora pode-se vislumbrar melhor, mediante os outros dados analisados. Na Alta Sorocabana de Assis, o número de estabelecimentos agropecuários só aumentou até o ano de 1970 – 9.090 em 1950, 10.178 em 1960, 11.509 em 1970 –, mas isso não significou uma distribuição de pequenas propriedades. Significou sim que as terras ocupadas da região não foram ocupadas prescindindo-se de proprietários, e desses, aqueles que melhor entraram em sintonia para onde apontava a modernização puderam iniciar uma forma potencializada de acumulação de capital, na medida em que essa modernização trazia consigo a proletarianização de trabalhadores que um dia tiveram alguma autonomia no campo. Ora, a acumulação de capital caminha junto com a concentração de grandes pro-

priedades no que diz respeito à terra. Em 1975 o número de estabelecimentos agropecuários era de 8.685 e em 1980 caía para 6.957 na Alta Sorocabana de Assis.

Desde 1940, a UNA contava com 3.423,09 ha. Segundo o Censo Agropecuário de 1980, havia apenas 8 estabelecimentos na Alta Sorocabana de Assis que ultrapassavam uma área de 1000 ha. No município de Assis, do qual Tarumã era distrito, apenas 3 estabelecimentos atingiam essa quota.

Com o café, havia a possibilidade de empregar um número grandioso de mão-de-obra, e foi nesse sentido que se tornou possível o colonato. O contexto da cafeicultura garantiu o povoamento, como já disse. Posteriormente, culturas como arroz, feijão, mandioca, milho, anteriormente plantadas pelos colonos nas terras que os proprietários do estabelecimento cediam, ficariam fadadas a serem produzidas em pequenos estabelecimentos, de até 10 ha, e, nesses, predominaria a economia familiar. No entanto, se o café não permitia nessas décadas grandes mudanças nas formas de seu cultivo, tal não ocorria com a agroindústria canavieira. Mais recentemente a UNA tem tentado com sucesso a substituição de bóias-frias por máquinas colheitadeiras. A tabela 2 nos mostra que o número de tratores utilizados na Alta Sorocabana de Assis aumentou 467% de 1960 até 1980. Nesse ano, o município de Assis, segundo os dados do Censo Agropecuário, contava com 5 tratores de até 10 C.V., 3 de 10 a 20 C.V., 60 de 20 a 50 C.V., 366 de 50 a 100 C.V., 104 de 100 C.V. e mais. A maioria desses tratores, notadamente, pertenciam à maior potência agropecuária da região.

Ou seja, para aumentar a produção, a UNA, assim como todos os estabelecimentos agropecuários que passavam pelo processo de modernização,



tendo como produto o açúcar e o álcool, sendo a cana um produto que permitia certos procedimentos técnicos, engendrou uma gama de ações estratégicas no sentido de ampliar o espaço plantado, garantir a fertilidade constante do solo, aumentar a jornada de trabalho e o ritmo da produção. Possíveis de se concretizarem ou não – no caso, ainda não foi possível uma revolução genética tão profunda que fizesse o canavial crescer em uma semana ou menos – as ações estratégicas foram animadas na década de 1960 principalmente pelo apoio do Estado e pelo contexto internacional do capitalismo que criou demandas para o produto – posteriormente aos boicotes econômicos a Cuba. Já na década de 1970, o ânimo veio da crise do petróleo, e do Proálcool, que recebeu o apoio do Estado brasileiro.

O êxodo rural já se fazia sentir no Brasil todo. Segundo os dados do IBGE, é possível avaliar as profundas mudanças estruturais pelas quais passava a sociedade brasileira. Em 1940, período em que a Alta Sorocabana de Assis praticamente consolida o processo de povoamento, a população urbana em todo o país constituía 31,2%, e a rural 68,8%. Daí por diante, a cada década era possível notar um incremento muito maior da população urbana em detrimento da rural. No censo de 1980, a população rural era constituída por apenas 32,4%; a urbana 67,6%. Como mostra o quadro a seguir:

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, NOS  
RECENSEAMENTOS DE 1940, 1950, 1960 E 1980.  
BRASIL

	População total	População urbana(%)	População rural (%)
1940	41.165	31,2	68,8
1950	51.941	36,2	63,8
1960	70.071	45,1	54,9
1970	93.139	55,9	44,1
1980	119.071	67,6	32,4

Fonte: IBGE, Censos demográficos.

Em 1980, segundo os dados do IBGE, Tarumã contava com uma população de 6.785 pessoas, 4.038 (59,5%) em situação urbana, 2.747 (40,5%) em situação rural. Ainda havia uma população rural relativamente grande, porém boa parte era constituída de fornecedores de cana para a UNA.

Se a migração para a cidade é um fenômeno estrutural, de modernização, em Tarumã um fator foi decisivo no crescimento repentino da cidade. Se comumente se atribui a expulsão de dezenas de famílias do campo para a cidade, por ocasião do Estatuto do Trabalhador Rural de 1963, às exigências de 13º salário, férias remuneradas, contribuições previdenciárias, instituição de jornada de trabalho, pagamento de horas-extras e etc., isso pode se tratar de uma enorme “desculpa”. Mesmo antes de serem aprovadas essas leis, já se registraram expulsões em massa de famílias do campo.

Em Tarumã houve uma greve em 1962 que, após confrontos judiciais entre patrões e empregados, foram expulsas dezenas de famílias das terras da usina.

Em 1962, no governo João Goulart, o Brasil assistia a um momento de efervescência política por parte de diversas classes assalariadas, por efeito de uma politização mais ou menos geral de diversos grupos sociais. Com a modernização do campo, alguém que era a um só tempo produtor da própria subsistência, assalariado, produtor e negociante de mercadorias agrícolas, comprador e vendedor de porcos, vacas, e consumidor, passa a ser, única e exclusivamente, assalariado. O trabalhador rural, após tantas metamorfoses, começa a se enfileirar

nas lutas sociais com o respaldo de outros oprimidos de outras localidades. As elites teriam que reagir à reação dos oprimidos.

Nesse contexto, militantes credenciados pela Federação dos trabalhadores nas indústrias de alimentação do Estado de São Paulo viajaram até Assis. Motivo: a UNA não teria cumprido um acordo entre a Federação e o Sindicato dos Usineiros do Estado de São Paulo. O acordo se referia ao aumento salarial (45%) e à extinção do desconto de habitação válida a partir de 1<sup>o</sup> de junho (1962). A comissão teria viajado para a localidade a pedido dos próprios trabalhadores da usina. A partir de uma reunião com os trabalhadores, optaram por entrar em greve. A autora do processo foi a Justiça Pública localizada em Assis, posteriormente à solicitação patronal às autoridades:

“Waldir Max, gerente da ‘Fazenda Nova América’, ciente da arbitrária decisão tomada, solicitou providências à autoridade policial que, enviando seus agentes àquela Fazenda, fez abortar o movimento, na madrugada do dia 23 de julho, dispersando um grupo de aproximadamente de 25 grevistas que, em “piquete”, pretendiam impedir o trabalho dos demais. Não obstante, 30% dos empregados tinham deixado o trabalho, nessa ocasião.”<sup>3</sup>

As reuniões entre trabalhadores e militantes foram marcadas para o dia 22 de julho no Clube Ferroviário (Assis). Delas resultaram a aprovação da sindicalização de classe entre os trabalhadores de Assis e Maracáí – Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação de Assis e Maracáí. No processo da greve, consta que uma vez frustrado o primeiro intento de paralisação (apenas de 30%), os “incitadores” convocaram nova reunião para o dia 26 do

mesmo mês. Nessa altura o investigador de polícia, Walter Nogueira, já acompanhava os movimentos dos militantes e trabalhadores, apresentando relatórios às autoridades:

“Fizeram uso da palavra, entre outros, concitando os empregados à cessação coletiva do trabalho e atacando o “Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Assis”, Jorge Júlio, Adelino Domingos de Oliveira, Miguel Sabino Soares e José Evangelista dos Santos”.

“Numa atividade própria de agitadores profissionais, convidaram para a reunião pacatos representantes dos ferroviários locais que, enganados se impressionavam com a situação, dando a público o manifesto.”<sup>4</sup>

Encerrada a reunião do dia 26, vários trabalhadores do estabelecimento “alojaram-se” na margem da estrada, em tendas próximas ao portão da fazenda. Em relação às famílias que se alojaram na estrada, afirma o processo: *“renunciando, tão sugestionados estavam, ao conforto das casas que, gratuitamente, cediam-lhes os empregadores”*. Porém, mediante a indiferença dos empregadores, não houve uma reunião no dia 25, como pretendiam os trabalhadores, por motivo do não comparecimento do usineiro. Foi então convocada uma reunião no dia 26, através de um edital. Nela, o tesoureiro da Federação, Jorge Júlio, explicou sobre uma mesa redonda realizada em São Paulo, acerca da convocação do proprietário da UNA e o seu não comparecimento. O Sr. Adelino Domingos de Oliveira falou sobre o aumento salarial de 45%, sobre a taxa de habitação, sobre as leis trabalhistas. Cerca de 300 pessoas compareceram a essa reunião que se iniciou às 21 horas e terminou às 22 horas e 30 minutos.

---

<sup>3</sup> Processo da greve na Usina Nova América. CEDAP-FCLAs - Unesp, P. 53 - 291 - caixa 459.

Quando voltaram às suas casas, na própria UNA, encontraram “*fechadas as portei- ras da usina e não puderam entrar em suas casas, ficando acampados por cerca de 20 dias numa propriedade vizinha, não somente eles mas também mulheres e crianças. É que a usina já os havia despedido.*”<sup>5</sup> Renato Rezende Barbosa, o usineiro, procurou saber quais eram as pessoas que haviam participado mais intensamente do movimento de greve, quem eram os participantes das reuniões dos trabalhadores. Um dos *colaboradores* deste estudo afirmou que o usineiro buscou, junto aos fiscais, os nomes daqueles que haviam faltado ao trabalho. Percorreu toda a fazenda com um livro onde tais nomes constavam. Na medida em que ia encontrando trabalhadores que tinham participado da greve, o usineiro os ordenava para que parassem imediatamente o trabalho. Assim foi que ocorreram muitas dispensas, mesmo depois dos dias de greve.

Na portaria de 29 de julho, a justiça pede o concurso de peritos para averiguação das sabotagens. O delegado regional de polícia, João Gusmão Filho requisita averiguação a João Ranali (DOPS), e a Joaquim Martins de Arruda (Diretor do Instituto Polícia Técnica – São Paulo). Segue-se então os depoimentos das testemunhas (gerentes, proprietário, etc.).

Mesmo nos depoimentos das testemunhas solidárias aos usineiros é possível detectar as formas de resistência, as estratégias, que os trabalhadores vão descobrindo para pressionar os patrões a assimilar suas reivindicações: Waldir Max, o declarante, avisado por Geraldo de Almeida acerca de sabotagens

---

<sup>4</sup> Processo da greve na usina Nova América. Op. cit.

<sup>5</sup> Processo da greve na usina Nova América. Op. cit.

na usina, “descobriu a destruição da parte interna de uma válvula, enquanto a externa se mostrava intacta, ocasionando tal fato a perda de matéria prima, isto é, xarope; que, por várias vezes empregados haviam jogado garapa na água condensada que abastece as caldeiras ocasionando isso a paralisação da usina, para limpeza das caldeiras, pois se tal fato não fosse pressentido, poderia a garapa causar, até, explosão de máquinas a vapor; que, o declarante foi advertido, ainda, pelo Sr. Francisco Maldonado Junior, residente nesta cidade, que lhe dissera ter ouvido a seguinte expressão de um sr. da Federação que não conhece pelo nome, mas é capaz de identificá-lo, ‘nós não vamos bater nos usineiros e nem pôr fogo nos canaviais; mas, se for preciso, nós poremos fogo.’ ”<sup>6</sup>

O informante havia descoberto que um empregado da usina teria dito que “ ‘tinha uma arma muito barata contra os usineiros’, exibindo e abandonando em sua mão uma caixa de fósforos.”<sup>7</sup> A sabotagem também teria ocorrido no guindaste, quando substituído o fusível da chave elétrica. Isso aparece em outro depoimento.

Não obstante, foram frustradas as tentativas de sabotagem. Os gerentes da usina e o delegado de polícia conseguiram preveni-las. As reivindicações trabalhistas também foram frustradas. A população de Assis, a de Tarumã e os ferroviários chegaram a colaborar com as famílias enquanto não se resolvia o impasse mas, após algum tempo, dispersaram-se para lugares que não foi possível descobrir. No entanto, muitos, inicialmente, mudaram-se para Tarumã.

---

<sup>6</sup> Processo da greve na usina Nova América. Op. cit.

<sup>7</sup> Processo da greve na usina Nova América. Op. cit.

O comissário de menores João Baptista Meirelles tem seu relatório incorporado ao processo:

“Cumprindo determinação de V. Excia., dirigi-me ao distrito de Tarumã, três quilômetros além da sede, nas imediações da porteira de divisa da Fazenda Nova América, na estrada que demanda àquela propriedade e constatei o seguinte: Diversas famílias acampadas em precária situação, totalizando aproximadamente duzentas pessoas, entre homens, mulheres e crianças de todas as idades. Fui informado no local de que já fazia quinze dias que ali se encontravam. No local constatei tão somente duas pequenas barracas, estacas cobertas com encerado, tendo sido informado que lá pernoitaram as mulheres e crianças. Tive oportunidade de presenciar crianças sendo amamentadas pelas mães sentadas em terra, sujeitando-se ao sol e poeira. Diversas crianças em idade escolar e matriculadas no Grupo Escolar da Fazenda Nova América, que não vinham freqüentando as aulas. Essas famílias, segundo informações obtidas, trabalham para a Fazenda Nova América, tendo entrado em greve, pleiteando algum direito, ali acampando para aguardarem a solução da contenda. A situação em que se encontram aquelas famílias e principalmente os de pouca idade é de escasso recurso, mal alimentados e sem nenhuma higiene. É o que tenho a relatar.”<sup>8</sup>

O relator não disse quais eram os direitos pleiteados. Também não explicou porque estavam justamente ali, uma vez que poderiam esperar o desfecho do impasse num lugar mais confortável. A solução da contenda só se daria em 1968, bem depois de dispersas as famílias. O processo chegou à Justiça Federal. Esta, julgando-se incompetente, devolve à Comarca assisense. Finalmente, o Juiz Orlando Cordeiro, em 21 de Junho de 1968, julga improcedente a denúncia

contra os 69 acusados e os absolve com fundamento nos parágrafos III e IV, do Código do Processo Penal, artigo 386.

Julgar improcedente a denúncia contra os grevistas era algo que se pode caracterizar como previsível. Prender os trabalhadores grevistas, ou qualquer outra decisão judicial igualmente impopular, não seria uma medida interessante nem para os patrões nem para a Justiça. É que neste caso, como em muitos outros, os objetivos subjacentes já haviam sido concretizados, *id est*, estavam desmobilizados os trabalhadores – tiveram que acionar aquele caráter itinerante próprio do trabalhador rural e procurar outro lugar para suprir sua sobrevivência, missão que se tornava deveras difícil. Rapidamente, a UNA consegue diminuir seus chamados custos de produção, e rapidamente o colono se transforma única e exclusivamente em assalariado, fazendo-nos lembrar a lapidar ironia marxiana – agora estariam livres para vender sua força de trabalho; muitos morando na cidade de Tarumã, que teve sua população aumentada com essa greve.

Muitos dos que permaneceram no campo, em especial os pequenos e médios proprietários, começaram a arrendar ou fornecer cana para a usina. A tabela 1 possibilita visualizar o aumento da produtividade da usina, durante a década de 60, concomitante à greve. Algumas oscilações são referidas principalmente ao fato de serem os canaviais plantações sujeitas às intempéries climáticas. Durante esse período a produção de açúcar aumentou 123% e a de álcool 90%. A tabela 7 atenta para a produção própria da usina e a advinda de fornecedores. Apesar da produção própria ser constantemente superior, no tocante à região de

---

<sup>8</sup> Processo da greve na usina Nova América. Op. cit.



Tarumã, os canaviais passaram a ser, ao longo dos anos 60 e 70, cada vez mais determinantes.<sup>9</sup>

A Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963, o Estatuto do Trabalhador Rural, que grosso modo, estendia os direitos dos trabalhadores urbanos ao campo, fez surgir várias queixas por parte dos usineiros, principalmente quando estes se referiam à “irrealidade” do estatuto. Disse anteriormente que, antes mesmo dessa lei existir, já havia surgido greves por não cumprimentos de acordo, como acabei de mostrar, além da expulsão em massa de famílias de trabalhadores rurais em várias localidades. E não obstante, em termos concretos, quando surge o Estatuto, as leis não são cumpridas. A existência de pagamentos de 13º salário, férias remuneradas, contribuições previdenciárias, já se pressentia, encareceria a mão-de-obra no futuro.

A partir da década de 1970, no entanto, teriam que ser postas em prática, e foi criado o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural – PRORURAL. Foi executado pelo FUNRURAL, Fundo de Assistência do Trabalhador Rural, subordinado ao Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS. Os tecnocratas da Ditadura Militar, pessoas diretamente “colocadas” nos poros existentes entre o público e o privado, almejarão pela estabilidade e segurança social.

---

<sup>9</sup> As tabelas, algumas conseguidas, outras por mim construídas a partir de dados do IBGE, são passíveis de serem exploradas não apenas neste trabalho, mas em outros estudos preocupados com outros temas. De forma alguma acredito ter extraído delas tudo o que possibilitam, mas acredito ter me referido ao que há de mais essencial para a presente pesquisa. Nisso, elas trouxeram uma insubstituível colaboração.

Mas à essa época corresponde na Alta Sorocabana de Assis a preparação para diminuir o impacto desses “benefícios” aos trabalhadores do campo:

“As despedidas em função do suposto ‘encarecimento da mão-de-obra’ na região ganharam repercussão pública em 1970, quando o próprio Ministro do Trabalho, Sr. Júlio Barata, declarou à imprensa que, no sul do Estado de São Paulo e no norte do Paraná, ‘fazendeiros estão demitindo em massa seus trabalhadores rurais, numa manobra conjunta para contratá-los posteriormente por salário-hora aviltado’. Por essa época a expulsão dos trabalhadores permanentes já atingia níveis consideráveis.”<sup>10</sup>

Nesse contexto também se inscrevem o Estatuto da Terra, Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, e o Decreto nº 59.566, de 14 de novembro de 1966, os Contratos Agrários. Numa primeira vista, o Estatuto da Terra apresenta várias disposições referentes à reforma agrária, desde o capítulo 1, Art. 1º – “*Esta lei regula os direitos aos bens imóveis rurais para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola*”.<sup>11</sup> No parágrafo um do Artigo primeiro delimita-se o que é considerado ‘Reforma Agrária’ – “*o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade*”. Isso ao mesmo tempo em que se delimita outros princípios de forma sugestiva; por exemplo no parágrafo segundo do Artigo primeiro: “*Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de*

---

<sup>10</sup> BRANT, V. C. “Do colono ao bóia-fria: transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis.” Estudos **CEBRAP**, São Paulo: Brasiliense, (19): 37-91, Jan./fev./mar., 1977, p. 83.

*amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no interesse de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do País”.*

Aprofundando o olhar, é possível constatar que o Estatuto se apresenta, em primeiro lugar, para legalizar o que já estava passando definitivamente a ser a condição hegemônica no campo – o aumento de produtividade das empresas agrícolas. Uma vez desencadeadas transformações tão profundas, que acredito ter mostrado, foram também desencadeadas formas de apropriação multiplicada de riqueza, pautadas nas relações em que o aumento de produtividade é “lei”. Com o aumento de produtividade, pode o capitalista ceder às pressões dos trabalhadores, sem prejuízo das estruturas que mantêm a manutenção do capitalismo. A esse respeito, João Bernardo, quando fala dos *inputs* e dos *outputs*, auxilia no entendimento do processo relacionado às condições em que a mais-valia relativa passa a ser, como é o caso, predominante:

“A tecnologia constitui sempre a realização de relações sociais. Por isso o mesmo processo que, ao longo dos *inputs*, aumenta a complexidade da força de trabalho e, portanto, aumenta o tempo de trabalho despendido durante idêntica jornada, multiplica mais ainda, pelo acréscimo de produtividade que o sustenta, o número de elementos do *output*. E assim este mecanismo de desenvolvimento da complexidade da força de trabalho não é contraditório, an-

---

<sup>11</sup> Estatuto da Terra.

tes constitui o próprio fundamento, do processo de declínio do valor incorporado em cada uma das unidades do produto total.”<sup>12</sup>

Em segundo lugar, o Estatuto da Terra, quando dispõe das premissas para a reforma agrária, sempre manifestando a questão do aumento da produtividade e da riqueza, tem como destinatários não o trabalhador rural que foi perdendo sua relativa autonomia, mas sim o empresário rural e suas ações estratégicas condizentes com o sistema capitalista. José de Souza Martins faz a seguinte consideração acerca desse Estatuto:

“Na classificação das propriedades (minifúndio, empresa, latifúndio por exploração e latifúndio por dimensão), a pena é distinta para o minifúndio e para o latifúndio. O minifúndio é contemplado com medidas especificamente referidas ao tamanho da propriedade, como o impedimento da fragmentação na herança, e as pressões destinadas ao remembramento da propriedade. Já o latifúndio pode, até mesmo com o crédito subsidiado, transformar-se numa empresa, para efeito de apreciação do INCRA, para evitar os efeitos da tributação progressiva, sem especiais problemas de desmembramento. Além disso, mesmo nas áreas prioritárias para realização da reforma agrária, assim declaradas por decreto presidencial, a empresa está excluída da necessidade de desapropriação.”<sup>13</sup>

Em Tarumã, a UNA começava a ser uma grande potência. O governo também já havia tomado medidas voltadas ao barateamento dos modernos insumos utilizados na agricultura, no final da década de 1960. Entre elas uma lei complementar que concedia “*isenção do ICM às matérias-primas participan-*

---

<sup>12</sup> BERNARDO, J. **Economia dos Conflitos Sociais**. S.P.: Cortez Editora, 1991, p. 91.

*tes da produção agrícola, o que virá proporcionar sensível redução nos preços de adubos, fertilizantes, inseticidas, rações balanceadas, sementes, mudas e mais uma dezena de produtos essenciais à avicultura, pecuária e agricultura.”*<sup>14</sup>

Veio então o Proálcool e o que era tendência se confirma definitivamente. O trabalhador rural será o alienígena na cidade. Os que já estavam chegando na velhice, viram seu mundo se transformar radicalmente.

Novamente o contexto capitalista internacional, no início da década de 1970, sugere uma estratégia à agroindústria canavieira no Brasil. No início da década de 1960 o boicote americano a Cuba teria sugerido aumento da produção de açúcar. Já no início da década de 1970, a sugestão se refere ao álcool.

A OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), liderada pela Arábia Saudita, no contexto posterior ao da Guerra dos 6 dias, quando a aliança entre americanos e israelenses possibilitou aos últimos expandirem sua área de influência ao Sinai, Cisjordânia e Golan (cujas conseqüências se traduziram em fortes conflitos), depois de 1973, decidiu por reajustar o preço do petróleo em patamares quadruplicados.

Nessa época, o petróleo era largamente utilizado na indústria e nos transportes no Brasil. Devido às decorrências internacionais do “ouro negro”, a balança comercial brasileira entra em déficit. Em 1974 é realizado na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo o I Congresso da Indústria Automobilística Brasileira, quando o governo discute soluções, para os impasses

---

<sup>13</sup> MARTINS, A **militarização da questão agrária no Brasil**, 2<sup>a</sup> ed., Petrópolis: Vozes, 1984, p. 33.

iniciados com a crise do petróleo, com a iniciativa privada. O setor automobilístico era visto como um dos principais responsáveis pelo “milagre econômico”. De fato, o país vinha há muito tempo demonstrando que a prioridade no sistema de transportes era pautada em caminhões, ônibus, automóveis, em detrimento de transportes mais baratos como hidrovias e ferrovias. E nisso não se pretendia alterações.

Dessas e de outras discussões nasceu o Programa Nacional do Álcool, Proálcool, pelo Decreto nº 76.593 de 14 de novembro de 1975, e seus objetivos se referiam a: economia de divisas, através da substituição de importações de petróleo e derivados; redução de disparidades regionais, utilizando a produção de matérias primas para possibilitar o fabrico do álcool; redução das disparidades individuais de renda, no apoio do setor agrícola para o uso de mão-de-obra; aumento da renda interna ao fomentar o emprego de terras ociosas e realocação de desempregados; expansão da produção de bens de capital, no estímulo do consumo de equipamentos nacionais para a produção do álcool.<sup>15</sup>

Tal só veio a consolidar a hegemonia das plantações de cana em Assis e Tarumã:

“A usina Nova América S/A recebeu recentemente resposta da carta consulta que havia remetido ao conselho nacional do álcool, requerendo aumento da quota de moagem por dia. Isso exigirá, segundo cálculos técnicos cerca de 3.500 alqueires de terra cultivados de cana, constituindo-se tal evento numa nova opção de plantio para os agricultores cujas propriedades circundam

---

<sup>14</sup> Jornal **O Estado de São Paulo**, 29-11-1969.

<sup>15</sup> SZMRECSANYI, T. **O planejamento da agroindústria canavieira no Brasil**, São Paulo: Hucitec, 1979, p. 437.

num raio de 25 quilômetros o complexo industrial da empresa. A possibilidade de produtores agrícolas que operam em várias culturas como soja, trigo, café, etc... Com mais de 70 alqueires cultivados, transformarem suas propriedades em canaviais desponta com naturalidade, já que a mudança requer mínimas alterações em termos de maquinários, e ainda porque tais operações são totalmente financiáveis pelo Banco do Brasil em faixa própria através do Pro-Álcool”.<sup>16</sup>

Neste contexto, a UNA consolida-se como empresa moderna. De 1970 ao início da década de 1980, sua produção passa de 315.738 sacas de açúcar para 1.156.481 sacas em 1984, e de 7.042.155 litros de álcool em 1970 para 107.500.000 litros; a área de terras explorada, em 1984, era de 25.137 ha.

O impulso final para a transformação do trabalhador rural em bóia-fria ou trabalhador urbano estava dado. Os deslocamentos de trabalhadores pode ser constatado na tabela 8, que mostra que ao decréscimo da força de trabalho permanente nos estabelecimentos rurais corresponde um acréscimo nas fileiras da força de trabalho temporária por toda a Alta Sorocabana de Assis. Em 1950, nos estabelecimentos rurais a força de trabalho permanente era de 48.373 pessoas, enquanto a temporária era de apenas 6.057, ou seja 11,1% da força de trabalho. Em 1980, o pessoal temporário era de 24.129 trabalhadores, o que correspondia a 77,6% do total das pessoas que ainda trabalhavam no campo.

Já disse que o ser humano tem a capacidade de se perceber de fora, reconstruir seu passado. O quadro narrativo que será apresentado adiante traz

---

<sup>16</sup> Jornal **Voz da Terra** - “Uma nova opção de plantio na região de Assis”, 22/01/1978, p.1.

a fala de um dos colaboradores da pesquisa (pseudônimo: Diego). O velho trabalhador rural consegue discernir com clareza os principais tópicos relacionados às profundas transformações por ele vivenciadas, e que foram analisadas até aqui inclusive através de dados estatísticos. E não só. A partir dessa narração, evidencia-se uma estreita ligação entre o êxodo rural e a velhice dos trabalhadores rurais, num mesmo processo cujo resultado é a impossibilidade da família lavradora continuar amparando seus idosos. Portanto, transformando a velhice numa questão social.

Mediante os impactos da implementação das leis trabalhistas, a partir da década de 1960, os fazendeiros não pretendiam assumir os direitos advindos com o tempo de serviço dos trabalhadores mais velhos, muito menos avocar a possibilidade de que estes deixassem de ser aptos para o trabalho, devido à idade mais avançada. O desdobramento dessa postura na Alta Sorocabana de Assis se traduziu nas expulsões em massa das famílias trabalhadoras do campo na década de 1970, fato que, como já dito, ganhou repercussão pública e chegou ao conhecimento do próprio Ministro do Trabalho, Júlio Barata. A cidade passa a ser, então, o destino do velho trabalhador rural, que poderia, eventualmente, ser contratado para trabalhar por empreita, barateando para o fazendeiro os muito vulgarmente chamados *custos de produção*:

“Eu vim de Minas para a Nova América. O meu irmão me trouxe... Da Nova América eu mudei para Cana Boa. Da Cana Boa para aqui, em Tarumã.



E aqui estou até hoje, e não pretendo mudar porque já está no fim da carreira.”<sup>17</sup>

“O meu irmão veio primeiro, depois mandou me buscar. Mandou dinheiro para eu vir. A situação não estava ruim, estava boa... Eu achei que convinha eu vir para atender o pedido dele. Ele queria que eu viesse. Eu vim e aqui eu estou até hoje. Talvez fosse melhor ficar lá. A gente não esperava. Não achava que o dia de hoje fosse como o dia de hoje. Não esperava de pegar uma situação péssima dessa, igual a gente pegou. Aquela época que eu cheguei em Nova América? Cheguei e já encontrei serviço para trabalhar. Já encontrei serviço para trabalhar. Já encaixei no serviço. Canavial. Plantei cana e cortei cana. Mas eu sei que ia dar essa modificação de Deus!? Eu não devia ter vindo. Podia voltar de novo, mas eu achei que ia melhorar, que não ia ficar numa situação igual essa que está: pobre, sem emprego. Senão, eu estaria lá até hoje. Mas a gente acha que o dia de ontem fosse como o dia de hoje...! Fui registrado quando cheguei. Fiquei três anos lá. Depois, começou aquela greve. A greve... não lembro não. (O ano foi 1962). Aí eles mandaram os empregados mais velhos embora. Aí eu saí no corte também... (...) Três anos depois que eu cheguei teve a greve. É, teve a greve. Foi por causa da greve, me mandaram embora. Mandaram os empregados mais velhos embora. Eu caí na lista. Já estava meio velho com 23 anos. Mas eu não participei da greve. Não. Não participei. Eu não participei da greve, mas só que ficou todo mundo parado, porque botaram guarda na saída para lavoura, e não tinha jeito do caminhão passar. Então eu fiquei parado. Aí aproveitaram, e mandaram todo mundo embora e pegaram novos. Depois, eu fui para Cana Boa. Fica aqui na outra... Em frente à Nova América, mas na outra ala... É um bairro rural. Ali eu mexia no canavieiro também. Morava com os meus

---

<sup>17</sup> Diego, Fita 1, Lado B.

pais. Meus pais vieram. Depois que eu vim, ele veio também. Lá em São Sebastião, lá nós não tínhamos terra. Nós trabalhávamos no terreno do meu avô. Estava tudo bem entre meu pai e meu avô. Eles não brigaram. Tudo positivo. A gente não esperava de melhorar a vida. A gente vinha assim, voluntariamente. Sem esperança de ficar rico... Não era ruim lá; era super bom. A gente tendo conforto, de tudo o que quer, já está bom. Não precisa coisa melhor. Porque o dinheiro é para comprar as coisas. Não viemos com bastante dinheiro de lá. Naquela época não havia dinheiro. Em Cana Boa, lá eu fiquei cinco anos. Trabalhava lá na fazenda mesmo... Canavieiro. A usina mandou embora. Cortou o emprego, mandou embora. Eu fiquei trabalhando em outros cantos. Da vez que eu saí de lá, tirei a mudança e fui trabalhar em outros cantos. Em Cana Boa, eu fui trabalhar para o Rubens Moraes, Dr. Plínio. Eram fornecedores de cana para a usina Nova América. Inclusive é até hoje. Eu trabalhei com cana para eles. Plantava, colhia, carpia. Eu vim para Tarumã devido... porque não achei mais lugar no sítio. Então eu vim acampar aqui. Não tinha como continuar no sítio. Como devido ao meu direito, foi acabando. O patrão não quis mais saber. O empregado quanto mais velho, mais direito criava na fazenda. Então, mandava todo mundo embora. Arrancaram a casa da fazenda, arrancaram a casa do sítio. Todo mundo foi obrigado a largar a fazenda. As leis estavam mudando. É isso aí. Para tirar o empregado, ia dar trabalho e eles não querem isso. O empregado mais velho ia ter mais dinheiro para receber, isso. O senhor, nos sítios aqui nessa região, não se vê uma casa no sítio. Arrancaram tudo. Então teria que vir todo mundo para se abrigar na cidade. Trabalhar com gado por aí, quando acha serviço. Quando acha serviço trabalha, quando não acha... Eles estão querendo mais só na base do veneno mesmo, e não carpir. Para criar a família, no campo sempre seria melhor.”<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> Diego, Fita 2, Lado A.

Ainda que Tarumã seja uma cidade preponderantemente ainda ligada ao meio rural, são os modelos urbanos e modernos que a atingem de roldão. Além disso, mesmo no campo, as novidades urbanas e modernas trazem seu impacto. Os primeiros carros que circularam nas ruas da cidade também circularam nas ruas dos cafezais. A partir da observação de fotos em perspectivas aéreas da cidade e dos arrabaldes, ficam evidentes as ruas em linhas geométricas e racionalizadas dos canaviais – quadrados seguidos de outros quadrados, cruzados por outras ruas em diagonais, formando trapézios e triângulos-retângulos –, a tal ponto acompanhando as linhas das ruas de Tarumã, que fica difícil saber se é o campo que segue as linhas da cidade ou vice-versa.<sup>19</sup>

Nesse novo espaço, sujeito às novas condições de sobrevivência, ao trabalhador rural migrante não foi mais possível encontrar meios para fazer hortas – plantar feijão, milho, mandioca – e criar animais – vacas, galinhas, porcos. Numa entrevista cedida pelo filho do proprietário da usina Nova América, Roberto, há referência ao êxodo rural, vivido por trabalhadores da usina desde a década de 1960. Já me referi anteriormente à greve de 1962, mostrando que após esse fato, o êxodo rural nessa região foi acelerado, e definitivamente impulsionado pelo Proálcool na década de 1970:

**Entrevistadora:** “*Por que houve essa transformação na empresa, essa mudança dos funcionários para a cidade?*”

**Roberto:** “Porque a transformação é quase que uma estratégia do próprio ser humano e da própria organização. Uma empresa que tem os seus funcioná-

---

<sup>19</sup> Uma tal apreciação tornou-se possível também através de fotos vistas no livro: BARBOSA, Maria Angélica Dias de Rezende. **À procura de novas terras** - Memórias de uma família brasilei-

rios morando junto a ela exige algo mais de seus administradores. A gente via, naquela época, que nós não poderíamos mais suprir as necessidades de recreação, por exemplo. Além disso, os nossos funcionários não tinham sua propriedade habitacional e era interessante que eles investissem, que priorizassem isso, porque o primeiro investimento do ser humano é ter onde morar, é fazer sua poupança no sentido de materialização de uma moradia. Por outro lado, a gente achava que essa alteração era muito importante, constituindo mesmo uma tendência no país, já que muitas empresas estavam adotando esse critério; a própria legislação, o Estatuto da Terra, inibia a vida do funcionário dentro da empresa. Isso já não era mais moderno e não se deveria mais permanecer nesse sistema.”<sup>20</sup>

De fato, a política da empresa em fomentar a mudança de trabalhadores para a cidade fez parte desse processo de modernização. Foi uma tendência geral, acompanhada de perto pelos incentivos estatais às agroindústrias, e pelas mudanças na legislação. Entretanto, o que para as elites são, tantas vezes, manifestações atávicas da natureza humana – ‘o primeiro investimento do *ser humano...*’ –, são na verdade *suas* estratégias para potencializar a acumulação de capital. Tais ações não visaram ao interesse de todos os *seres humanos*, não foram motivadas por uma ação comunicativa. Sintonizaram-se sim com os interesses dos atores históricos que estiveram à frente de tais mudanças, e que ganharam com elas.

Não obstante, para o trabalhador rural, não se tratava bem nem de um investimento, nem de poupança, nem de uma estratégia para viver melhor, mas da destruição definitiva de suas já parcas formas de subsistir autonomamente.

---

ra (1947-1997), São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

Bem diferente da história oficial e celebrativa, as decorrências históricas de um tal processo pouco têm de idílicas. O trabalhador rural será transformado primeiramente em bóia-fria, numa situação histórica de marginalidade. Nada mais contundente que a percepção das próprias pessoas que vivenciaram essas decorrências históricas – elas são um documento vivo:

“O que que um pobre faz na cidade? Dinheiro não tem, ele tem que trabalhar por tempo, um dia que acha um servicinho, trabalha, e o dia que não acha?!... Pelo tempo, ele não acha serviço. Quando acha serviço, trabalha um dia ou dois. E quando não acha? Isso que é duro. E ele não tem no que pegar, ele não tem um arroz para comer, não tem um feijão para comer, não tem uma mandioca para comer, não tem uma abobrinha para comer... Na cidade você não tem futuro, o negócio você não tem futuro, só um quebra galho. Não tem futuro nem para mim, nem para o senhor, nem para outro! Porque o futuro vem... vem da pobreza?”<sup>21</sup>

O trabalhador é, a um só tempo, ‘expulso do campo e marginalizado na cidade.’ Essa situação de marginalidade e condição de itinerante vivida logo após o êxodo rural na região de Assis e Tarumã não escapou ao estudo de Leonardo Colosso:

“Num primeiro momento, a situação de trabalhador rural e habitante urbano outorgava ao bóia-fria um ‘status’ de deslocado, marginal, perdido. E assim é caracterizado pelo seu trabalho e seu modo de vida. Volante é a denominação desses trabalhadores em muitas regiões. Trabalhador volante, aquele que não se fixa, errante, nômade. Mora num determinado lugar en-

---

<sup>20</sup> BARBOSA, M. A. D. Rezende. Op. cit., 1998, p. 208.

<sup>21</sup> Cleber, Fita 2, lado A.

quanto dura a colheita. Terminada esta, muda para outras regiões que estão em tempo de safra.

Durante as décadas de 60 e 70, esse trabalhador móvel, sem lugar definido para morar, vagou entre os canaviais, laranjais, plantações de algodão e as periferias das cidades.”<sup>22</sup>

Enfim, como um todo, o pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais diminuiu na região, que passou por forte processo de urbanização nessas últimas décadas. Em 1980, em Tarumã, a população urbana era predominante, 59,5%, mas ainda havia quem fizesse uma plantaçozinha no fundo do quintal, ou quem utilizasse um terreno desocupado para plantios, ou quem criasse porcos, galinhas. Mas a proletarização lhes impede de subsistir autonomamente. Podem, eventualmente, plantar um pé de café em frente de casa, ícone de suas raízes distantes no tempo.

---

<sup>22</sup> COLOSSO, L. **Bóia-Fria da Silva**. Dissertação de Mestrado, Assis-SP: Unesp – FCLAs, 1990, Tese nº 513, pp. 77-78.

## CAPÍTULO 3

### OS GUERREIROS SEM ARMAS DE TARUMÃ

“Titono, irmão mais velho de Príamo, era filho de Laomedonte e de Estrimo, a filha do deus-rio Escamandro. Era tão belo, que por êle se apaixonou perdidamente Éos, a Aurora, e o raptou. Os amantes tiveram dois filhos, Emátion e Mêmnon. Estava de tal maneira enamorada a formosa Aurora que quis se ligar ao espôso por laços eternos e pediu para êle, a Zeus, a imortalidade. No entanto, esqueceu-se de pedir, ao mesmo tempo, a juventude eterna. E foi assim que, com o passar dos anos, a funesta velhice trouxe ao amante outrora belo as rugas e a fealdade. Dentro em pouco êle se tornou um velho de fronte enrugada, de olhos baços e de bôca flácida. Em vão, Éos tentou nutri-lo com a celeste ambrosia, que torna os corpos incorruptíveis. Cada vez mais o devastava a velhice. Sobreveio depois uma lamentável decrepitude. A deusa então relegou Titono a uma câmara da qual fechou hermêticamente as portas brilhantes. O velho ali ficou na solidão, até que os deuses, compadecidos, o metamorfosearam em cigarra.”

(GUIMARÃES, Ruth. **Dicionário da Mitologia Grega**. São Paulo: Cultrix, 1989).

### 3.1. PEQUENO DIAGNÓSTICO

“Um fantasma amedronta o mundo neste final de século e seus ruídos assustadores desafiam o saber e o poder, levando, ao mesmo tempo, o ser humano a novas encruzilhadas: a velhice. O ambicionado prolongamento da vida transforma-se, cada vez mais, em realidade.”

(HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **O direito à velhice**: os aposentados e a previdência social. São Paulo: Cortez, 1993).

Simone de Beauvoir, em seu conspícuo trabalho, *A velhice*, afirmou categórica que ‘*os homens eludem os aspectos de sua natureza que lhes desagradam*’.<sup>1</sup> Referia-se ao tratamento comumente adotado, inclusive pelos próprios idosos, para arrostar a última etapa da vida. Entretanto, um dos diagnósticos mais recentes da Secretaria de Ação Social de Tarumã atinge o fato de sua população estar envelhecendo. Segundo dados do IBGE, em 1980 havia na localidade 326 pessoas com idade mínima de 60 anos, o que representava 4,8% da população residente - cota inferior ao percentual do país como um todo, que nesse ano contava com 6,1% de indivíduos de 60 anos e mais. Nessa mesma época, em Tarumã, 40,5% de sua população ainda residia no campo. Atualmente cerca de 204 idosos, em sua maioria provenientes de ‘baixos níveis socioeconômicos’, cujas condições reclamam assistência, participam do *Projeto Renascer*.<sup>2</sup> Desses, a maioria, velhos trabalhadores que viveram o êxodo rural, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980.

<sup>1</sup> BEAVOIR, Simone de. **A Velhice**. Trad. Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 7.

<sup>2</sup> A Secretaria da Ação Social de Tarumã responde pelo *Projeto Renascer*, que realiza encontros semanais dos quais participam 204 pessoas com 60 anos e mais. Aí são desenvolvidas atividades



TABELA 9

População Residente (Tarumã-SP) e Distribuição Etária em Tarumã-SP e no Brasil

1980

Idade (anos)	Homens	Mulheres	Total (população)	Idade (anos)	População (em %) – Tarumã	População (em %) – Brasil
Total	3.551	3.234	6.785	0 a - *	100,0	100,0
0 a 14	1.363	1.313	2.676	0 a 14	39,4	38,2
15 a 29	1.101	991	2.092	15 a 59	55,8	55,7
30 a 44	595	493	1.088			
45 a 59	313	290	603			
60 e mais	179	147	326	60 e mais	4,8	6,1

\* Nesta célula deveria constar a maior idade encontrada nos indivíduos brasileiros em 1980. Desconheço. Segundo o biogerontologista norte-americano, Leonard Hayflick, os indivíduos da espécie humana, no atual estágio da evolução, vivem, no máximo, aproximadamente 115 anos.  
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1980 - Dados Distritais.

Não se trata de simples coincidência a proximidade entre os percentuais de distribuição etária referentes a Tarumã e ao Brasil, detectada na tabela 9. Observa-se que os fenômenos populacionais ocorridos em Tarumã acompanham o contexto de mudanças num quadro mais amplo. Adotando intervalos de 14 anos como grupos de idade, torna-se evidente uma relação inversamente proporcional: tanto no tocante às populações femininas, como também no que se refere aos homens, quanto maior a idade, menor o número de indivíduos.

Não obstante, constata-se igualmente uma tendência progressiva ao *envelhecimento populacional*, se considerados os fenômenos de forma mais ampla. Segundo os dados levantados por Antônio Camargo e Paulo Saad, que

---

físicas, entretenimento e atendimento médico – sessões de ginástica, controle de pressão arterial,

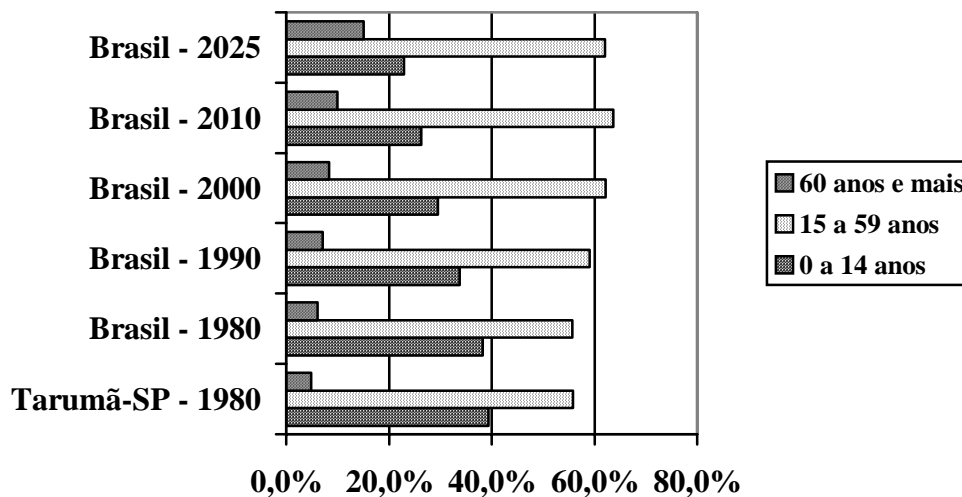
estudaram a evolução da população brasileira<sup>3</sup>, estima-se que a variação progressiva da população com 60 anos ou mais, do início do século até o ano de 1970, foi de 54,5%. Ou seja, de 3,3% de idosos em 1900 a população passa a contar com 5,1% em 1970. De 1920 a 1960, a percentagem de idosos não ultrapassou a casa dos 4% (de 4,0% a 4,7% respectivamente). *Id est*, até aí não houve grandes variações na estrutura etária do país, ainda que já se notasse a tendência ao envelhecimento populacional. Entretanto, de 1970 a 2025 estima-se que o percentual desse grupo de idade relativamente à população total saia de 5,1% e atinja 15,1%. Considerando ainda que a taxa de crescimento anual do total de população tem decrescido a partir de 1960 (de 2,9% para 1,6% em 1990, tendendo a chegar na de 1% ao ano em 2010), observa-se que, cada vez mais, a velocidade relativa de crescimento da população idosa é maior (sempre representou variações positivas ao longo do século), ao passo que os indivíduos de até 14 anos têm decrescido sua velocidade relativa de crescimento populacional. Já o extenso grupo de idade considerado (de 15 a 59 anos) a tem acrescida, porém em menor medida que os grupos de maior idade. O gráfico 1 evidencia a tendência apontada:

---

viagens, bailes, alfabetização, palestras, exibição de documentários, filmes etc.

<sup>3</sup> CAMARGO, Antônio Benedito Marangone e SAAD, Paulo Murad. “A transição demográfica no Brasil e seu impacto na estrutura etária da população.” In: **O idoso na Grande São Paulo**. São Paulo: SEADE, 1990, pp. 9-25. (Coleção Realidade Paulista).

**GRÁFICO 1**  
**Distribuição Etária em Tarumã-SP (1980) e**  
**Projeção da Distribuição Etária no Brasil**  
 (%)



Fontes: IBGE, Censo Demográfico de 1980 – Dados Distritais. Percentuais relativos ao Brasil: Apud. CAMARGO, Antônio Benedito Marangone e SAAD, Paulo Murad. “A transição demográfica no Brasil e seu impacto na estrutura etária da população.” In: **O idoso na Grande São Paulo**. São Paulo: SEADE, 1990. De 1990 em diante, esses percentuais são baseados em população estimada. Os dados relativos ao Brasil mostram-se bastante próximos dos percentuais regionais. Isso é bastante evidente no caso de Tarumã.

A *pirâmide etária* no Brasil tende a deixar de ser do tipo *povos em crescimento* (base larga e ápice reduzido) em benefício do tipo *povos estacionários* - pirâmide em forma de campânula. As autoridades municipais não poderiam deixar de dar conta desse “fantasma”. Digo *fantasma*, porque a velhice não poucas vezes é tratada como um corpo estranho, um espectro – a *terceira idade*, a *segunda infância* –, termos que só na aparência são carinhosos. Entretanto, de tais termos decorre o reforço de certos preconceitos da sociedade de consumo, em que tudo é descartável para dar lugar às ‘novidades’; onde só aceita-se a velhice se ela vier disfarçada, para que não se afronte a feiúra que as próprias pessoas lhe atribuem.

íram. Faz-se necessário não estender essa generalização para além de certos limites, uma vez que o preconceito contra o idoso não é universal e irrestrito. Nesse sentido, como apontou o estudo da psicóloga e gerontóloga, Anita Liberalesso Neri, as atitudes negativas em relação aos velhos e à velhice, por parte dos brasileiros não idosos, mesmo considerando-se a urbanização e industrialização, devem ser tomadas de forma parcimoniosa e relativa.<sup>4</sup>

Soma-se aos elementos relevados o êxodo rural. Grandes parcelas da população se mudaram para a cidade, ali chegando próximos ou já na velhice. Principalmente em Tarumã, a grande maioria, velhos trabalhadores rurais, não raro em situação de carência.

Os depoimentos e as análises que aparecerão neste item enfocam algumas das dificuldades enfrentadas pelos velhos trabalhadores rurais que atualmente vivem no município pesquisado, sobretudo as que se relacionam ao *pequeno diagnóstico* aqui exposto. *Id est*, as especificidades dos migrantes de Tarumã, seu itinerário mediante o contexto mais geral do envelhecimento populacional, frente aos quais as autoridades locais se depararam:

“Ganha pouco a aposentadoria. Eu comecei com sessenta, daí foi para cem, cento e dez. De cento e dez agora foi para cento e vinte. Eu e meu marido, ele cento e vinte e eu cento e vinte. É esse que é o ordenado nosso. E ele, nós, que nem eu falei para você, ele não deve, ele não faz dívida. Não tem uma pessoa aqui para chegar: “Paga isso aí que você está devendo!” Graças a Deus, não teve essa hora, um caso. Quando sai o pagamento, a primeira coisa que ele faz é ir lá pagar a água e pagar a luz. Ele já está com o papel da água

---

<sup>4</sup> NERI, Anita Liberalesso. **Envelhecer num país de jovens**: significados de velho e velhice se-

e da luz. Ele vai lá e paga. E com isso nós estamos vivendo. Está sendo suficiente. Adjutório é assim: quando, às vezes, vem um filho, traz uma peça de comida para nós, às vezes traz um feijão. Esse de São Paulo traz feijão, macarrão, traz arroz.

Não contamos com a ajuda de instituição, nada. Que nem aí, eles dão essas oportunidades de uma... supermercado... cesta básica. Aí tem um lugar que dá! Mas tem as pessoas que vão lá. Eu não pego. Peguei foi de sorteio, ali no Renascer, um sorteio, dois sorteios eu ganhei. Eles deram, mas eu não vou lá atrás disso não. Hoje, se eles quiserem dar... Eles vieram olhar a casa da gente aí, conforme... Eu não me importo não. Eu gosto, pode vir, eu mando entrar. A casa toda, pode vir quem vir. Vieram duas aqui, investigar como é que nós éramos, se nós estávamos muito precisados. Eu entrei nos quartos, andei de tudo. Aí, para mim, eles não mandam conforto, porque diz que nós não estamos precisando. Não sei o quê, não sei o quê. Eu estou vivendo. Quer dar de boa vontade, dá. Só, que nem eu falei para você, essa casa aqui não foi forrada. Não foi por ele. Nós não estávamos podendo mais fazer, acabar, sem dinheiro. Eu recebi uma mensalidade. Fazer a compra para comer, que a mensalidade comprava o material. Esse material aí que eu ganhei de lá da fazenda Nova América, do gerente, essas telhas. Essas telhas, tudo, foi que eu ganhei de lá. Eles deram. Aí fizemos a casa. Para mim está... para mim está um prédio. Para mim está muito boa. Aí o filho meu que está em São Paulo veio, pintou ela por dentro, e a filha que mora em São Paulo pintou por fora. Agora que ele vai forrar esse banheiro aí. Mas eu estou contente porque, graças a Deus, não deve.”<sup>5</sup>

---

gundo brasileiros não idosos. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1991, p. 45.

<sup>5</sup> Camila, Fita 8, Lado A.

“A gente que era pobre, não pode explicar certinho porque o trabalhador rural não tem lugar, morada firme, né! [...] O lugar que dá mais. Porque o senhor sabe que o trabalhador rural, ele tem que ir no lugar que dá mais, para ganhar algum... [...] Depois terminou... depois terminou... terminou a porcentagem, acabou a porcentagem, aí viemos para Rolândia. Cidade de Rolândia, você conhece Rolândia, não conhece? [...] Depois dali eu... tirou... tem essas casas aí, tirou todo mundo para a cidade... [...] É, eu não ganhei casa, quem ganhou casa só quem tinha, quem era mais novo, né? Para mim não tinham casa, precisei comprar essa aqui. Aí, na mão da mulher minha, então eles... eu tinha um pouquinho de dinheiro, um restinho de dinheiro. Que eles fizeram o acerto da mulher, quando faleceu minha esposa. Aí eu inteirei e comprei essa casinha aqui. Olha, que eu ainda resolvi... trabalhei tudo de qualquer jeito, todo tipo de serviço. Trabalhei de carroceiro, trabalhei de carreta, trabalhei de colono, trabalhei tudo quanto é serviço, eu trabalhei. [...] Dali ele fez as casas aqui, mudou o povo para cá. Acabou... acabou a proteção aqui para nós! [...] Lá em Bauru morei muito tempo, né? Sempre uma fazenda pertinho da outra.”<sup>6</sup>

“Pobre não tem vez por causa que não tem carreira. É imprensado, né? O pobre é imprensado. É imprensado. Ó, o senhor vê, eu sou aposentado. Eu ganho cento e vinte contos por mês, né? Bom, vamos supor: tem mês que dá certinho para comer e beber e ainda sobra uma beiradinha. Mas um mês chega água, luz, né?, um remédio pra... não dá. Não dá para se manter. E eu fico até devendo um pouquinho.”<sup>7</sup>

“Hoje nós trabalhamos para quem achar. Aparecer aí, nós vamos. Não trabalho mais com cana. Não. Trabalho carpindo soja, amendoim, carpindo

---

<sup>6</sup> Cleber, Fita 1, Lado A.

<sup>7</sup> Cleber, Fita 2, Lado B.

milho. Cana eles não pegam mais. Eu falei para o senhor que quarenta anos, para baixo, não tem mais serviço. Na usina não. Acabou.”<sup>8</sup>

“Essas pessoas mais velhas, daquela época, a maioria está aposentada. Está aí nos bancos dos velhos, na praça pequena da rodoviária, jogando cartas e conversando, estão aí no Renascer. Mas estão encostados, com vergonha deles. E até aquelas pessoas que arrancaram tocos, que derrubou mato, e queimou e derrubou toco para hoje nós estarmos nesses campos bonitos aí, tudo. Amarram cana para todo lado. Carro vai na roça, ele entra aonde ele quer. Não tem toco, não tem pau prá segurar... Então, para todo lado nós temos um campo bonito! Bonito... Porque quando era mato, esses homens daí dos setenta anos, oitenta anos, dos noventa anos, eles foram os homens que chegaram para ir espantando a cobra, espantando índio, e espantando mosquito, espantando a maleita, para hoje nós termos isso bonito como nós temos. Né? Com esse bonito que nós temos aí. Aquela derrubada do sertão. Esse sertão, tinha pouca gente que queria entrar, mas depois que vai ficando... vai ficando bonito, vai aparecendo quem queira ser dono, né?”<sup>9</sup>

Não dá! Cento e vinte real! Ah, isso trouxe problema. Se eu tivesse, se por acaso, se eu tivesse vivendo só desse cem real, cento e vinte reais, então eu não tinha essas condições que eu tenho hoje. Não tinha essas condições que eu tenho hoje. Eu tinha feito, eu estava naquela situação como estão os outros. Porque cento e vinte reais é muito pouco para só um casal viver nesse valor. Mas como eu ganho mais de um salário mínimo, quer dizer então, eu tenho... me sinto que eu tenho condições bem maiores porque eu ganho mais. Ganhando mais, a gente vai viver... Com um salário de cento e vinte, outro

---

<sup>8</sup> Cleber, Fita 3, Lado B.

<sup>9</sup> Adonias, Fita 9, Lado A.

que está com salário de duzentos, de trezentos, ele vai ter umas condições bem melhores, e dá conta das obrigações, né?<sup>10</sup>

“Ó, nós éramos fazendeiros. Ó, meu pai tinha dez alqueires de terra, nós tínhamos animal... Agora... Nós vendemos tudo. Quando eu vim para São Paulo... Ah, aqui, fazenda. Na Nova América eu trabalhei doze anos, na Nova América.” (...)

“Eu estou trabalhando na Usina Maracaí. É. Aposentei e estou trabalhando de cortador de cana, mas não é só cana. São irmãos os donos de lá e os da Usina Nova América. Então, eu estou na diária. O ano passado, entrei com diária, saiu na diária.” (...)

“Consegue. Ah! Trabalho com enxada, e... cana, e estou... Às vezes, nós espalhamos a cana assim, para plantar... Estou novo ainda. Esse gato pingado... quem manda é só Deus. Nós mandamos nada. Só Deus manda. Ah, não sente velho não. Assim, a coisa está do mesmo jeito. [Ri]. Ó, vou na rodoviária, aí mexe... esse mundo vem de Deus. Eu moro de setenta e um... A turma gosta de mim... minhas filhas. Se eu gostaria de parar de trabalhar? Ah, gostaria de ser... eu jogo na Loto, rapaz. Arrumo minha malinha, vou ajudar outras pessoas. Que nem diz, né? As crianças ajudo bastante. Aí, porque os cento e vinte... olha... Já... Ó, eu corro e me divirto, né? Eu gosto de andar, no forró, essas coisas. Eu gosto de me distrair, viver, ajudar os colegas... Eu tenho dó. Preciso trabalhar. Esses caras só... é cento e vinte. Eu tenho dó. Então, vamos descansar. Não tô certo? Né? Então, o mês passado eu ganhei, deixa eu ver... no dia cinco... pedi quatro dias. Sessenta e... sessenta e seis. Agora, sexta-feira agora, oitenta e quatro.... A aposentadoria dá, mas é

---

<sup>10</sup> Adonias, Fita 13, Lado A.



que fica meio sem graça... É pouquinho. Se eu for... - 'Ó, pai, me dá...' Eu fui com meu filho no bar hoje..."<sup>11</sup>

"Ainda não consegui me aposentar. Está mexendo, está rolando aí..."<sup>12</sup>  
(...) "Agora eu sou contente, graças a Deus! A gente quando está que não tem paz no coração, não tem paz na sua mente, fica com a cabeça quente... Aí fica sem colocação. Sem a pessoa ter uma colocação certa, fica meio fora do ar. Mas, não. Hoje tá tudo controlado... Você não pensa mais... Pensar você pensa, se eu estou trabalhando ou não estou trabalhando, eu tenho que estar constante no meu serviço. Se vem um fiscal, venha a falar com o patrão: 'o seu Gustavo não está trabalhando de acordo. Vamos cortar ele.' Manda embora. Então a pessoa tem que estar trabalhando constante. Porque senão, se cortar, você vai ficar com a vida desorientada."<sup>13</sup>

"O patrão não quis mais saber. O empregado quanto mais velho, mais direito criava na fazenda. Então, mandava todo mundo embora. Arrancaram a casa da fazenda, arrancaram a casa do sítio. Todo mundo foi obrigado a largar a fazenda. As leis estavam mudando. É isso aí. Para tirar o empregado, ia dar trabalho e eles não querem isso. O empregado mais velho ia ter mais dinheiro para receber, isso. O senhor, nos sítios aqui nessa região, não se vê uma casa no sítio. Arrancaram tudo. Então teria que vir todo mundo para se abrigar na cidade."<sup>14</sup>

Nenhuma das pessoas entrevistadas tem idade inferior a 60 anos.

Isso fez com que as entrevistas durassem, no mínimo, 3 horas. Havia muito o que dizer, muitas experiências para contar, muitos argumentos a defender; uma narra-

---

<sup>11</sup> Carlos, Fita 3, Lado A.

<sup>12</sup> Gustavo, Fita 4, Lado B.

<sup>13</sup> Gustavo, Fita 5, Lado B.

ção que ia da infância, adolescência e parte da fase adulta, vividas no campo, em colônias – ou em pequenas cidades rurais, onde os limites rural/urbano praticamente não existiam – até a ida para a cidade.

Nas entrevistas, segundo as características de cada *colaborador*, alguns falaram mais, outros menos. Por fim, o acervo de documentação oral para este trabalho atingiu aproximadamente 36 horas de gravação – foram utilizadas 36 fitas cassete. Apenas um depoimento foi realizado durante somente uma tarde. Para os demais, efetuei no mínimo duas visitas. Mas há conversas que não estão gravadas e que valeram muito para a pesquisa. Fui amparado pela amizade dos depoentes. Nessas conversas também afluíam inesperadas lembranças de fatos e pessoas. O campo marcou definitivamente a vida, o enraizamento, enfim os ‘tesouros do passado’ dessas pessoas. Percebi seus olhos brilharem quando me contavam sobre um colega do campo que conseguiu se manter vinculado à terra. Continuar morando no campo, plantando num pedaço de terra, por pequeno que seja, traduz-se na possibilidade de permanência de laços ancestrais.

Todos os depoentes são ou foram casados; constituíram família e tiveram filhos. Alguns casaram-se mais de uma vez. Um dos depoentes casou-se, e com pouco tempo de casado sua esposa teve complicações no parto – veio a falecer; depois disso, amasiou-se mais de uma vez. Dois depoentes tiveram quatro filhos, sendo esse o número mínimo, considerados apenas os sujeitos da pesquisa. Diego teve cinco filhos. Três depoentes tiveram dez filhos e mais. Todos os entrevistados vieram de famílias numerosas, tiveram experiência conjugal, e constituí-

---

<sup>14</sup> Diego, Fita 2, Lado A. Trecho citado também por ocasião da análise da greve na UNA, em

ram famílias numerosas. A aposentadoria insuficiente e o desemprego, sobretudo na entressafra – que ainda atinge a maioria dos depoentes, pois continuam ativos enquanto mão-de-obra – traz sérias dificuldades para o sustento da família, uma vez que o desemprego na cidade atinge também os filhos adultos. Segundo dados da Prefeitura Municipal de Tarumã, a taxa de desemprego atual na localidade é de 41%.<sup>15</sup>

Os velhos trabalhadores rurais foram transformados em bóias-frias, com raras exceções. Essa constatação vale não apenas para os entrevistados, mas para a maioria da população idosa da cidade. Muitos, inclusive aposentados, são arregimentados pelo ‘gato’ para trabalharem de forma sazonal nos arrabaldes de Assis e Tarumã, nas épocas não só de corte de cana (atividade principal relacionada a Tarumã), mas também de colheitas de laranja, amendoim, algodão, soja, trigo, milho etc. A quase totalidade dessas colheitas também pertence aos usineiros da região, que formaram o chamado Grupo Rezende Barbosa, e estenderam seus negócios e atividades para outras localidades, além de diversificarem a produção:

“Atualmente, com cerca de 6 mil funcionários e um faturamento em torno de US\$ 270 milhões, o Grupo Rezende Barbosa congrega em diversos pontos do País um diversificado ramo de atividades, desenvolvidas por suas empresas.”<sup>16</sup>

---

1962. Aqui, apenas o fragmento relacionado à temática da velhice.

<sup>15</sup> Secretaria Municipal da Ação Social de Tarumã, Projeto **Terceira Idade Viaja**, Junho a Novembro de 1997, p. 3.

<sup>16</sup> BARBOSA, Maria Angélica Dias de Rezende. **À procura de novas terras** - Memórias de uma família brasileira (1947-1997), São Paulo: Arte & Ciência, 1998, p. 108.

“A Nova América optou, portanto, pela diversificação de suas atividades, a fim de dar maior dinamismo e desenvolvimento aos seus negócios. Em 1990, foram criadas as Unidades de Negócios Estratégicos, que, além do cultivo da cana, soja, amendoim, milho e da pecuária de corte, já praticados, passou a desenvolver novos setores, como a pecuária leiteira, a produção de laranja e abacaxi e, mais recentemente, a fabricação de sucos.”<sup>17</sup>

Muitas vezes, o ‘gato’ contrata, conduz até o local do trabalho, fiscaliza as tarefas, efetua o pagamento, extraindo seu salário, enquanto empreiteiro e intermediário, do aviltamento do salário do bóia-fria. Há vários sitiantes que arrendam suas terras para a UNA, e para lá vão laborar inclusive os velhos trabalhadores rurais que residem em Tarumã. Alguns sitiantes contratam o lavrador, sem a intermediação do ‘gato’.

Há um caráter itinerante que acompanhou a vida dos trabalhadores rurais entrevistados. A cidade representou, para o trabalhador rural do êxodo, e para outros grupos humanos, o ponto de chegada em seu longo itinerário, substituindo sua ‘marcha’ por uma estranha fluidez nos próprios limites da cidade; aceleração de transformações ininterruptas que dispensam o deslocamento espacial, tornando migrante, às vezes alienígena, mesmo quem se ‘fixa’ no espaço, na cidade. Os velhos trabalhadores rurais se lembram de muitas mudanças, entre tantas fazendas e comércios (pequenas colônias), realizadas ao longo de suas vidas. Cleber nasceu na Bahia, em Urandi. Filho de lavradores, mudou-se para o Estado de São Paulo quando ainda era criança de colo. Residiu em fazendas próximas a Bauru, Jaú, Garça. Mudou-se para a fazenda São Joaquim, e posteriormente em Loba-

---

<sup>17</sup> BARBOSA, M. Rezende. Op. cit., p. 109.

to, no Paraná. Depois disso, trabalhou em fazendas nos arredores de Rolândia. Os contratos de parceria foram terminando, o que o obrigou a morar por oito anos nessa cidade. Com 61 anos de idade, veio para a colônia São José, onde residiam trabalhadores da UNA. Posteriormente, mudou-se para Tarumã e passou a trabalhar como bóia-fria – mudança promovida pela política da empresa em ir retirando os trabalhadores das dependências da fazenda e baratear custos.

Adonias, quando se casou, começou a trabalhar na fazenda do Severino, para quem sua família já havia trabalhado. Chegou a trabalhar nas três fazendas de propriedade do último, no Rio Grande do Norte e no Ceará, como meeiro de algodão. A relação com o fazendeiro envolvia um forte aspecto pessoal, a ponto de se transformarem em compadres, quando dos batismos dos filhos. Mas um fato ocorrido deixou Adonias muito apreensivo. Ficou sabendo que a balança do fazendeiro estava alterada, favorecendo Severino na hora da pesagem do algodão. Como o fazendeiro o pressionou muito para que entregasse o algodão para pesagem, mediante sua resistência (o depoente queria que sua colheita fosse pesada em outra balança), Adonias ficou com ressentimentos. Afinal, pretendia não declarar que estava consciente da alteração na balança, mas não queria ter sua pesagem prejudicada. Os capangas do fazendeiro fizeram-lhe visitas, armados, em tom de ameaça. O depoente sentiu-se obrigado a dizer os motivos de sua recusa em entregar o algodão para pesagem. Dirigiu-se ao fazendeiro e contou sobre a alteração na balança. O fazendeiro então, decidiu verificar. Constatou a alteração, e advertiu o empregado que tinha provocado a fraude, obviamente para não levantar desconfianças de outros trabalhadores.

Segundo o depoente, esses acontecimentos animaram-no a migrar para o Estado de São Paulo, em busca de melhores condições de trabalho, nas muitas fazendas que havia por aqui. Aprendeu com seu pai que roça pequena era ‘roça de preguiçoso’, e quem quisesse enriquecer, teria que aceitar o desafio e ‘lutar com uma roça grande’: *“Eu já tinha experiência. Criado na roça. Todo esse tempo assim, apanhando na roça com o meu pai. Meu pai era um homem de roça grande! Então eu queria ser aquilo que o meu pai era. Roça grande, porque roça pequena diz que é roça de preguiçoso.”*<sup>18</sup> De fato, encontrou trabalho com facilidade quando de sua chegada nas terras paulistas, assim como ocorrera com os outros entrevistados.

A partir desses fatos, no seu itinerário à procura de trabalho compensador, Adonias vai desenvolvendo ‘técnicas’ para se relacionar com os patrões. De seus depoimentos emergem muitos fatos que parecem apontar para o seu presente interesse pelo sindicato de trabalhadores rurais (é um colaborador do sindicato e ajudou a fundá-lo em Assis, para onde comumente viaja), emprestando a sua experiência para os outros trabalhadores em dificuldades; essas evidenciadas pelo alto número de demandas judiciais mediadas pelo sindicato. De fato, a memória de seu itinerário é sua referência, é a sua arma na relação capital/trabalho. Mantém o interesse em fazer cursos promovidos pelo sindicato, interessa-se em aprender a ler e a escrever, tentando aliar as novas possibilidades às suas formas particulares de construção de referências – evidenciando, entre outros elementos,

---

<sup>18</sup> Adonias, Fita 1, Lado A.

que as imagens do que seja a velhice e o envelhecimento são bastante pessoais, particulares.

Sob certos aspectos, a cidade também representava um atrativo para os trabalhadores rurais: atendimento médico, escolas, luz elétrica, promessa de empregos com salários maiores. O grau de repulsa ou atração em relação à cidade também depende de como cada trabalhador rural viveu essas transformações – aquelas instâncias mais pessoais. Cleber afirma que luz elétrica e outras melhorias advindas com o progresso poderiam beneficiar o campo, e não ser sinônimo de vida na cidade. Cleber não tem televisão, e prefere ouvir rádio, de preferência programas de músicas sertanejas, sobretudo as mais antigas, de raiz (Tonico e Tinoco, Zé Tapera e Teodoro, Inezita Barroso etc.). No caso desse colaborador, e da maioria, ele mostrou preferência em continuar morando no campo. Percebeu que muito do que diziam acerca da cidade só serviu como ‘pretexto’ para expulsá-lo do meio rural, para depois recontratá-lo com salários aviltados. Ao invés da autonomia de plantar e criar animais para o sustento da família no sítio, na fazenda, na colônia, passa a comprar na cidade os mesmos produtos que antes obtinha com relativa facilidade – dependente de todas as vicissitudes do mercado de trabalho, entre as quais os baixos salários e o desemprego.

“É bom luz elétrica, rádio, telefone, mas no sítio também você pode ter isso aí. Ah, pode ter. Pode ter uma televisão, pode ter qualquer coisa, né? Mas só que na cidade o senhor não tem futuro. O negócio, o senhor não tem futuro, o senhor não planta nada. Não tem futuro nem para mim, nem para o senhor, nem para outro. Porque o futuro vem da pobreza? Né? Como eu estou falando para o senhor, que o senhor... O senhor é patrão nosso, por e-

xemplo, o senhor... Aí então, aquele tempo, o senhor chegava na colônia, né? A mulher do senhor fala: ‘ô, fulano, vai ver se o fulano vende uns frangos prá nós.’ Cada qual, onde o senhor chegasse, o senhor vai levar um, né? E aquele tempo, o senhor precisava pôr um caseiro, porque você não comia aqueles frangos; para zelar aqueles frangos. Aí, já sobrava, né? Aí ia tudo para quem já tinha, porque era abundante. Mas nego não vendia para o senhor, dava. E sobrava. E hoje não tem no que pegar, né? E hoje ainda moro na cidade... Ué, isso aí tudo é luz e água. Aí. É recibo de luz e água. Eu sou sozinho; não gasto mais nada. Deu doze reais e dezoito centavos! É. Então. E eu não gastei isso aí.”<sup>19</sup>

Adonias chegou em Tarumã por volta de 1972. Tem uma visão mais positiva da cidade. Na época, Tarumã não lhe causou tanta estranheza, pois mantinha fortes aspectos rurais; era distrito de Assis. A vantagem que se lhe apresentava era a oferta de serviços com os quais jamais pudera contar. Tratou logo de procurar fazer o melhor uso do terreno que havia adquirido, sustentar a família e brindar suas filhas com o estudo, a leitura que ele não pôde ter – pelo que se ressentia –, e assistência médica:

“Então, eu saía do Zico Cearense para o Carlos! Era um italiano. Do Carlos eu saí para o Júlio Maria de Carvalho. Eu fiquei dez anos com esse patrão, dez anos com esse patrão, né? Júlio Maria de Carvalho, morei dez anos com ele. Comecei numa fazenda, uma fazenda grande, que era no município de Assis. Que é ainda. Que ela ainda existe! E ele comprou um sítio, um sítio muito bom, aqui no município de Tarumã, aqui na divisa da Água Bonita com Dourado. Na divisa das duas águas aí. E então, ele fez uma pro-

---

<sup>19</sup> Cleber, Fita 2, Lado B.



posta para mim: para eu vir tomar conta de um sítio aqui, para ele! Para mim tomar conta de um sítio aqui para ele.

E eu vim. A morada era muito boa. Eu vim para cá. Então, isso já, ele fazendo assim, já me ajudando a me trazer mais para perto da cidade. Porque ele, vendo a necessidade das minhas crianças, de estudar, e ele vendo aquela força, aquela vontade, que eu estava procurando trazer meus filhos para o estudo. Então, eu falava para ele: “Meu pai não foi... tanta falta das condições, da pessoa dele, não foi assim, porque a gente não tinha naquela época lá, assim, uma escola mais perto, não tinha!” Como eu já falei. Era muito difícil, né? Que a maioria das crianças não tiveram seu estudo. Estudo era só trabalhar! E foi meu caso, foi meu caso. Mas eu sempre falava, depois quando eu comecei a depender do emprego, de um e de outro, e às vezes eu perdia um emprego assim, dizia: “Ô, mas tem emprego, mas se você soubesse ler, você ia pegar esse emprego aqui!” E eu ver e não pegar! A falta da leitura! Então, fez com que eu pensasse: no dia que eu, que eu for um chefe de família, eu vou fazer tudo quanto me for possível para eu não ser do jeito que meu pai me criou! Criar meus filhos! Meu filho vai ter que aprender qualquer conta, leitura, o que tiver que aprender, para não ser como eu! Quando oferecerem um emprego desse que ofereceram para mim, e “mas se você tivesse a leitura, você ia pegar esse emprego, você ia ser esse chefe! Você iria ser isso aqui! Comandar isso aqui! Ô, lasqueira, você não saber ler, né?” É, eu lembrava de tudo isso. Se eu soubesse ler, talvez eu não tivesse aquela, ninguém me ofereceria aquilo ali. Mas que ele não sabia que eu não sabia ler, vamos oferecer para poder...

Eu comecei com esse patrão; aonde a notícia dele era que ele não era um bom patrão... Portanto que foi dez anos com ele. E dessa fazenda, me trouxe na cidade, Tarumã! Aqui não era cidade ainda quando eu vim para cá. Quando eu cheguei a morar... Não tinha esse asfalto que tem hoje, não tinha

esses postos de gasolina, era tudo estrada de chão! E hoje, está tudo mudado. Era distrito, é! Não era cidade ainda! Agora, era distrito velho, né? Tornar cidade, de quatro anos para cá. Às vezes... de cinco anos! Estão com cinco anos que passou à cidade, né? Mas por esses trinta, esses trinta e poucos anos que eu moro aqui, quer dizer, há uns vinte e cinco anos é distrito, não era cidade! Então, tinha pouca moradia, naquela época, até no ano de setenta e dois, quando eu vim para cá, quando eu mudei! Mudei nessa mesma morada que eu estou! Só que minha casa era no fundo, para lá... Mas no mesmo terreno. Aí eu, então, como eu tinha esse terreno para cá, aí eu fiz a morada que nós estamos, e eu vendi a frente de lá! Eu vendi a frente de lá, e, para fazer essa para cá, para fazer essa morada que eu tenho aqui agora! Era uma casa de madeira, uma casa velha, terreno grande, e eu tinha uma idéia de fazer uma moradia mais... melhor! Então, não tinha as condições de pagar imposto de um terreno vazio; a minha renda era muito pequena. E então, eu pensei: no lugar de eu ficar pagando, pagando imposto num terreno que não está me dando renda, eu tenho que poder tirar dinheiro, desembolsar dinheiro do meu bolso para pagar um imposto de um terreno que eu não estou tirando renda dele, eu vou fazer uma morada para desfrutar da morada. Aí eu pago uma coisa que eu estou desfrutando, daquilo que eu estou pagando. Foi boa mesmo ou foi má idéia?"<sup>20</sup>

Acompanhando a narração dos depoentes é possível vislumbrar a maneira pela qual as condições para a permanência desses trabalhadores no campo, pouco a pouco, foram se tornando aviltadas. Na Alta Sorocabana de Assis, antes do Proálcool, a pecuária também se apresentou como um importante fator que influenciou a migração dos trabalhadores rurais para a cidade. Diminuiu a

---

<sup>20</sup> Adonias, Fita 5, Lado A.

importância relativa das áreas destinadas à agricultura, na década de 1960, mediante o crescimento das pastagens.

Como mostrado na tabela 6, a década de 60 presenciou o crescimento das áreas de pastagens, que passou de 332.108 ha em 1960 para 404.137 ha no ano de 1970 (de 58,23% a 66,11% da área total em exploração). Como já disse anteriormente, a década de 1970 apresentou outra tendência, mediante o Proálcool, na região estudada – o crescimento da agroindústria canavieira e das culturas temporárias, em detrimento das culturas permanentes e até da pecuária. Todos esses fatores contribuíram para a diáspora do campo:

“Comigo mesmo aconteceu, tomando conta de fazenda, que eu era quem ia para as estações esperar o pessoal que vinha de trem, para arrumar famílias para trazer para as fazendas, entendeu? Aí, vai chegando num tempo que essas famílias, no lugar da gente ir atrás, começou voltar das fazendas para cidade. Muita gente precisava de emprego, e agora tinha gente sobrando. Aí, isso aí, foi acontecendo, porque foram mudando os tipos de lavouras, foi mudando de café para criando de gado, porque o criando de gado começou a valorizar. E o pessoal foi deixando... aquele pessoal de lavoura foi deixando um certo plantio. -“Não vou mais plantar algodão! Não vou mais plantar milho! Não vou plantar o capim, porque se eu tiver com tantos bois, com tantas vacas, não dá tanto”. É obrigado a lutar com dez pessoas? De jeito nenhum. No lugar de cinquenta ou passo com cinco, passo com oito, com dez. Então diminui o povo, mas não diminui a terra. O serviço era até mais, porque em uma pessoa só, ele podia pegar cem alqueires de terras, cento e tantos alqueires da terra, como eu peguei, para trabalhar. E dava conta, porque era gado. Gado que se o patrão fosse zeloso, gostasse de ver as coisas bem cui-

dadinhas, ele roçava pasto, mas se não fosse, deixava criando mato lá. O negócio dele era fazer economia, pagar menos pelo trabalho.”<sup>21</sup>

A última fazenda em que Adonias trabalhou antes de migrar para a cidade, e à qual se referiu acima, era destinada à criação de gado. Segundo ele, na década de 1970 as Leis Trabalhistas, a Carteira de Trabalho, causaram um enorme desconforto e desconfiança nos fazendeiros. Possivelmente, este foi também um fator que animou os fazendeiros a preferirem a criação bovina em suas fazendas ao invés de lavouras, o que exigia menor número de trabalhadores. Nessa época, Adonias já participava do sindicato dos trabalhadores rurais. Conseguiu retirar sua Carteira de Trabalho, mas guardou-a em segredo para não ser demitido. Tinha receio mediante a possibilidade do fazendeiro saber da existência do documento, e ainda mais receio de pedir ao patrão para registrá-lo:

“Em setenta e dois, eu estava fazendo parte do sindicato rural da nossa região. Aonde eu já era uma pessoa, que eu já estava ‘entrando por dentro’. Naquilo, eu já tinha uma carteira, que eu tenho ali. A carteira, que ela já estava há três anos na mala, e eu não podia mostrá-la para o patrão. Porque se eu mostrasse para o patrão, ele ia mandar eu embora, ia me mandar embora. Essa era uma desconfiança minha! Essa desconfiança, eu tinha ela bem com certeza. Então, eu tirei e guardei para esperar um dia de nós fazermos o acerto de contas; vai chegar um dia que nós vamos tirar o acerto de contas. Quando nós, chegar na hora de fazermos o acerto de contas, nós vamos ter um, alguns... Eu já vou pedir. Esse tempo de serviço que eu fiquei com ele, é de carteira. Para eu aparecer, ir para a frente! Porque tudo que eu tenho, eu tenho assim, um... eu não tenho, assim, um... um documento. Dentro lá do lote, de antigo, não tem um documento para o que eu trabalhei, que o patrão

---

<sup>21</sup> Adonias, Fita 5, Lado B.

registrou, que o patrão pagou para mim, o que eu fiz! Então, eu preciso de ter alguma coisa, para gastar com minha família, que para mim é tudo o que importa; é uma coisa que possa me garantir também, né? É o meu direito!”<sup>22</sup>

O fazendeiro, desconfiado dos direitos adquiridos pelo trabalhador frente ao longo tempo de trabalho na fazenda<sup>23</sup>, decide vendê-la, mas não só. Queria que o comprador ficasse com o empregado da fazenda, Adonias, temendo a possibilidade de arcar com as despesas da demissão do trabalhador:

“ - “É cento e dez, mais com os empregados que eu tenho dentro da fazenda, na propriedade.” Aí o comprador falou: “Eu compro terra, mas empregado não! Você quer me vender a propriedade, eu compro. Mas o empregado não!” O patrão: “Então não tem preço! Você não tem dinheiro para comprar minha propriedade!” Eu nunca esqueço. - “Você não tem dinheiro para comprar minha propriedade! Eu só vendo com o empregado que está indo na propriedade!” Então ele, nessa altura, eu entendi que ele se intimidou de fazer um acerto de conta comigo. Ele falava. Os seus empregados que falavam, um salário de duzentos e sessenta e dois, e ele paga aí uns cem contos. Ele já percebeu que vai ter o acerto de conta comigo, porque ele já sabia que eu estava com uma influência com o sindicato, né? O Sindicato do Trabalhador Rural. Então, ele já sabia que eu estava fazendo um... fazendo parte disso aí. Com certeza ele percebeu que eu já podia criar algum conhecimento do meu salário. Um direito do meu salário!”<sup>24</sup>

---

<sup>22</sup> Adonias, Fita 5, Lado B.

<sup>23</sup> O fazendeiro poderia ter qualquer motivo pessoal para vender a fazenda naquele momento. Seria impossível saber exatamente quais seriam esses motivos particulares. No entanto, acompanhando a narração de Adonias, tudo leva a crer que o fazendeiro, ligado a famílias tradicionais, família de políticos, não queria continuar com a fazenda mediante as mudanças na legislação. Nessa época, era crescente o número de processos trabalhistas na Justiça do Trabalho.

<sup>24</sup> Adonias, Fita 5, Lado B.

O depoente narra detalhadamente como buscou seus direitos trabalhistas, ao mesmo tempo em que foi ajudando a organizar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Assis, por intermédio do qual entrou com processo contra o fazendeiro. Depois de um longo processo judicial, preso a fatos que incluíram até ameaças a mão armada, Adonias consegue uma indenização, segundo ele menor do que poderia ter conseguido caso o advogado do sindicato fosse mais competente. No que se refere a este depoente, o dinheiro que lhe possibilitou mudar-se para Tarumã foi produto dessa indenização. Naquele momento, não mais lhe era compensador continuar morando no campo. Para continuar sustentando sua família, pegou o dinheiro e foi para a cidade.

Lavando roupa, oferecendo serviços de refeição para os trabalhadores da UNA – quando morava na fazenda – evitando dívidas, mais o salário do marido, Camila pôde comprar uma casa inicialmente em Assis, não chegando a morar nela. Posteriormente, trocou por outra em Tarumã. Houve alguns conflitos familiares, envolvendo filhos que moraram nessas casas. Camila então decidiu vendê-la. Pôs o dinheiro na poupança. Com esses mesmos recursos comprou o terreno da atual residência, construída posteriormente.

Já havia um bom tempo, não mais era cedido aos trabalhadores rurais da região estudada um terreno para plantar e criar animais na fazenda – isso foi rapidamente tornando-se raro, com o sucesso da implantação da UNA, e mesmo antes, com a substituição de lavouras por gado de corte. De forma geral, não foram portanto, no caso deste estudo, originários do excedente de produção desse terreno os recursos para a mudança campo-cidade. Sabe-se entretanto que, em

alguns casos de migração estudados, foi a capacidade de gerar excedentes – produção para si –, a partir da utilização do terreno cedido pelo fazendeiro, que possibilitou aos trabalhadores rurais as condições materiais para fixar residência na cidade.<sup>25</sup>

O financiamento proposto pela UNA para que os trabalhadores que moravam nas dependências de suas fazendas adquirissem moradia na cidade não incluiu Cleber. A empresa teria desconfiado da capacidade dos trabalhadores mais velhos poderem efetuar as prestações da dívida que assumiriam. Isso foi evidenciado em mais de um depoimento. Com a morte da esposa, Cleber recebeu uma indenização. Somada à poupança construída a partir da redução forçada de gastos, o narrador conseguiu comprar sua atual residência, infelizmente bastante deficitária para os padrões do prometido progresso – fato que inclui outros dois

---

<sup>25</sup> A esse respeito gostaria de destacar um estudo que evidenciou outra peculiaridade regional, que não a apontada para Tarumã. Com o objetivo de propor para o ensino de História nas primeiras séries do 1º grau a re-apropriação da historicidade negada de grupos sociais considerados inferiores, Moacir Gigante pesquisou, entre outras questões, a transformação de trabalhadores rurais em urbanos na cidade de Franca-SP – mais especificamente no bairro Parque Progresso. Em seu trabalho, evidenciou que a utilização do terreno cedido pelo fazendeiro tornou possível a aquisição de recursos, por parte do trabalhador rural, para sua mudança campo-cidade, no momento em que se deterioraram as condições de permanência no campo: “...foi justamente a capacidade de gerar um excedente de produção o que facilitou a mudança para a cidade. O Sr. Sebastião desenvolveu ao máximo, talvez, essa capacidade, por uma série de fatores benéficos. Na última fazenda que trabalhou antes de se transferir para Franca em 1979, o fazendeiro permitiu-lhe explorar uma área semi-alagada, um ‘brejo novo’, na forma dele dizer, para o plantio do arroz. Cercou a área e, ano após ano ampliou-a, pois era ociosa. Conseguiu tanto êxito que colegas de trabalho chegaram a fazer intriga com o fazendeiro para que tirasse dele parte daquelas terras. Depois de algum tempo isso acabou acontecendo, não por causa da inveja de companheiros de trabalho, mas porque o fazendeiro partia para a ‘otimização’ e ‘racionalização’ da utilização de suas posses em terra, com a introdução de pecuária de corte, necessitando para isso daquela área ocupada pelo Sr. Sebastião. Como o fazendeiro não melhorou sua condição salarial, obrigou-se a mudar para a cidade. ‘Aí ele me tirô a lavoura e fomo à panha de café. Aí eu falei prá minha família, falei: olha, ele me tirô minhas pranta e num vai dá prá ficá aqui na fazenda.’” O Sr. Sebastião foi um dos entrevistados pelo autor no bairro Parque Progresso, em Franca-SP. (GIGANTE, Moacir. **História, Memória e Cotidiano nas primeiras séries do primeiro grau**. Dissertação de Mestrado, São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1994, p. 171).

depoentes, e tantas outras pessoas que não foram entrevistadas, mas que viveram fenômenos semelhantes na cidade.

Geralmente, os filhos mais velhos ajudavam no sustento da família, quando possível. Entretanto, estes também passaram a depender exclusivamente do salário em dinheiro. Além disso, casavam-se por volta dos 20 anos. Muitos, até antes. E então mudavam-se para outras casas. Isso reduzia o orçamento familiar. Diego e Carlos mudaram-se para Tarumã com recursos limitados, advindos de economias de salário bastante forçadas. Também não foram contemplados pelo referido financiamento da UNA. Ficaram sob a dependência exclusiva do salário em dinheiro:

“Não, nunca tive terra. Portanto eles falam, agora vou entrar no assunto; portanto eles falam que esse plano agora estragou, e eu falo para os caras: para mim não estragou nada. Esse Plano Real. Eles falam que estragou. Para mim não estragou nada. Eu nunca tive dinheiro. Toda vida eu trabalhei para comer, nunca tive dinheiro. Agora, se vai lucrar com esse plano, eu não sei... No passado, a gente não tinha dinheiro. Agora eu fico pensando: por que no passado não tinha dinheiro e a gente passava muito melhor do que hoje? Todo mundo plantava, todo mundo comia, todo mundo... Quem não tinha casa, estava dentro de casa a mesma coisa. Comia, bebia, sossegado e tranquilo. E hoje está difícil. Tem tanto dinheiro e está difícil viver. Naquela época, não. Ninguém reclamava da vida. Era sossegado, tranquilo e calmo.”<sup>26</sup>

Gustavo, que teve 13 filhos, chegou a ser pequeno proprietário rural no interior do Estado do Paraná, na década de 1960. Atualmente, trabalha de bóia-fria para uma fazenda da usina Maracaí. Esta empresa também é de proprie-



dade da família Rezende Barbosa. Gustavo trabalhou em muitos sítios e fazendas, no Estado de São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Veio do Ceará para o Estado de São Paulo em 1951, cinco anos depois da morte de seu pai. No Ceará, sofreram muito com a seca, que dificultava as colheitas, principalmente a ocorrida entre os anos de 1939 e 1942. Tanto seu pai quanto seu avô eram sitiante:

“ – ‘Gustavo, por que você não vai na sua terra?’ Porque eu acho acanhado. Porque eu tenho um primo nascido em 1937, no dia 6 de janeiro, e eu sou do dia sete de fevereiro. É um mês e um dia. Ele pegou 200 alqueires de terra lá no Ceará. Ele tá lá de caminhonete na porta, de carro. Ele não saiu do Ceará. Eu saí prá cá por causa de melhorar. E ele não saiu de lá. Ficou lá. Tá arranjado lá. E eu acho que se eu voltar prá lá, de qualquer maneira, é capaz que eles vão fazer um teste em mim. Vão falar: ‘Gustavo, cadê? Você tá rico no Estado de São Paulo? Isso aqui foi tudo de vocês. Vocês venderam, enfiaram tudo no nariz!’”<sup>27</sup>

“Meu irmão mais velho veio em 50. Ele veio prá cá em 1950. Trabalhou por aqui e nós ficamos lá. Aí ele mandou uma carta prá nós lá. Se nós quiséssemos vir embora prá cá, podia vender um pedaço de terra lá ou vender a criação que tivesse. Ele ia lá nos buscar. Aí a mãe recebeu a carta e mandou, se ele pudesse buscar... Porque estava ruim, aquele ano de 51 deu muito pouca chuva. Muito pouca chuva. Ninguém tinha lavoura. Dizer, nós plantamos num terreno que nós tínhamos fora de casa, 70 alqueires. Nós plantamos um alqueire e pouco de milho com a terra seca. Aí tinha outro fazendeiro lá que falou assim: ‘Eles têm muita coragem. Plantando milho pro teba comer!’ Sabe o que é teba? Tatu. – ‘Tem muita coragem, plantando milho pro teba comer!’ A mãe tinha muita coragem. Meu pai já tinha morrido. Ela mandou

---

<sup>26</sup> Diego, Fita 1, Lado A.

<sup>27</sup> Gustavo, Fita 2, Lado A.

nós plantarmos milho com a seca. Maria Cristina, minha mãe. Aí eu disse: ‘Não, tio João, nós estamos plantando. Quem sabe chove.’ – ‘Mas numa seca dessa? Que espécie de chuva, meu filho? Conversa!’ E seco que estava. E plantamos aquele milho. Plantamos milho, plantamos feijão. Nós plantamos milho e feijão, tudo junto. E jerimum. Plantamos em quatro o dia todo. O dia todo nós fizemos o plantio. Viemos embora. Quando foi umas hora da noite, nós acordamos com a chuva – chovendo. Mas deu uma chuva, rapaz! – ‘Pronto, arrancou o milho e carregou tudo!’ A terra era seca, cavada de enxada, plantada de mão. Mas não. Choveu uma chuva mansa, boa. Não deu enxurrada, nem nada. Nasceu bem o milho. Quando nós fomos lá, o milho estava tudo nascido, tudo bonito. Quando meu irmão escreveu prá buscar nós, estava uma lavourinha já. No fim, nós viemos embora prá cá, pro Estado de São Paulo. Não sabíamos escrever. Um primo nosso escreveu; quem lia era minha tia...”<sup>28</sup>

Gustavo trabalhou no campo desde criança. Tinha 14 anos quando se mudou para as terras paulistas, fixando-se por mais de 2 anos em Vila Lex na década de 1950. Nessa época, a fama do local havia chegado no Ceará. Um membro de determinada família vinha para o Estado de São Paulo e enviava notícias – comparavam os preços dos mantimentos, salários, fertilidade do solo, as facilidades de conseguir emprego, frequência das chuvas, tipos de lavouras etc. Nesses tempos, a Alta Sorocabana de Assis contava com extensa plantação de algodão e a incipiente lavoura de cana – esses dados foram enviados ao Ceará pelos próprios trabalhadores rurais. Formaram-se verdadeiras redes de informações. Verifica-se que tais redes se formavam com rara plasticidade e dinamismo.

---

<sup>28</sup> Gustavo, Fita 2, Lado B.

Isso facilitava a vinda posterior dos outros membros da família. A partir delas, o oeste paulista pôde atrair grandes parcelas da população de Minas Gerais, Paraná e da região Nordeste, para trabalharem em suas lavouras.

A viagem da família de Gustavo, do Ceará para Vila Lex, foi financiada pela venda das criações (porcos, bois, galinhas) e dos produtos da boa safra que conseguiram em 1951. Deixaram o sítio da família sob os cuidados de seu tio, que mais tarde o venderia, mandando-lhes o dinheiro que utilizaram para a compra de um terreno no Estado do Paraná. Em 1960, Gustavo se casa numa fazenda do Paraná, e começa a constituir família. Mesmo depois de se mudar novamente para Tarumã, em 1976, no meio rural, e em 1978, no perímetro urbano, procurou melhores opções de trabalho no início da presente década em Santa Catarina. O intento foi frustrado. Voltou para Tarumã em 1995, aí permanecendo.

Gustavo e seus irmãos conseguiram comprar um terreno no Paraná, após venderem o sítio no Ceará. Entretanto, não conseguiram mantê-lo por muito tempo (apenas 3 anos) frente às dificuldades das colheitas, e a complicada relação com o Banco do Brasil que, segundo Gustavo, impunha intransponíveis barreiras para se conseguir financiamentos. Decidiu então trabalhar como meeiro em outra fazenda. Depois de mais de 18 anos residindo com sua família no Paraná, resolveu mudar para Tarumã. Os recursos foram conseguidos a partir do trabalho como meeiro, vendendo os produtos da lavoura. Entretanto, após pagar a dívida ao fazendeiro não sobrou muito dinheiro. Na hora da mudança, contou com a ajuda de um conhecido, parente distante mas ‘compadre’:

“Quando foi em 76... em 76 a lavoura já não dava prá você cobrir. Você trabalhava, trabalhava, e na hora de acertar as contas no armazém, chegava prá acertar a conta no armazém, não sobrava nada. Aí foi um compadre meu, o compadre meu Zé Bento que falou: ‘Olha compadre, no estado de São Paulo eu garanto que dá prá você viver muito melhor do que aqui, tocando essa lavoura.’ Estava ficando ruim no Paraná, é. Aí para plantar a lavoura lá, tem que ir adubo, adubar e coisa e tal. Aí eu entreguei a terra pro patrão meu em 75. Aí eu entreguei a terra pro patrão e fui para uma tal de Tingüi. Tingüi, no Paraná. Aí já fica prá lá, 240 quilômetros. Eu fui lá ver uma terra prá arrendar. Aí não combinei com lá, não quis ficar lá. Muito... Eu ia ficar deserto. O vizinho mais perto, não se escutava o galo cantar. Aí eu cheguei em casa, contei prá mulher e a mulher diz: ‘Não.’ Aí eu fui tocar uma lavoura à meia de novo lá, o patrão tinha entregado a terra prá outro... Aí eu fui e peguei lavoura à meia. Aí aquela lavoura à meia, eu toquei a lavoura de arroz, feijão, milho. Colhi cento e trinta sacos de arroz à meia. Vendi o arroz e só deu prá pagar a despesa. Só deu prá pagar a dívida. Deu sete contos de réis naquele tempo. Era conto de réis. Eu vendi a lavoura, aí vim aqui. Aí vim aqui na casa do meu primo. A gente fala primo mas não é primo não. Minha mãe que é meio aparentada dele, mas nós falamos por respeito.”<sup>29</sup>

Já se notava nessa época que era pouco compensador trabalhar como meeiro, uma vez que o acerto de contas com a caderneta do fazendeiro recaía sobre a parcela da produção destinada ao trabalhador. E não só: o acerto deveria ser pago sob a ‘forma’ de dinheiro. Ora, o valor do ‘dinheiro’ baseia-se nas condições gerais de produção, enquanto um equivalente geral. Na década de 1970, estas já acompanhavam a reprodução do capital fundada mais especificamente no traba-

---

<sup>29</sup> Gustavo, Fita 4, Lado B.

lho livre – condição gradativamente imperante. Além disso, o meeiro ficava ainda mais suscetível ao endividamento que em décadas anteriores, mediante a necessidade de se utilizar adubos e outros insumos produzidos em escala industrial.

Em outras palavras, o contexto da expansão industrial afetava diretamente a remuneração do meeiro, tornando cada vez mais inviável esse tipo de contrato de trabalho. Os próprios fazendeiros teriam que se adaptar às novas configurações, sob o risco de serem obrigados a se desfazerem de suas propriedades, ou de se limitarem a lucros bastante reduzidos.

Quando Gustavo, com sua família, saiu do Paraná para morar em Tarumã, morou dois anos em fazendas, mudando-se em seguida para o perímetro urbano. Com 15 anos, seus filhos, além dele, já cortavam cana para alguma fazenda da UNA ou para sitiantes que eram fornecedores desta usina. Quando não, cortavam cana para a usina Maracaí que, como já disse, pertence à mesma família de usineiros. Por muito tempo, até os dias atuais, Gustavo continuou procurando sítios onde pudesse morar, trabalhando como meeiro ou, preferivelmente, trabalhando num terreno que fosse de sua propriedade:

“No sítio podia viver melhor. Era mais tranqüilo... Não confiava de ir prá cidade. Porque a cidade é tudo em cima do dinheiro. É aluguel, é água, é luz... Se não tiver... se a pessoa não tiver uma boa cabeça, ela passa devendo. E se não souber controlar, atrapalha tudo. Graças à Deus aqui nesse lugar, nunca deu nó em casa de ninguém por aluguel, nada, nada, nada. Essa casa é nossa. Foi pagando devagarinho. Nós trabalhando, Deus ajudou que, na lavoura, Deus ajudou que nós ganhamos.”<sup>30</sup>

---

<sup>30</sup> Gustavo, Fita 4, Lado B.

Como já disse anteriormente, verifica-se que na região estudada, poucos são os casos em que os recursos necessários à migração para a cidade foram conseguidos a partir do excedente de produção, fomentado através do uso de terras cedidas pelo fazendeiro para o trabalhador rural com o intuito de reduzir os salários em dinheiro. Em Tarumã, já nos anos 50, quando a usina cresce aceleradamente, a prática de ceder terras marginais aos trabalhadores rurais reduziu drasticamente. O sucesso da implantação da agroindústria significou não apenas o aviltamento dos salários (agora todo em dinheiro), como a supressão da referida prática.<sup>31</sup> Antes disso, era comum estar incluído no contrato entre trabalhadores e fazendeiros o usufruto para os primeiros de algum pedaço de terra na fazenda ou no sítio. Na verdade, esse terreno era objeto de um interesse especial por parte do trabalhador. Ele almejava ter um terreno de sua propriedade. Os depoimentos evidenciam que, até hoje, os velhos trabalhadores rurais gostariam de serem sitiantes. Entretanto, seu itinerário arrosta o quão, gradualmente, isso se tornou impossível.

Gostaria, antes de finalizar este item, de tecer mais algumas considerações, baseado nos depoimentos colhidos, acerca do impacto das leis trabalhistas na população rural da região estudada, sob o contexto da expansão industrial, algumas dimensões relacionadas à identidade, e um sumário da forma como as autoridades municipais vêm tratando os problemas subjacentes à população idosa da cidade.

---

<sup>31</sup> Quando os trabalhadores migravam de outras regiões, como o Paraná, havia a possibilidade dos recursos para a mudança advirem do trabalho como meeiros. Estes trabalhadores também sofreram a deterioração das condições de permanência no campo e o aviltamento dos salários.

Inicialmente, os fazendeiros tentaram causar medo nos próprios trabalhadores, afirmando ser a ação dos sindicatos, que ganhavam força na região, uma tentativa de se implantar o comunismo no Brasil. Diziam que as tais leis eram uma irrealdade. Em certa medida esse discurso foi incorporado pelos próprios trabalhadores, levando alguns – caso de Cleber – a interpretar as leis trabalhistas como as responsáveis pela sua impossibilidade de continuar no campo: “Acabou a proteção aqui prá nós!”

Essa proteção era sinônimo de um tipo de relação particular, sedimentada pelo contexto da cafeicultura, *id est*, a relação pessoal entre fazendeiros e colonos, fazendeiros e meeiros. Essa relação pessoal era campo fértil para a ocorrência da chamada *proxemia* (conceito utilizado por Maffesoli):

“Não, aquele tempo não tinha... os ricos não faziam pouco dos pobres. Era tudo igual! Eu trabalhava pro homem... o homem que eu trabalhava tinha dezesseis fazendas. Ele ia... ele saía da... da casa dele... É. Saía de Jaú para vir visitar o povo. Ele não vinha para ver serviço, vinha para visitar os colonos dele! Conforme... Era amigo! Bastante amigo. Era amigo do meu pai. E se ele passava, passava tudo mundo, colono por colono. (...) Tudo era amigo, é. Só que ninguém pega na roça do outro. Cada um que quisesse tratava sua comida, né?”<sup>32</sup>

Se é possível entender a *proxemia* como uma relação dialética, para o caso aqui considerado essa não teria em si mesma o gérmen de nenhuma relação nova, mormente para os trabalhadores rurais. Estes tendiam a procurar melhores condições de trabalho mesmo mediante a tristeza de ter que se mudar e

---

<sup>32</sup> Cleber, Fita 2, Lado A.

perder o contato muitas vezes apadrinhado com o fazendeiro e com os outros trabalhadores da fazenda. Os depoimentos revelam que as amizades na maioria das vezes eram constituídas facilmente, quando uma família se mudava para outro sítio ou fazenda. Em geral, os trabalhadores rurais, em última instância, almejavam conquistar recursos para comprar suas próprias terras e plantar nelas, tirar do terreno de sua propriedade o sustento da família, e até enriquecer com a venda dos produtos agrícolas.

As relações pessoais às quais me refiro – proxêmicas, em que pesam normas de grupo, fracionadas, não mediadas pelo Estado –, é um tipo de estrutura que se desenvolve de forma muito peculiar para o caso brasileiro.<sup>33</sup> Ela está nas raízes, na história do Brasil. Foi necessário um terceiro elemento para transformar mais decisivamente as relações entre fazendeiros e trabalhadores – o fomentador da modernidade –, o próprio Estado brasileiro. Não foi por isso que as elites locais abdicaram do exercício de poder e influência. Ao contrário, souberam rapidamente se sintonizar com os novos rumos, com o gérmen de uma nova configuração social.<sup>34</sup> No caso deste estudo, refiro-me à tradicional família de fazendeiros, Rezende Barbosa, donos da UNA, e que agora se transforma numa grande corporação empresarial.

---

<sup>33</sup> Não tenho possibilidade no momento de estender a análise para a América Latina, ou outros lugares, por falta de dados e para me manter nos limites desta pesquisa.

<sup>34</sup> Há muitos atores históricos envolvidos: empresários, fazendeiros, trabalhadores rurais, Estado, fornecedores de insumos, matérias-primas etc. Entretanto, como já disse, não se tratou de uma ação comunicativa; foram transformações predatórias do ponto de vista do trabalhador rural. Os atores históricos que estiveram à frente do processo foram os maiores beneficiários, incluída aí a elite local. Os homens são agentes e produtos da história. O leque de possibilidades em cada contexto histórico oferece margens de ações aos atores. Nesse sentido, é possível se falar numa espécie de 'oportunismo', onde certos grupos conseguem açambarcar para si as promessas advindas com as transformações em curso, e que apenas alguns as vêem com mais clareza. A modernização,



Ao mesmo tempo em que procuram transformar as condições gerais de produção, as instituições fomentadoras da modernidade (Estado e seus órgãos amplificados, IAA etc.) não conseguem e nem tentam destruir os elementos proxêmicos dos grupos envolvidos no processo. A proxemia permanece nas novas configurações. Ela é beneficiada pela porosidade entre as esferas pública e privada do Estado no Brasil. Mais do que isso, são relações pessoais que permitem que, mediante a racionalização da produção e os programas nacionais de desenvolvimento (entre os quais o Proálcool), as benesses e subsídios públicos sejam encaminhados para certos grupos (privados).

Na verdade, a modernidade não era um elemento totalmente estranho ao fazendeiro. Pelo contrário, pode-se dizer que sobretudo os fazendeiros do café eram homens essencialmente urbanos. A marcha do café também representou a submissão da natureza às regras do compasso – a geometrização do espaço. Com o café, políticas de saneamento, construção de teatros e outros elementos da modernidade chegam a ser antecipados no interior, muitas vezes antes de serem implementados nas metrópoles.<sup>35</sup> Desta feita, o fazendeiro do café é o ‘novo bandeirante’ do século XX: expulsa o índio, conquista a terra, mas não toma o índio como escravo, e sim apadrinha os trabalhadores rurais – inicialmente oferece-lhes terras marginais para diminuir seus salários em dinheiro. A família de usineiros em Tarumã constituía-se de fazendeiros do café. Posteriormente, alinha-

---

no caso do êxodo rural estudado aqui, significou proletarização. Esta veio de encontro aos interesses dos usineiros.

<sup>35</sup> A esse respeito conferir: DOIN, José Evaldo de Mello, “A régua e o compasso nas terras do café: a *haussmannização* das cidades do interior paulista na república velha.” *Anais do XI Encontro Regional de História da ANPUH – MG. “História e exclusão social”*, Universidade Federal de Uberlândia, julho/1997.

ram-se com os novos rumos, assumiram o papel de fomentadores da modernidade, transformaram a paisagem local, provocaram a diáspora do campo, transformaram-se numa grande corporação capitalista. Foram modernos, desde o início. Tal é uma forma de se preservar o passado no futuro.

Mas se existia proximidade entre os trabalhadores rurais e em relação aos fazendeiros, qual a novidade do paradigma estético e dos elementos declarados pós-modernos para a cidade? Na verdade, esse tipo de relação pessoal nunca ficou fora das relações humanas – pelo contrário. Ainda que fossem comumente declaradas fadadas à esfera privada (à casa), nunca foram totalmente alheias à esfera pública. Creio que Maurice Halbwachs, antes de Maffesoli e outros autores, investigou várias de suas dimensões ao falar-nos de memória coletiva. Em meu entender a fluidez intersubjetiva não é uma dimensão inerente às últimas – mais atuais – decorrências da modernidade – a pós-modernidade. Mesmo o *candomblé* brasileiro, há muito tempo, releva a percepção de que o ‘eu’, a identidade, é uma ilusão passageira, um papel que se representa por determinado instante, para em seguida a *persona* ‘navegar’ para outros protagonistas e antagonistas dessa ‘teatralidade’ do cotidiano.<sup>36</sup> O que talvez seja próprio desse momento de ‘destruição criadora das identidades’ (termo referido por Carlos Fortuna) é sua transformação em fenômeno social, que já não respeita as modernas fronteiras nacionais nem seus signos e símbolos subjacentes.

---

<sup>36</sup> MAFFESOLI, M. **No fundo das aparências**. Trad. Bertha Halpern Gurovitz. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 308.

Entretanto, é bom ter em conta que os indivíduos também se constroem pela negação, mormente as pessoas mais velhas, cuja relação com o tempo é de maior duração. Tal lhes permite, entre outras coisas, perceber as promessas não realizadas junto às que se realizaram.

Camila confunde as palavras *revolução* com *evolução*. Acerca da primeira lembra-se com pouquíssimos detalhes que diz respeito a um golpe que mudou o governo, passando para o comando dos militares num momento conturbado. Sua dúvida entre uma e outra palavra pareceu estar relacionada mais à pronúncia que ao conceito. Pergunto: o que é *evolução* para a senhora? Responde:

“Evolução é a pessoa ser uma pessoa que ele é desenvolvido, que ele sabe fazer o trabalho, o serviço. Qualquer o serviço que ele aprendeu, que ele faz, sabe fazer. No ele saber viver com o... com os conhecidos, e saber um trabalho que ajuda ele, porque a gente tem que aprender viver. Não é só viver sem saber o que que está fazendo. Se eu vou fazer um... esse serviço aqui, eu tenho que saber como é que eu vou fazer ele. Se eu vou fazer uma comida, eu tenho que saber como é que eu vou, como é que eu faço essa comida. A qualidade da comida, o tempero da comida, isso tudo a gente tem que ter uma evolução. É ‘revolução’?”<sup>37</sup>

Depreende-se a partir das entrevistas que os narradores vêm na sociedade uma evolução, tanto pessoal (aprender a realizar trabalhos, saber o que se está fazendo; saber se relacionar com as outras pessoas), cuja dimensão foi enfocada acima, quanto social (desenvolvimento tecnológico, novos vestuários, novos comportamentos etc.):

---

<sup>37</sup> Camila, Fita 6, Lado B.

“Naquele tempo que começou a usina, eles pegavam gente que não sabia nem bater... Só se for passar a tinta aqui no dedo, e passa aqui... Não sabia nem falar o nome, nem uma letra. Muita gente trabalhou na usina, que não sabia ler, muito, muito, muito. E hoje não, hoje é escolhido a fazer o serviço lá. Que sabe bastante. É diferente agora. Mas mudando assim...”<sup>38</sup> (...) “Foi tanta gente cortada! Que nem agora, eu não falo mais mó da leitura, por causa da máquina cortadeira. A máquina cortadeira cortou muita gente! Porque o povo ia era na cana, só no facão, aquele mundão de gente, dentro a cana! E zap zap zap! E outros com a carregadeira; agora nem a carregadeira não tem!”<sup>39</sup>

Enfim, os velhos trabalhadores rurais que entrevistei em Tarumã não trocam de papéis tão fluidamente. Vêm na sociedade uma *evolução*, mas comparam-na aos elementos que vivenciaram e que de alguma forma ficaram retidos em sua memória pessoal – sua memória é sua referência principal. Escandalizam-se inclusive com alguns comportamentos das pessoas mais jovens, bastante distantes das normas nas quais constituíram-se:

“O passado você não pode, nunca pode esquecer. Porque o passado é uma verdade funda. Não pode esquecer, porque o passado foi... nós temos que relembrar o passado prá ver a base que nós estamos hoje. Nós não chegaríamos onde é que tá chegando hoje. Eu acho que o senhor também não chegava. O seu pai não chegava também. O senhor não, o senhor não chegava, mas o velho não chegava ao que já vê hoje; as passagens que vê hoje. O senhor vê uma mulher, a roupa da mulher é aqui, ó, na canela. Hoje, a mulher, a roupa tá aqui, ó. Na virilha. O senhor não vê o rapaz cantar lá, da ‘mini-saia’? Então. Irmão do Lourenço e Lourival. Lourenço e Lourival que can-

---

<sup>38</sup> Camila, Fita 6, Lado B.

tam ela. (...) Eu quero dizer que eles vão cantar. Que ‘a saia tá subindo, tá subindo...’ [*cantada*]. E a saia subindo prá cima do joelho. E prá cima do joelho, ela foi lá prá riba ainda.”<sup>40</sup>

Nesse sentido, o fato dos velhos comumente apresentarem resistência às novidades<sup>41</sup> custa-lhes certas represálias por parte dos mais jovens, cuja identidade-identificação se constróem numa sintonia muito maior com modelos transitórios, plurais e auto-reflexivos, chamados pós-modernos. Não é demais lembrar que os trabalhadores rurais também viveram relações proxêmicas nos sítios, fazendas, colônias, porém amparados por um contexto histórico diferente do atual. Estão agora diante da valorização de novos signos culturais “*entre os quais se contam o consumo, o lazer, o corpo, a estética e a contínua reinvenção das comunidades e ‘novas tribos’*”.<sup>42</sup>

Notadamente, o outro lado dessa modernização é a miséria. Manuel Correia de Andrade nos adverte justamente acerca desse ‘outro lado’. Este autor fez um estudo amplo e rico sobre a expansão da agroindústria canavieira no Brasil:

“É hora de repensar o papel a ser desempenhado pelo Estado e pela empresa, procurando desenvolver a economia, lembrando, porém, que esta existe para o homem e não, como pensam os tecnocratas, apenas para si mesma ou para um pequeno grupo, como está ocorrendo no

---

<sup>39</sup> Camila, Fita 7, Lado A.

<sup>40</sup> Cleber, Fita 3, Lado B.

<sup>41</sup> Não vi necessidade de citar passagens de entrevistas de todos os narradores, uma vez que suas declarações não diferem significativamente das citações apresentadas, ao menos no que toca as dimensões aí tratadas. O fato dos depoentes compartilharem de uma comunidade de destino sabidamente faz com que as dimensões focalizadas sejam quase sempre bastante próximas, semelhantes, no tocante a seus conteúdos.

mundo atual. E esse raciocínio não se dirige apenas à agroindústria canavieira, mas a todos os setores econômicos. A riqueza não poderá ser excessivamente concentrada, dando margem à generalização da miséria; ao contrário, ela deve gerar o bem-estar da população e o acesso desta, no mais alto grau, ao mercado.”<sup>43</sup>

A advertência, importante, que o autor faz está, em poucas palavras, baseada na tese de que os avanços técnicos deveriam significar o bem-estar de todas as camadas sociais, desenvolvendo a economia para o homem e não para alguns, e que no entanto, e aqui reside a crítica, a preservação das formas de dominação do passado caminham junto com esse crescimento (‘preservação do passado, no futuro’).

Concordo, mas não vejo aí uma contradição. Como já foi dito neste estudo, a tecnologia se refere à realização de relações sociais e, no caso do capitalismo, diz respeito à mais-valia. O desenvolvimento tecnológico toca os mecanismos de *inputs* e *outputs* com o objetivo fulcral de declinar o valor do trabalho incorporado em cada unidade do produto total, possibilitando a extração ampliada de elementos do *output* – acumulação ampliada de capital –, ao mesmo tempo em que permite às elites antecipar conflitos sociais, oferecer concessões (leis trabalhistas, aposentadoria, Carteira de Trabalho etc., no caso aqui estudado), os *inputs*, além de permitir a existência das instituições de classe, sindicatos, que podem sinalizar quais as principais reivindicações que deverão ser aceitas (quan-

---

<sup>42</sup> FORTUNA, Carlos. “As cidades e as identidades”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** – ANPOCS, nº 33, ano 12, fev./1997, p. 129.

<sup>43</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. **Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994, p. 240.

do do próximo salto de produtividade) – daí a vantagem de se existir sindicatos, que nem todos os preconceituosos membros das elites perceberam mediante a implementação das leis trabalhistas e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Assis, do qual participou Adonias.

Não há aqui nenhuma contradição. Tais concessões são feitas mediante o aumento da produtividade e, quando feitas, resguardam o essencial – o controle da tecnologia, da produção, do trabalho, por parte das classes capitalistas. O oprimido poderia chegar a receber todos os possíveis elementos do chamado ‘bem-estar’, ter acesso real ao mercado, ser, enfim, um consumidor ‘classe A’, sem deixar de ser explorado. Do ponto de vista historiográfico, por que então deixar à margem as teorias do oprimido? Talvez isso se dê pelo mesmo motivo que torna desnecessário, no momento, um Estado ditador como foi o da época aqui tratada. Ao invés de investir na repressão, que no limite levaria um soldado militar a cada posto de trabalho, investe na tecnologia, que em si, traz alguns de seus aspectos. Nela, a funcionalidade atinge graus muito mais eficientes. Seu poder está na capacidade de, ao invés de simplesmente eliminar as diferenças, incorporá-las descaracterizando-as ao mesmo tempo – somos todos consumidores, só nos sentimos realizados quando podemos consumir.

Aí se realizaria a personalidade do homem que foi para a cidade. Esta é o espaço da ‘destruição criadora das identidades’, ainda que seja de pequeno porte. Nela os trabalhadores rurais migrantes vivem sua velhice, após vislumbrarem a destruição de suas já parcas formas de subsistência autônoma. Mas continuam lembrando, percebem as promessas não cumpridas da modernidade.

Não obstante, as autoridades municipais, em conformidade com os interesses agroindustriais, vêm propor para eles um pretenso ‘beabá’, uma ‘receita de bolo’ de como devem viver sua velhice, ignorando sua bagagem, seu saber-fazer, e mormente considerando suas manifestações culturais inferiores em comparação com os elementos sacralizados da sociedade de consumo – estes sim (pretensos) sinônimos do mais alto grau de evolução social.

Há uma insistência em se tecer relações de hipocrisia com os idosos. Insistem em transformá-los em meros consumidores: deve-se jogar fora o ‘cacareco’ (que não mais são que seus objetos biográficos; para eles, estão carregados de significados) ao invés de guardá-lo, deve-se reciclar etc. Insistem em fazê-los mexer o corpo, e para isso lhes dão brincadeiras infantis, e dizem que estão agora vivendo a ‘segunda infância’. Querem que façam alguma coisa para que ‘se sintam úteis’; na própria proposta fica evidente que não são assim considerados. Procura-se ocultar que para a sociedade sua utilidade existia enquanto eram trabalhadores ativos, expelindo-os para a marginalidade quando não mais puderam trabalhar. O baixo valor da aposentadoria, em si, já estimula os idosos a continuarem trabalhando, mesmo quando limitados por condições físicas.

Por trás desses discursos existe a noção de que os velhos somente serão úteis para a sociedade se forem transformados em consumidores; se adotarem novos paradigmas cuja construção prescinde-se de sua participação; se houver a possibilidade de criar um mercado com produtos pretensamente condizentes com ‘suas’ características, além de objetivar mantê-los ativos o maior tempo possível, para abolir, quanto mais se possa, os gastos previdenciários. Mais do



que isso, espera-se dos idosos que se adaptem aos novos tempos, o que significa não insistirem com suas lembranças, com seu modo de vivenciar as transformações (numa palavra, propõem-lhes o esquecimento), para adaptarem-se às vicissitudes do mercado – o grande totem da sociedade de consumo.

Os jovens, ainda que sejam filhos dos velhos migrantes e tenham acompanhado parte de seu itinerário, são imersos com maior facilidade nos novos paradigmas, nos mitos e valores urbanos – notadamente as imagens ligadas às possibilidades de ascenderem socialmente, aumentar o próprio poder aquisitivo e serem absorvidos pelo consumismo. Diferente dos velhos, os jovens não viveram mais amplamente a dimensão do tempo e por isso desconfiam menos das promessas, desfazendo-se de suas raízes como se fossem atávicos os modismos e paradigmas ora propostos. *“Em muitos casos existe até uma certa ridicularização da figura do homem do campo, tomado como o atrasado e caipira, que não tem a aparência de moderno, de urbano, cheira velharia e inutilidade.”*<sup>44</sup>

Por outro lado, os pretensos modismos são propostos pela indústria cultural, mormente através da televisão e do rádio, que segue sua lógica estratégica, qual seja, a de propor comportamentos condizentes com o consumo de certos produtos, ajustando o horário da programação à divisão (por ocupação, sexo e idade) dos públicos que a assistem (considerados consumidores em potencial). Além disso, no mais das vezes a indústria cultural insiste numa visão conciliatória dos conflitos sociais, esvaziando o passado vivido e lembrado pelos ve-

---

<sup>44</sup> GARCIA, Ronaldo Aurélio Gimenes. **Migrantes mineiros em Franca**: memória e trabalho na cidade industrial (1960-1980). Franca: UNESP/FHDSS: Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997, (História Local, 2), p. 84.

lhos. Incluem-se nesse patamar as novelas, telejornais, programas diários (alguns comandados por idosos) e uma infinidade de filmes ‘enlatados’. Há de se levar em conta que a indústria cultural também procura atingir os velhos trabalhadores rurais, para descaracterizar suas manifestações culturais ligadas ao campo: “*As tradições populares, pasteurizadas pela indústria cultural, são reproduzidas em série, isentas de qualquer forma de criatividade.*”<sup>45</sup>

Entretanto, há algo que de fato nem as autoridades municipais, e sobretudo, nem os usineiros querem: admitir – se os motivos são inconscientes, apenas a Psicologia explica – que suas riquezas vieram das mãos calejadas dos velhos trabalhadores rurais, agora de peles enrugadas e, segundo seus paradigmas, proprietários de uma feiúra lastimável. Os deuses gregos, compadecidos com a velhice de Titono, metamorfosearam-no em cigarra. É provável que queiram fazer algo semelhante com o velho trabalhador rural – transformá-lo em consumidor. *Voici* o ‘pequeno diagnóstico’.

---

<sup>45</sup> GARCIA, R. Op. cit., p. 84.

## 3.2. O FANTASMA DA VELHICE

“Quando jovens, pensamos que os acontecimentos e as pessoas de importância e de grandes conseqüências para a nossa vida hão de se apresentar ao som de clarins e de tambores; na velhice, porém, o exame retrospectivo revela que entraram todas pela porta do fundo, em silêncio, quase sem que a percebêssemos. Nesse sentido, pode-se igualmente comparar a vida a um bordado, do qual se veria, na primeira metade do tempo, a face anterior, e, na segunda, o lado do avesso; se este não é tão belo, é mais instrutivo, uma vez que mostra como os fios estão concatenados entre si. Só aquele que envelhece adquire uma completa e adequada compreensão da vida, ao vê-la em sua totalidade e em sua marcha natural.”

(Arthur Schopenhauer – 1788-1860, “Da diferença das idades da vida”, em *Aforismos para a sabedoria na vida.*)

Em Dallas, Texas, conquistou alguma fama uma frase bastante interessante, e ainda mais interessante pelo fato de ter sido pichada num banheiro: *“O tempo foi a forma que a natureza encontrou para impedir que tudo acontecesse de uma vez só.”*<sup>1</sup> Indubitavelmente o envelhecimento é um processo, e enquanto tal se refere ao tempo. Do ponto de vista biológico, as mudanças associadas ao tempo envolvem todas as células do corpo. Nós, seres humanos, não somos quem éramos há cinco, dez, trinta anos. No entanto, temos células que não se dividem e não se renovam, de forma que grande parte de nossas células são mais ‘jovens’

que nós – há menos de dez anos que estão no nosso corpo. Desta feita, teríamos então a idade de nossas células mais antigas, os neurônios e as células esqueléticas.

Entretanto, as moléculas podem se renovar no interior de células individualmente consideradas, sem que sejam substituídas. A célula já não é, exatamente, a mesma. Mesmo os neurônios, com exceção do DNA, podem substituir as moléculas que os compõem. De forma que, se aprofundado o olhar, qualquer comemoração de aniversário arrosta o absurdo. Podemos então contar quantas vezes o planeta Terra completou sua órbita ao redor do sol desde quando cada um de nós nasceu, ou ainda, e mais precisamente, desde quando o DNA de um determinado indivíduo iniciou sua existência, a partir da união dos plasmas germinais, masculino e feminino, de seus pais. Ainda assim, há um complicante: os átomos, unidades fundamentais da matéria, quer tenha ou não havido renovação molecular, celular e etc., em sua maioria não sofreram mudanças desde que existe a Terra. Deste ponto de vista, temos nós, seres humanos, a idade do planeta. Cada indivíduo da espécie humana, para não estender a análise às outras espécies animais e vegetais, é um rearranjo único, e incrivelmente mutável.

Não obstante se, enquanto espécie, os seres humanos são potencialmente imortais, os indivíduos não o são, ainda que carreguem dentro de si a imortalidade – o plasma germinal que garantirá o porvir. Se considerada a plausível possibilidade de que toda a matéria existente no universo tenha surgido num

---

<sup>1</sup> Pichação encontrada no banheiro masculino do Strictly Tabu Club, Dallas, Texas, apenas com as iniciais J.C. Apud. HAYFLICK, Leonard. **Como e por que envelhecemos**. Trad. Ana Beatriz Rodrigues, Priscilla Martins Celeste, Rio de Janeiro: Campus, 1996, p. 295.

instante determinado, há bilhões de anos, então todos temos a mesma idade, e todos somos muito velhos. É intrigante a célebre frase do astrônomo norte-americano, Karl Sagan – li, mas não me lembro onde –, quando diz que se fôssemos criar um bolo a partir do nada, antes teríamos que criar o universo.

Entre os gerontólogos, os estudiosos do envelhecimento, é bastante comum diferenciar a senescência em dois processos distintos, chamados ‘envelhecimento cronológico’ e ‘envelhecimento biológico’, para dar conta de sua heterogeneidade. Mas a complexidade, para quem se aventura a desvendá-la, não termina aí. Não há como medir o ‘envelhecimento biológico’ de forma precisa, simplesmente porque há muitas controvérsias no tocante às teorias que tentam explicar o motivo fulcral do processo do envelhecimento. Existem muitos dados, extensa literatura, um considerável avanço médico, mas não há entre os gerontólogos consenso no que se refere ao elemento central causador das mudanças fisiológicas associadas ao avanço da idade – embora exista uma forma ritualística de medir o envelhecimento cronológico, o aniversário.

Existe uma infinidade de teorias que tentam explicar o envelhecimento, e mesmo nas mais modernas reside um caráter especulativo. Há basicamente dois grandes grupos de teorias modernas: as que se baseiam na idéia de que o processo de envelhecimento é programado (o organismo já na sua afirmação encaminha o gérmen de sua própria negação – o envelhecimento) e as que se baseiam em eventos aleatórios.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Teorias baseadas em eventos propositais: ‘teoria da *substância vital*’, ‘teoria da mutação genética’, ‘teoria da exaustão reprodutiva’, etc. Mesmo as teorias modernas se alimentam de antigas especulações. Assim, a teoria da *substância vital* é derivada da antiga teoria dos ‘humores’, sendo

A gerontologia tem se empolgado com as conquistas da Física moderna, principalmente seu ramo que trata da entropia, do calor e energia, isto é, a termodinâmica, para desvendar o processo do envelhecimento. A ‘teoria da ordem à desordem’ alia a essência da termodinâmica com o aumento da desordem resultante de erros (‘teorias dos erros e reparos’) nas moléculas das células, tecidos e órgãos. Segundo os físicos, a matéria tende ao equilíbrio em um *sistema fechado*, mas isso significa desordem crescente, entropia.

Para os gerontologistas, é após a maturação sexual que diminui a eficiência do organismo. Este conta com sistemas que se utilizam de energia para orientar o desenvolvimento biológico, e como tal caminha em direção à entropia. Ainda que os seres humanos e outros animais sejam *sistemas abertos*, através dos quais energia e matéria fluem – inúmeras influências ambientais os afetam todo o tempo –, as mudanças associadas à idade têm a desordem molecular como um importante contribuinte; a variação no ritmo de envelhecimento de indivíduo para indivíduo e de espécie para espécie parece apontar para as variações de velocidade no tocante à desordem crescente, à entropia. De forma semelhante, alguns tecidos e órgãos envelhecem mais rapidamente que outros.

Por outro lado, não é sempre que as mudanças fisiológicas, ricamente descritas por gerontólogos e geriatras, significam perdas, *a contrario*

---

que mais recentemente essa idéia se deslocou para algumas das especulações que envolvem o DNA. Teorias baseadas em eventos aleatórios: ‘teoria do desgaste’, ‘teoria do ritmo de vida’, ‘do acúmulo de resíduos’, ‘das ligações cruzadas’, ‘dos radicais livres’, ‘do sistema imunológico’, ‘dos erros e reparos’, ‘da ordem à desordem’. Essas teorias são analisadas por: HAYFLICK, Leonard. Op. cit., 1996, capítulos 14 e 15.

*sensu* das imagens negativas comumente atribuídas à velhice.<sup>3</sup> Apesar do declínio progressivo e lento dos órgãos e sistemas do corpo, a redução do que os geriatras chamam de ‘reserva funcional’ não compromete a capacidade funcional dos órgãos para a grande maioria das atividades cotidianas, exceto em certos casos, quando o envelhecimento vem acompanhado de patologia (senilidade). Segundo afirmam, a reserva funcional permanece acima das necessidades fisiológicas, principalmente se, durante toda a vida, a pessoa praticar atividades físicas e intelectuais.

Embora essa constatação derrube preconceitos em relação aos idosos, traz um elemento que pode se voltar contra eles: oculta um argumento favorável ao ataque de direitos sociais conquistados, como aposentadoria por tempo de serviço, sobretudo no Brasil, onde um grande número de indivíduos começam a trabalhar quando ainda crianças. Daí a sempre relevante advertência de Simone de Beauvoir, já dita anteriormente: para que um homem permanecesse um homem na velhice, seria preciso que a sociedade sempre o tivesse tratado como tal, não o considerando como mero material.

Sob outra ordem de questões, os velhos não estão, necessariamente, relacionados à morte. Ao menos não mais que qualquer pessoa em outra ‘fase da vida’, a não ser sob o ângulo da probabilidade estatística; esta que depende sobretudo de outros fatores – sociais –, mais do que os biológicos (processo de

---

<sup>3</sup> Cabe ressaltar que as imagens negativas que se atribui à velhice não são universais nem mesmo sob o capitalismo. Simone de Beauvoir afirmou que os velhos nas sociedades contemporâneas industrializadas vivem uma *situação de escândalo*. Para além dessa constatação, há de se tomar uma postura parcimoniosa e considerar outras variáveis (históricas, culturais, biológicas, psicológicas, sociais). O preconceito tanto em relação ao velho quanto no tocante à velhice não é tão

envelhecimento, doenças, predação etc.). A ‘selva’, agora, é outra. A probabilidade estatística se utiliza da chamada ‘análise do fator de risco’, tendo como base a idade cronológica e a incidência estatística de mortes em cada ‘idade’ considerada. Cabe ressaltar que esses dados servem de base ao Estado e instituições privadas, como as de seguro de vida, interessadas em cálculos que lhes permitam certa margem de garantia, assemelhadas à certeza que o dono de uma casa de jogos, bicheiro ou proprietário de cassino têm de que irão ganhar mais dinheiro do que terão de pagar aos jogadores vitoriosos.

O gerontólogo e professor de Anatomia da Faculdade de Medicina da Universidade da Califórnia, Leonard Hayflick, é bastante céptico no que toca as possibilidades de prolongamento da vida dos indivíduos da espécie humana. Duvida de muitos casos em que se declarou existirem seres humanos com idade superior a 115 anos, que é para ele a idade máxima à qual os membros de nossa espécie podem chegar. Entre outros argumentos, defende que o potencial máximo de vida da espécie é de 115 anos tendo como base o peso do cérebro e o do corpo: *“O ritmo de aumento do peso do cérebro humano comparado ao peso corporal aumentou rapidamente depois que a linha de homínídeos se estabeleceu, há quatro bilhões de anos. Porém, há cerca de 100.000 anos, na época do homem de Neanderthal, a razão entre o peso do cérebro e o do corpo humano parou de mudar, e o tempo de vida humana ficou limitado ao máximo de 115 anos atuais – o*

---

generalizável. A esse respeito conferir: NERI, Anita L. **Envelhecer num país de jovens**: significados de velho e velhice segundo brasileiros não idosos. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1991.



*dobro do tempo de vida de nossos ancestrais hominídeos há três ou quatro bilhões de anos.”*<sup>4</sup>

Contudo, admite Hayflick que, se considerados milhares de anos ou mais, a ‘fixação’ de um tempo máximo de vida para os seres humanos é plástica. Para este gerontólogo, a cura de doenças, tais como o câncer e sobretudo as doenças cardíacas, seria capaz, no máximo, de aproximar dos 115 anos a expectativa de vida dos indivíduos. Mesmo com relação ao DNA e às manipulações genéticas, Hayflick não acredita que seja possível uma ampliação significativa do tempo máximo de vida dos indivíduos humanos, uma vez que se tem muitos dados mas sabe-se pouco o *por que* envelhecemos. Em outras palavras, não se sabe ao certo, segundo o gerontólogo, qual o elemento central do processo do envelhecimento, se é que ele existe, ao redor do qual os outros fatores orbitam.

Não obstante, Hayflick compara o envelhecimento humano aos equipamentos utilizados para uma missão espacial, cuja capacidade de resistência deve estar além do exigido, para que se possa completá-la com uma margem de segurança. Uma vez completada, sempre haveria um intervalo entre o final da missão e a exaustão total do equipamento – tal seria o envelhecimento.

Ou seja, o envelhecimento biológico seria tudo aquilo que acontece fisiologicamente com o indivíduo após sua maturação sexual. Mas comparar seres humanos com lixo espacial homizia um tratamento que os considera meros materiais que se usa e joga fora, além de favorecer governos interessados em atacar benefícios sociais e aposentadorias de trabalhadores (conquistados mediante

---

<sup>4</sup> HAYFLICK, L. Op. cit., p. 198.

longas lutas reivindicatórias), uma vez cumprida sua missão – neste caso, trabalhar até a exaustão e deixar seus substitutos (as filhas e filhos). Este autor afirma que além de ser impossível, aumentar a longevidade humana não é desejável. Isso é afirmado na esteira de uma espécie de (neo?)malthusianismo que esconde os antagonismos sociais – do aumento populacional decorreria que a capacidade de assegurar alimentos para todos, além de outros elementos menos fundamentais, estaria ainda mais comprometida: *“Do meu ponto de vista, a objeção mais séria ao argumento de que a longevidade deveria ser ampliada é que isso exacerbaria um problema subjacente a praticamente todos os outros problemas que o mundo enfrenta hoje. Esses problemas subordinados vão da destruição indiscriminada do planeta à fome em massa, guerras, desigualdades econômicas e o colapso da saúde. O problema subjacente é a superpopulação.”*<sup>5</sup>

Nessa perspectiva delineada, investir na longevidade dos trabalhadores apenas seria ‘interessante’ se estes permanecessem mais tempo trabalhando – adiando a aposentadoria, que não mais seria por tempo de serviço. Ao mesmo tempo em que ataca todas as formas de sobrevivência autônoma dos mais diferenciados grupos humanos, a sociedade capitalista tem que dar respostas aos ‘problemas sociais’ que ela própria faz nascer. É nesse veio que a velhice deve ser tomada – como uma ‘invenção’ advinda da própria dinâmica dos processos sociais, ainda que se admita a ocorrência do definhamento biológico, que faz parte do ciclo natural da vida e se relaciona com o tempo.

---

<sup>5</sup> HAYFLICK, L. Op. cit., p. 327.

Considerando-se os processos sociais, faz-se necessária primeiramente uma análise mais pormenorizada da relação entre tempo e velhice, e entre tempo e envelhecimento. A frase que utilizei para iniciar o presente item, a partir da qual pude efetuar considerações acerca do envelhecimento biológico, deve ser relativizada. O tempo é objeto de intenções, tais como a demarcação e o controle. As intenções resultam de realidades sociais em mutação. Entretanto, aos artefatos que demarcam arbitrariamente o tempo atribui-se erroneamente o *status* de fatores causais. Decorrem daí constructos como as ‘idades do homem’, que na verdade “*são puras invenções sociais: o conceito de infância emergiu nos séculos XVIII e XIX, o de adolescência em fins do século XIX e o de juventude há 20 ou 25 anos atrás [soma-se neste último mais uma década aproximadamente, referente a quando foram escritas tais observações]. O conceito de meia idade como etapa intermediária entre a idade adulta e a velhice data dos anos 60. Os anos 70 assistiram à promulgação do conceito de ‘velhice avançada’, sem dúvida um fato social e demográfico novo na história da humanidade.*”<sup>6</sup>

O tempo não diz respeito ao homem apenas enquanto escoamento, passagem na qual sua vida é ‘consumida’ – realidade dada. Há atribuições valorativas referentes ao tempo que são (inter)subjetivas, fruto das interações dos homens entre si e com as coisas. Desta feita são contextos do momento que nutrem a diferenciação temporal – passado, presente e futuro –, mormente os contextos sociais. Na experiência pessoal do tempo, vivenciada por cada sujeito, as di-

---

<sup>6</sup> NERI, A. L. Op. cit., 1991, p. 18, observação entre colchetes tecida por mim.

mensões individual e social são indissociáveis.<sup>7</sup> Essa advertência que se traduz em não transformar artefatos arbitrários em fatores causais advém, no caso aqui considerado, de algumas conquistas teóricas da fenomenologia e da pesquisa qualitativa.

Enfim, o ‘fantasma da velhice’, se assim se apresenta às pessoas no momento em que percebem o avançar da própria idade, aprofundando o olhar, está, desde o início, envolto pela dinâmica dos processos sociais. É para estes últimos que volto, a partir daqui, meus intentos.

Quando, por parte do Estado, sob o comando dos militares e tecnocratas, a velhice passa a ser tomada como uma ‘questão social’<sup>8</sup>, frente ao envelhecimento populacional no país, às migrações para as cidades, e à impossibilidade dos grupos humanos poderem amparar seus velhos, uma vez destituídas suas formas de sobrevivência autônoma, novos rumos teriam que ser impressos ao sistema previdenciário brasileiro.

Os tecnocratas da Ditadura Militar são convocados para concretizar a polêmica unificação dos institutos previdenciários. Em novembro de 1966, o Decreto-Lei número 72 cria o INPS (Instituto Nacional de Previdência Social) a partir da fusão dos IAPs (Institutos de Aposentadorias e Pensões) e do SAMDU (Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência). De 1966 a 1973, no

---

<sup>7</sup> NERI, A. L. Op. cit., 1991, p. 26.

<sup>8</sup> No Brasil, é possível identificar a velhice sendo afrontada enquanto um problema público e social muito antes dos militares e tecnocratas direcionarem seus olhares para a ‘questão do idoso’: “Se examinarmos a Lei Eloy Chaves (de 1923), que sucede às diversas lutas operárias, verificamos que essa lei vem não apenas estabelecer o marco de criação da Previdência no Brasil, mas igualmente constitui o marco que identifica a velhice no Brasil como questão social.” (MAGALHÃES, Dirceu Nogueira. **A invenção social da velhice**. Rio de Janeiro: Editora Papagaio, 1989, p. 27).

entanto, o Ministério da Saúde não conseguiu, através de sua Política Nacional da Saúde, fomentar medidas de saúde preventiva, mormente pautado em práticas médicas curativas. O resultado dessa prática foi a *“criação de um complexo médico-industrial, responsável pelas elevadas taxas de acumulação do capital das grandes empresas monopolistas internacionais na área de produção de medicamentos e de equipamentos médicos.”*<sup>9</sup>

A LOPS (Lei Orgânica da Previdência Social), promulgada sob o Decreto nº 3.807/60, sofreu alterações no governo de Emílio Médici, mediante a implantação da Lei nº 5.890/73. Os artigos referentes à aposentadoria especial e por tempo de serviço foram revogados. A aposentadoria por velhice seria fixada em 65 anos ou mais para os homens e 60 anos ou mais para as mulheres, desde que o requerente se desligasse de qualquer atividade rendosa. Outros auxílios previdenciários seriam convertidos em aposentadoria por velhice, segundo o critério de idade apontado acima. Até então, os trabalhadores rurais ficaram bastante alheios à extensão do sistema previdenciário.

Mais preocupado que seus antecessores com realidades sociais básicas, a presidência do general Ernesto Geisel, iniciada em 1974, atribuiu lugar de destaque à previdência social. A Lei nº 6.179 de 1974 concedia renda mensal e vitalícia aos inválidos e aos idosos maiores de 70 anos, desde que esses tivessem efetuado contribuições. Na gestão de seu governo, foi separada a previdência do trabalho para a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social, que

---

<sup>9</sup> OLIVEIRA, Jaime A. de Araújo & TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury. **(Im)previdência Social: 60 Anos de História da Previdência no Brasil**. Petrópolis: Vozes, Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1989, p. 209.

passou a coordenar e supervisionar o INPS, além de outras instituições.<sup>10</sup> No entanto, não se deve olvidar a efervescência social e política manifesta nesse momento da história brasileira: “*Cumprer recordar que a Lei nº 6.179 foi assinada no ‘momento da euforia’, do ‘milagre brasileiro’, do Pra Frente Brasil, Brasil’, da aplicação dos Atos Institucionais, justificada pelos donos do poder, os militares – aliados aos interesses da classe dominante que buscava recompor sua hegemonia –, como imprescindível para ‘salvar e garantir a democracia’*”<sup>11</sup>

De 4 a 7 de outubro de 1976, foi realizado em Brasília o I Seminário Nacional Sobre Estratégias de Política Social para o Idoso no Brasil. Pretendia-se levantar a situação do idoso, seus problemas principais, e posteriormente propor uma *política nacional*<sup>12</sup> para, argumentava-se, superar o estágio de abandono e de falta de assistência dos velhos. O seminário contou com o Ministro da Previdência Social, tecnocratas, sociólogos, assistentes sociais, o governador Elmo Serejo, do Distrito Federal, o arcebispo de Brasília, Dom José Newton – 250 participantes.

O então Ministro da Previdência Social, Nascimento e Silva, abre o seminário destacando o fato dos idosos passarem a ser um problema social: “*A velhice é um problema prioritário para o País, e devemos estudá-lo desde*

---

<sup>10</sup> Almejava-se a centralização administrativa e financeira. Sob essa égide, o Ministério da Previdência e Assistência Social orientaria mais tarde o SINPAS (Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social), o INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social) e o IAPAS (Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social).

<sup>11</sup> HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **A ideologia da velhice**. São Paulo: Cortez, 1986, p.61.

<sup>12</sup> Bem próprio do período abrangido pela chamada Ditadura Militar é a utilização do termo *nacional* em muitos dos diagnósticos tecnocratas. Notadamente, essa postura pretende esvaziar os antagonismos sociais do conteúdo dos temas objetos de diagnósticos, em benefício de um constructo ideológico – a *nação* – que aparece à população como sinônimo de uma preocupação go-

*agora. (...) A conformação que a sociedade foi assumindo no crescente processo de industrialização e urbanização provocou uma ruptura no equilíbrio de numerosas situações, como a do idoso, que, expelido do contingente de força de trabalho ou mesmo incapaz de nela ingressar, já não encontra na estrutura familiar a proteção de que necessita.”*<sup>13</sup> O próprio Presidente, general Ernesto Geisel, concedeu uma audiência aos participantes, onde afirmava que *“o idoso não deve ser encarado como um doente, condenado ao isolamento, mas como uma pessoa inserida na sociedade, trabalhando e se sentindo útil. E o asilo só pode ser utilizado nos casos em que a velhice prejudique o desempenho de qualquer atividade...”*

14

A declaração do presidente Geisel acerca dos velhos, propondo sua inserção na sociedade, no mundo do trabalho, é bastante sintomática e não foge muito daquilo que propõem geriatras e gerontólogos: excetuando-se os casos patológicos, assunto para os geriatras, em tese, a velhice não impediria o trabalhador de continuar fazendo o que sempre fez – trabalhar –, e com a vantagem de ter experiência, bagagem, calma, poder de observação, talentos aprimorados com o decorrer do tempo. Sobretudo – argumenta-se – se forem direcionadas aos velhos tarefas compatíveis com suas capacidades.

No mais das vezes, entretanto, os discursos tinham como objetivo não a concretização da proposta, mas a promessa de que haveria melhoria nas condições de vida da população, tornando opacos os antagonismos. Quando não,

---

vernamental que atinge igualmente todos os indivíduos que residem nos limites do território, sem distinção.

as propostas se limitaram a uma reserva de mercado pretensamente condizente com as capacidades ‘inatas’ dos idosos – o artesanato –, o que tem suas contradições. Segundo Eneida Haddad, as ações, preceitos e estratégias do Estado, do SESC, e dos gerontólogos e geriatras, configuraram-se no que a autora chamou de ‘ideologia da cumplicidade’<sup>15</sup>:

“O imaginário da proposta SESC assenta-se numa lógica que expressa a racionalidade utilitária inerente ao padrão de acumulação capitalista: a tentativa de converter a velhice em mercadoria intercambiável no mercado. Daí a complexidade técnica que se desenvolve às suas voltas. Daí também as propostas no sentido de reservar aos velhos segmentos específicos do mercado. Aqui, no entanto, revelam-se seus limites e contradições: no estágio atual do desenvolvimento capitalista - o monopolista -, a reserva de mercado proposta (o artesanato), senão bastasse representar um contra-senso à maquinofatura, o próprio relegar da velhice a atividades secundárias representa a sua morte enquanto mão-de-obra a ser absorvida. É justamente aqui que a ideologia da velhice não se esconde.”<sup>16</sup>

Não obstante, não é uma regra inerente do capitalismo fadar os idosos a reservas limitadas de mercado, tampouco condená-los eternamente à exclusão social. Haddad afirma acertadamente que a vida e a morte do trabalhador

---

<sup>13</sup> “Idosos, uma Questão Nacional.” In: Revista **Planejamento & Desenvolvimento**. Nº 43, Ano 4, Dezembro de 1976, p. 13.

<sup>14</sup> “Idosos, uma Questão Nacional.” Op. cit., p. 13.

<sup>15</sup> “Num contexto em que o Estado, enquanto regulador de conflitos a serviço da classe dominante, sente o ‘peso’ do crescente aumento do número de idosos, onde o poder dos velhos, expresso pela tragédia do fim da vida, evidencia o irremediável destino da classe trabalhadora, brota uma aparente sensibilidade do poder público, da ‘ciência’ e do poder privado que, de forma solidária, atuam na suposta solução do drama da velhice.” (HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. Op. cit., 1986, p. 126).

<sup>16</sup> HADDAD, E. G. de Macedo. Op. cit. 1986, p.123.



estão intrinsecamente ligadas.<sup>17</sup> Assim sendo, a velhice do trabalhador não foge ao dinamismo existente no próprio interior desse modo de produção. Como afirma João Bernardo:

“O trabalho, no capitalismo, não é uma relação entre a pessoa e o objeto. É uma relação entre pessoas, sob a forma de uma produção de bens. Sejam produtos materiais ou serviços, os bens só valem no capitalismo como suporte de relações. Aliás, na medida em que sustentam, sucessiva ou simultaneamente, uma pluralidade de valores, os artigos materiais e os serviços particulares tornam-se sempre imateriais e genéricos. O que há de comum aos vários processos de produção não é a produção, mas o processo. E processo é tempo. O tempo é a substância das relações sociais capitalistas. Os bens devem ser entendidos apenas como incorporadores de tempo de trabalho. A operação fundamental na crítica teórica da exploração consiste na passagem de objetos materialmente considerados e de serviços considerados nos seus resultados particulares para uma concepção de objetos, serviços e força de trabalho como incorporadores de força de trabalho. O problema da mais-valia é o problema do tempo. Há os que dispõem do seu tempo: não são explorados. Há os que não dispõem do seu tempo: são explorados. Há os que dispõem do tempo dos outros: são exploradores. (...) A divisão em classes sociais resulta, antes de mais nada, das diferentes situações ocupadas quanto à disposição do tempo. Se os valores são relações sociais e, portanto, decorrem de dados sistemas de utilização de tempo, os capitalistas definem-se pelo controle que obtêm sobre o tempo alheio e só em função dessa categoria genérica podem entender-se as categorias da propriedade. (...) Reciprocamente, a definição de trabalhador produtivo, ou seja, aquele que produz mais-valia, nada tem a ver com a eventual materialidade do produto, nem com as características peculia-

---

<sup>17</sup> HADDAD, E. G. de Macedo. Op. cit. 1986, p.126.

res de sua atividade. É produtivo todo aquele cujo trabalho se insere num sistema de organização que lhe retira o controle sobre o seu próprio tempo.”<sup>18</sup>

Decorre daí, dentre outros elementos, que o aspecto social no qual se insere o envelhecimento do trabalhador em geral, e mais especificamente para meu estudo, do trabalhador rural migrante, sobrepõe-se aos aspectos relacionados ao seu definhamento biológico, seu processo vital. No limite, se o capitalismo promove exclusão social, poderia deixar de fazê-lo sem prescindir-se de suas formas mais características de opressão e dominação.<sup>19</sup> Em outras palavras, se no futuro a velhice puder ser redimensionada, e é sempre socialmente que ela é ‘fixada’<sup>20</sup>, a esses idosos poderá corresponder uma real inclusão na sociedade, no mundo do trabalho, do lazer, e do consumo, sem que isso signifique a supressão da exploração vivida pelo trabalhador em qualquer etapa (socialmente ‘fixada’) da vida.

---

<sup>18</sup> BERNARDO, João. “Depois do marxismo, o dilúvio?” In: **Educação & Sociedade**, nº 43. São Paulo: Cortez, dezembro/1992, pp. 393-412. As citações se encontram nas páginas 404 e 405.

<sup>19</sup> Até o momento, o capitalismo nunca deixou de promover exclusão social. As afirmações feitas aqui sugerem uma abstração. Em todos os ciclos de mais-valia observados na história, os saltos tecnológicos no sistema produtivo sempre tenderam a dispensar parte da mão de obra – incorporando maior tempo de trabalho na força de trabalho, porém formando contingentes de desempregados. João Bernardo fala dos ciclos longos de mais-valia relativa, relacionando-os à repressão ou assimilação dos conflitos sociais por parte das classes capitalistas, além de situar tais ciclos na história. (BERNARDO, J. **Economia dos Conflitos Sociais**. São Paulo: Cortez Editora, 1991, pp. 350-368). Não obstante, segundo creio, sua análise dedica pouca atenção às parcelas de trabalhadores desempregados mediante os ciclos de mais-valia relativa, cuja realização pressupõe tecnologia capaz de multiplicar o tempo de trabalho incorporado durante idêntica jornada – comumente dispensando mão-de-obra.

<sup>20</sup> “Os jovens antecipam o momento de sua maturidade ou “maioridade”, os mais velhos tentam prolongar sua juventude, um quarentão junta-se a um de trinta anos, as legislações fixam incoerentemente a idade de acesso às responsabilidades sociais (casamento, serviço militar, direitos cívicos, autorização para conduzir veículos a motor, entrada em certas categorias de espetáculos, etc.). Simultaneamente, os processos de formação e as atividades que marcavam as fases da vida individual tornam-se telescópicos; prolongou-se a duração do aprendizado e da educação; a formação permanente tende a escolarizar as profissões e a aquisição da maturidade social parece cada vez mais complexas.” (BALANDIER, Georges. **Antropo-lógicas**. Trad. De Oswaldo Elias Xidieh. São Paulo: Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976, p. 68).

A sociedade capitalista não ignorou a importância de se estudar os males da velhice e o próprio processo de envelhecimento. Desde o início do século XX tornou-se comum o uso dos termos gerontologia e geriatria. A primeira ocupando-se do estudo do processo de envelhecimento dos seres vivos, não apenas da espécie humana. Já a segunda, especializando-se nos problemas médicos, as patologias comuns aos idosos.

Nas últimas décadas, multiplicaram-se os esforços no intuito de promover pesquisas relacionadas ao envelhecimento; o assunto não tardou a chegar nas Nações Unidas e em outros organismos internacionais. Os EUA e Europa já coordenavam conferências sobre o envelhecimento desde meados do presente século. Sem ser exaustivo, apenas para citar alguns exemplos, Fritz Verzar fundou o Instituto de Gerontologia Experimental na Suíça em 1956. Em 1973, a Organização Mundial de Saúde forma o Comitê Especialista em Planejamento e Organização de Serviços Geriátricos. Em 1979, na Europa, forma-se a EURAGE, um consórcio de órgãos governamentais. Em 1982, realiza-se na Áustria a Assembléia Mundial sobre Envelhecimento, promovida pela Assembléia Geral das Nações Unidas.

Os resultados desses esforços têm se convertido em mudanças nas legislações internacionais. Uma generalização torna-se possível para esse caso: os desdobramentos dos intentos da geriatria e da gerontologia vieram de encontro às possibilidades de se utilizar a força de trabalho até mais longa data, sem arcar com os ‘gastos’ dos inativos, e por conseguinte não admitindo o ‘direito à velhice’ para um número crescente de trabalhadores no Brasil e no mundo: “A

*meta prioritária é conservar os velhos ativos, abolindo, supostamente em nome do bem que isso lhes representa, a aposentadoria por tempo de serviço.”*<sup>21</sup>

De uma forma um tanto diferenciada, ser velho na sociedade industrial não seria um direito nem para as pessoas de classes sociais mais abastadas. Como lembra Ecléa Bosi:

“A sociedade rejeita o velho, não oferece nenhuma sobrevivência à sua obra. Perdendo a força de trabalho ele já não é produtor nem reproduzidor. Se a posse, a propriedade, constituem, segundo Sartre, uma defesa contra o outro, o velho de uma classe favorecida defende-se pela acumulação de bens. Suas propriedades o defendem da desvalorização de sua pessoa. O velho não participa da produção, não *faz* nada: deve ser tutelado como um menor. Quando as pessoas absorvem tais idéias da classe dominante, agem como loucas porque delineiam assim o *seu* próprio futuro.”<sup>22</sup>

Não obstante, a referida acumulação de bens que serve de defesa para os velhos das classes favorecidas, por reificante que seja, ainda que parta de um paradigma importado das classes dominantes, não é uma arma com a qual os velhos trabalhadores que viveram o êxodo rural podem contar efetivamente. Se considerado que a sociedade industrial também se transforma, e se admitido que há uma tendência em se criar novos papéis para a velhice, que não estarão muito distantes dos papéis destinados às outras parcelas etárias da população, e se con-

---

<sup>21</sup> HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. Op. cit., 1986, p, 126. Para se falar em dias atuais, tudo leva a crer que a legislação brasileira e internacional, no tocante aos direitos sociais dos idosos, continuará sofrendo profundas alterações, mediante os ajustes operados no mercado de mão-de-obra, impostos em benefício de formas mais flexíveis de acumulação de capital – no contexto do aumento da competição e dos riscos. A exclusão social decorrente de tal processo é violenta, e nada animadora para os trabalhadores idosos.

siderado que não é a acumulação de bens em si que delibera, entre outros tantos elementos, quem é explorado e quem é explorador, dificilmente o fato de ser velho continuaria significando compartilhar de um mesmo destino – como se todos, no final da vida, pertencessem à mesma classe social.

Perguntada sobre como se sentia frente ao fato de envelhecer, se sentia-se deslocada, quais os limites que a velhice lhe impunha, Camila tece as seguintes considerações:

“Não sinto essa velhice minha, não sinto a vivência minha, não sinto eu viver como eu estou. Não, não! Dizer que eu estou assim: “Ai, que eu estou hoje numa tristeza...” Não, não! Eu podia sentir se eu não tivesse, como eu tenho, muitas visitas. Se eu fosse uma mulher desleixada pelo pessoal. Não minha família, que minha família já é chegada à gente. Outra família lá fora, não olhar assim: “Ah, aquele povo ali não merece ser isso!” Não! Graças a Deus, até essa hora eu sinto: é grande, pequeno, novos e velhos, tudo uma coisa, prá mim, só!”<sup>23</sup>

Simone de Beauvoir já havia escrito sobre o ‘ponto de vista da exterioridade’ focalizando justamente este aspecto da velhice relevado pela entrevistada: o envelhecimento e a velhice aparecem com mais nitidez aos outros. Comportando-se no mais das vezes como se não tivessem uma ou outra idade, as pessoas geralmente são içadas abruptamente em momentos excepcionais, quando arrostam que envelheceram. Esta exterioridade pode ser interiorizada e reforçada,

---

<sup>22</sup> BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, pp. 77-78.

<sup>23</sup> Camila, Fita 8, Lado B.

quando a própria pessoa adota os estereótipos que lhes foram atribuídos externamente por força de outros estereótipos da sociedade de consumo – se considerado o atual contexto histórico. A percepção da própria idade traduz-se num comportamento variado – tanto a pessoa pode se sentir marginalizada perante os outros por ser idosa, quanto pode não se sentir idosa mas observar que os outros (e não ela) envelheceram etc, ou ainda proceder como Camila, que procurou manter-se no convívio com os outros, pois todos, independente da idade, seriam uma coisa só.

Não obstante, nas palavras de Camila estão implícitas não apenas as questões relacionadas ao ‘ser.../não ser’ e ao ‘sentir-se.../não se sentir’ idoso. Mais do que isso, de certa forma, esta passagem sintetiza o *tom vital* não apenas desta entrevistada como também de todos os velhos trabalhadores rurais que entrevistei e que residem em Tarumã.

Os velhos trabalhadores rurais se constituíram enquanto seres humanos num mundo que, mediante os processos sociais aos quais me ative exaustivamente até aqui, tornou-se anacrônico no tocante às regras do jogo que se lhes impõe.

Antes de prosseguir, no entanto, farei uma breve recapitulação dos resultados anteriores deste estudo. No capítulo 2 falei sobre algumas categorias analíticas que serviam para revelar dimensões culturais relacionadas às condições de vida no campo. Ali, utilizei-me do estudo de José de Souza Martins para analisar como no próprio capitalismo houve um ‘espaço’ para a formação de rela-

ções não capitalistas. Procurei mostrar que, nesse contexto, os trabalhadores rurais atingiram certos níveis de autonomia não só quando se tratava de pequenos proprietários, como vi caracterizado por vários estudos, mas quando os fazendeiros cediam-lhes terras para o próprio plantio e criação de animais. Essa situação durou relativamente um longo tempo – do final do século passado até parte da segunda metade do presente século. Em seguida caracterizei o caldo de cultura no qual se enraizaram os trabalhadores rurais migrantes, como leram sua mudança para a cidade, sua situação atual etc. Procurei analisar pontualmente todas essas complexas dimensões históricas, econômicas, culturais, pautando-me nas peculiaridades de Tarumã, e da Alta Sorocabana de Assis (dessa última, quando necessário).

Os elementos aos quais me referi anteriormente caracterizando-os relativamente aos trabalhadores rurais são *fartura, calma, normas, solidariedades, sentimentos, proximidade, segurança*. Mas todos esses elementos são permeados pelo que pode ser caracterizado como um *sistema*<sup>24</sup> que lhes dá sentido. Trata-se das seguintes dimensões: *harmonia, paz, caridade, dignidade do trabalho enquanto valor de uso*. Uma das decorrências desses aspectos é que todos os entrevistados, sem exceção, são dotados de marcante religiosidade, uma de suas formas de sabedoria. Continuam respeitando as principais datas e rituais sacros. Alguns mudaram de religião – passaram do catolicismo para as religiões evangélicas.

---

<sup>24</sup> Uso o termo *sistema*, haja visto que, se analisados pontualmente, existe um alto grau de coerência e coordenação entre os elementos culturais relevados pelos trabalhadores rurais que entrevistei.

cas, cuja presença em Tarumã é crescente.<sup>25</sup> Assim Camila sintetiza sua trajetória: cumpriu seu dever – trabalhou, casou e criou filhos; o importante é ser querida por Deus, pelas pessoas, sem querer o mal de ninguém, com ou sem mediação de instituições sociais, políticas, econômicas – isso não é o mais importante; cada um tem sua cisma, seu caminho, mas todos devem ter paz, harmonia, consigo e com os outros, principalmente com Deus.

Um dos aspectos mais fundamentais que encontrei em todas as entrevistas diz respeito ao fato de que, embora os valores chamados pós-modernos disseminam-se pela sociedade, os velhos trabalhadores rurais migrantes que vivem em Tarumã insistem em manter laços culturais ancestrais, apesar de todo o desenraizamento sofrido. Mesmo Cleber, que nunca foi proprietário, mas utilizava-se de terras cedidas pelo fazendeiro, lamenta não poder continuar atrelado à terra, e aos valores culturais nos quais se construiu enquanto ser humano:

“Eu não gosto de cidade não. Eu moro na cidade porque é obrigado. Eu gosto de fartura. Gosto de levantar cedo, ver uma vaca berrar, ver um porco gritar lá na mangueira, ver uma coisa. Tem que levantar cedo e tratar. Levantava quatro horas, e tomava um cafezinho, tirava leite, tomava um café com leite. Ia no mangueirão levar milho, tratar do porco, tratar de uma vaca, tratar de umas criação. Depois ia prá roça. A gente sentia melhor do que agora. Se sentia melhor. A gente já tá acostumado, foi criado na roça. Agora, o senhor é criado na roça, vem prá cidade, o senhor tem que pagar de tudo. Olha: tem

---

<sup>25</sup> Grande parte da população de Tarumã constitui-se de bóias-frias. As religiões que ora para lá se dirigem constituem-se como instituições que também promovem desenraizamento dos velhos trabalhadores rurais, a partir de um discurso pasteurizado destinado a uma população sofrida. Não obstante, não poderia estender minha análise nesse sentido, por enquanto, por falta de pesquisa empírica que permita verificar melhor este aspecto aqui apenas apontado.



que pagar água, tem que pagar luz, o senhor tem que pagar imposto, o senhor tem que pagar de tudo. E se o senhor quiser comer, o senhor tem que pagar de tudo prá comer.”<sup>26</sup>

Ter que pagar tudo na cidade é fruto do processo de modernização social, que embora tenha acionado tecnologia capaz de trazer conforto (não para todas as pessoas), fomentou o assalariamento desse grupo humano. E não por acaso, tal significou a aquisição para o capital do tempo total de produção desses trabalhadores. Quando digo que o caldo de cultura desses últimos tinha como base a *harmonia*, poderia citar muitas passagens dos depoimentos colhidos, mas não há necessidade. É possível percebê-la no lamento do trabalhador rural já evidenciado em várias passagens desta pesquisa, quando se vê obrigado a se mudar para a cidade, quando vê seu mundo definhar em detrimento do tempo e do trabalho para si, quando é destituído de suas armas.

Dos entrevistados, apenas Adonias parece ter se adaptado melhor às novas regras do jogo, tanto que foi um dos fundadores do sindicato dos trabalhadores rurais de Assis, como já referido. Os sindicatos se inscrevem na mesma regra de jogo que o capitalismo, sob a forma de gestores de mão-de-obra assalariada, como defende João Bernardo, não sem fortes argumentos.<sup>27</sup> Não obstante, há ainda no Brasil um considerável ‘fracionamento do mercado de traba-

---

<sup>26</sup> Cleber, Fita 3, Lado B.

<sup>27</sup> “Nos países menos industrializados a heterogeneidade e o fracionamento do mercado de trabalho limitam a possibilidade de ação dos sindicatos a nível nacional e, assim, a capacidade de se converterem em patrões e proprietários capitalistas. Verifica-se porém que mesmo aí, nos ramos em que a força de trabalho é mais homogênea e o mercado de trabalho mais regulado – nomeadamente nos setores petrolífero e mineiro – o capitalismo dos sindicatos tem-se desenvolvido consoante um processo idêntico ao observado em países mais industrializados.” (BERNARDO, J. **Capi-**

lho', que limita a ação dos sindicatos em se converterem em capitalistas. E, de alguma forma, Adonias manteve aquela *solidariedade* do mundo rural onde construiu sua identidade, na medida em que se preocupa com as condições de vida das classes trabalhadoras, atendendo pessoa por pessoa, como tive oportunidade de presenciar. Fez questão de ter seu nome citado nesse trabalho, porque achou importante o estudo das condições do velho trabalhador rural e do homem do campo. Sentiu-se grato em poder contar detalhadamente sua trajetória migrante.<sup>28</sup> Percebeu a importância do seu próprio passado num processo maior: “*Como é o encerramento do trabalho, quero dar mais uma palavrinha. Agradecendo essa vinda do senhor aqui na minha casa, onde nós nos encontramos como estranhos, mas hoje nós não somos mais estranhos. (...) Que o senhor se sinta bem de ter vindo na minha casa, e a gente ter tido esse encontro que nós tivemos. Então, nisso eu fico muito agradecido.*”<sup>29</sup>

Adonias acredita que os interesses dos trabalhadores e dos patrões possam ser *harmonizados*; apenas se necessitaria de um certo ‘traquejo’. Mediante às novas regras do jogo, Adonias, o sindicato, e boa parte dos trabalhadores (sobretudo as gerações de nascimento posterior aos *colaboradores*) desenvolveram outras formas de resistência. No tocante à greve, por exemplo, Adonias tem uma opinião diferente dos outros entrevistados, que a condenam: “A greve

---

**tal, Sindicatos, Gestores.** São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1987, (Biblioteca do Futuro; 6), p. 35).

<sup>28</sup> Imagino que um escritor da competência de um Guimarães Rosa se sentiria maravilhado, como me sinto também, com a riqueza contida nos depoimentos colhidos para este trabalho. Mais uma vez gostaria de agradecer a todos os *colaboradores*. Espero que nosso trabalho não seja em vão.

<sup>29</sup> Adonias, Fita 13, Lado B.

*não é uma festa, não é uma coisa que faz porque gosta, a greve é uma necessidade que faz fazer. Só a necessidade que faz fazer greve.”*<sup>30</sup>

Já Camila, sobre a greve de 1962 na UNA, assim se declara:

“Não, nunca gostei de política. Eu não entrava no caso da política. Que nem teve esse ato da greve, mas eu nunca gostei, nunca gostei. Nós vimos aí. Ouvia falar das greves, tudo, mas nós vimos mais foi aí na usina. Ela ficou muito dias lá, naquelas partes lá... naquele sol quente, aquele sofrimento. Mas o fazendeiro não gostou daquilo. O povo que fez aquilo para invadir, para empatar a usina trabalhar, mas a usina não parou. O povo vinha, rodeava e entrava! Não parou. Eles fizeram isso para parar a usina, mas a usina não parou não. A usina continuou a mesma moagem. Eu achei que foi errada, porque eles queriam... mandou para pedir aumento, mas não precisava de eles fazer essa greve que eles fizeram para dar aumento. – “Mas o momento é agora!” Vem um dali: “Faz a greve, faz a greve!” Fizeram essa greve, mas foi para dar aumento. E quando acabou, depois dela acabar, depois ainda eles foram em São Paulo desfazer do seu Renato! Caminhar na rua, fazer um farra na rua com uma bandeira. (...) Ele dava o aumento, ele dava. Ele mesmo falou que não precisava de eles fazerem greve, falasse com ele. Ele mesmo falou. E fizeram aquela greve, ele nem aí estava, ele estava em Santos. Uma greve mais feia do mundo, Deus me livre! E aquelas mulheres sofrendo noite e dia ali naquele sol. Depois vieram para a estrada. Eu não fui nenhuma vez, eu não fui em greve não, cuidava da minha obrigação. De cá eu enxergava ela, eu morava em frente. Mas eles fizeram tudo para parar a usina, para a usina fechar para não moer, mas não parou! Olha que eles fizeram tanto, mas a usina não parou. O povo não parou de trabalhar. Saía dois, três, que iam para greve, vinham dois, três, e entravam prá trabalhar. Toda vez trabalhava com

---

<sup>30</sup> Adonias, Fita 9, Lado B.

bastante gente, e a usina foi aumentando, aumentando, aumentando, até hoje está aquele... está largo de usina.”<sup>31</sup>

Gustavo e os outros *colaboradores*, com exceção de Adonias, também alimentam princípios contrários às paralisações no trabalho:

“Quando vou fazer greve por quê? Hoje eu falei com um rapaz que trabalhava com nós, um grandão, que vai conversar com a (...) no dia 5, se sair um pagamento mixado. Eu falei: olha, não adianta que você vai se ofender. Quanto é o salário mínimo hoje? Cento e vinte? Quanto é que sai o dia, o salário mínimo? Ele falou: quatro reais. E quanto é que nós estamos ganhando? Nove e quarenta e cinco. Quer dizer que se você vai rapelar... não vai ter nem jeito do homem... Você não vai ter nem força de ir até lá no escritório. Fica quieto que é melhor do que você puxar conversa. E se você for lá, eu não vou. O outro também não vai. Então não pode criar uma lei dessa aí. Porque oito reais já é dois salários mínimos.”<sup>32</sup>

O velho trabalhador rural de Tarumã valoriza a *dignidade do trabalho*. Daí sua postura frente à greve. Esta não se justificaria nem pelo salário, uma vez que o trabalho é a *profissão de fé* do ser humano saudável, que utiliza os bens de Deus. A greve é feia, atropela as possibilidades da harmonia, da paz, do bom relacionamento *pessoal* com o patrão, da *proxemia*. Se o patrão realmente não der o aumento salarial considerado justo, este fazendeiro não merece nem a demanda. É ele que está incorrendo numa indignidade. Instituições como a Justiça do Trabalho são alheias ao *sistema* do velho trabalhador rural; as coisas devem ser

---

<sup>31</sup> Camila, Fita 4, Lado B.

<sup>32</sup> Gustavo, Fita 4, Lado B.

combinadas mediante um *código de honra pessoal*, não segundo as normas institucionais que interferem na *harmonia*.

“Nós trabalhávamos, e toda a vida trabalhamos. Eu adoecia, tinha um conforto. O conforto lá na Nova América... foi muito confortável. Por isso é que eu falo, o pessoal aí demanda com ela, mas nós nunca demandamos não. Nós tínhamos o direito de demandar porque nós moramos lá e deu muitos produtos para eles. Nós ajudamos muito porque ele tinha bastante trabalhador firme. Meu velho foi trabalhador da fazenda, conheceu ela pobre e ela, hoje, ela é milionária.<sup>33</sup> (...) Com tantos anos desses, que lucro não ficou naquela fazenda? De tudo! Desde o café que eles trabalharam, a cana, dentro da usina. Deu um lucro muito grande. Se for pensar... É por isso que muita gente fica brava que diz que nós saímos, não deu parte para fazer ele dar dinheiro. Eu não quis, eu não quero. Eu quero assim, se eles vierem e dar aqui ó: “Isso é seus!” Mas se é visto ele à parte, demandar na lei, não, não quero não! Não quero demanda com a lei! Eu nunca mandei, a mó de agora eu demandar? Não!”<sup>34</sup>

O trabalho, para os entrevistados, não deve ser paralisado em momento nenhum. A não ser que não se possa mais trabalhar, devido a acidentes, problemas de saúde. Mas nesse caso, é digno que se ampare a pessoa que já não pode viver da *dignidade de seu trabalho* – isso é *caridade*. Nesse sistema harmonioso, há lugar para todos; não existe marginalidade. Valoriza-se as amizades, o duradouro, a constância. Se essa ética do trabalho é capitalista, como imagino que se possa argumentar, penso que há diferenças fundamentais. A ética do trabalho capitalista, baseia-se, grosso modo, no valor de troca, na possibilidade de aquisi-

---

<sup>33</sup> Camila, Fita 4, Lado A.

ção do tempo de trabalho alheio. Já a *dignidade do trabalho*, pelo viés desse grupo humano estudado aqui, refere-se fundamentalmente ao valor de uso, à possibilidade de prover o conforto da família, dos filhos, para poderem gozar da harmonia e da felicidade de “ver uma vaca berrar, ver um porco gritar lá na mangueira, ver uma coisa”, levantar cedo, tratar dos animais, tomar um cafezinho, tirar leite da vaca, tratar do porco, tratar da vaca, tratar da criação, depois ir para a roça. Isso é condição de humanidade.

Pode-se observar que o velho trabalhador rural percebe que o outro enriqueceu utilizando-se do trabalho que ele, trabalhador rural, e os outros em igual condição realizaram – daí nasce uma forma particular de *consciência de classe*, como é possível detectar na passagem citada. Porém essa consciência vem acompanhada, pelo menos *a princípio*, de um caldo de cultura que não valoriza a revolta, a rebeldia. Não obstante, por diversos momentos, as classes dominantes tiveram que se utilizar desta tendência inicial para acentuar a ‘passividade’ dos trabalhadores rurais. No mesmo caldo de cultura há faces combativas, que podem, em algum momento, fazê-los se revoltarem contra as condições que lhes são impostas, que interferem na *harmonia* que pretendiam. A própria greve de 1962, em Tarumã, foi o estopim de transformações que já vinham ocorrendo no campo – a proletarianização –, e que deixavam os trabalhadores rurais numa situação cada vez mais difícil.

É possível detectar também o interesse do trabalhador rural em enriquecer. Sob esse aspecto, por diversas vezes o discurso do trabalhador rural

---

<sup>34</sup> Camila, Fita 8, Lado B.

parece se igualar ao do empresário – “à procura de novas terras”. Mas ainda aí reside uma diferença fulcral – enriquecer para os trabalhadores rurais era poder comprar os bens de que necessitavam para ter conforto, era poder obter um terreno para usufruí-lo, e manter os laços culturais ancestrais. Acredito entretanto que boa parte dos próprios trabalhadores rurais promoveram sensíveis mudanças conceituais a esse respeito, que se relacionam à sua percepção ‘dolorida’ (desenvolvida ao longo de sua trajetória de vida) de que, em última instância, é a aquisição do tempo de trabalho do outro que faz um indivíduo enriquecer. Os narradores viram pessoas enriquecerem desta forma – o usineiro da UNA, por exemplo (que já não era pobre).

No mesmo *sistema* de valores culturais apontado anteriormente se inscrevem as leituras que os *colaboradores* fazem do Movimento Sem-Terra:

“Eu tenho uma... parenta que é do sem-terra. Ela ganhou terra. Ganhou. Ganhou dez alqueires. Mas ó, eu só acho des-justo é aqueles que chegam e invadem a terra que já tem o próprio ali. Terra que está solta, sem trabalho, eles podem, podem eles ir. E eu acho des-justo é que eles ficam matando um ao outro, brigando, aquela... aquela coisa muito triste. Essa parenta nossa é bem chegada, tanto minha como do meu marido. Ela ganhou dez alqueires. Eu cheguei nela e falei assim: “Mas, menina!” Ela fala bem arrastado, fala mais que eu, porque o povo diz que eu falo muito arrastado, e ela fala ainda mais. - “Para que que você foi entrar nisso? Tu tinha precisão de uma coisa dessa? Seus filhos estão casados!” Ela é nova. - “Você tem uma morada bacana, tem casa alugada, para que isso?” - “Ah, tia, mas eu fui porque eu gostava de ter uma roça para mó de eu plantar!” Ela ganhou dez alqueires. Agora

ela tirou o dela; cinco para um filho, e os cinco é dela. Ela já tem vaca, ela tem cavalo, tem carrinho, tudo ela ganhou.”<sup>35</sup>

“Os sem-terra fala uma coisa. Aquelas pessoas que tem terra fala outra. Um fala de apropriar e o outro fala desapropriar. Um fala que é dono e o outro fala que não é dono. Até quando pode acreditar nisso aí? A gente tem que ter, tem que trazer um processo, tem que trazer um conhecimento, tem que procurar saber se o dono, se ele é o dono... Porque existe o dono e duas coisas. Uma eu já ajudei medir: propriedade. Pequena como grande também, e na escritura são duzentos alqueires, na medição dá duzentos e trinta, dá trezentos. Mas está dentro da propriedade. Ele vende trezentos alqueires com escritura de duzentos. Mas ele arranjou cem alqueires, cem alqueires mais, numa medição que era aquela que não era uma medição judicial. (...) Então, eles, hoje, eles, como a gente tem pessoas que conhecem, que tem algum conhecimento... Porque o grupo vai ter alguma pessoa lá, que vai chatear eles, e quando eles se destinam a fazer, eles sabem o que é que tem dentro daquela fazenda. Se ela tem sobra de terra, se ela não tem. Porque tomar, tomar o que é dos outros, nunca pode existir uma lei que marque aquilo. Pode haver até uma compra, pode até ser que exista o negócio de comprar. Eu lhe vendo. Eu sou contra, ou contra o senhor, mas tomar aquilo que é um direito do outro? Isso nunca existiu, nem vai existir o direito de tomar, né?”<sup>36</sup>

“Os sem-terra, isso aí eu não acho de acordo. Porque não tem nada. Como pode uma família invadir uma terra que é do outro? Ele não pagou imposto, ele não comprou nada.”<sup>37</sup>

“Rapaz, o movimento dos sem-terra, na minha opinião, não é muito certo não. Porque esse povo, eles não têm o documento dessa terra. Se o fa-

---

<sup>35</sup> Camila, Fita 4, Lado B.

<sup>36</sup> Adonias, Fita 12, Lado A.



zendeiro apresenta o documento dessa terra, essa terra ele comprou e pagou. Agora o que ele não tem, o documento também tem que provar. Eu acho que deve ser certo ir em terra que está sem produzir, porque como é que vai fazer? Eles estão desapropriados, não tem trabalho prá comer; então eles tem que se virar. Se tem dono, eles não plantam e nem deixam os outros plantar... Tem que entrar os sem-terra. Porque se o cara tem, tem que usar. Se ele não usa nem deixa o outro usar, eu concordo, tem que entrar. Agora, eu não quero prá mim pegar o que o outro derramou o suor, comprou, pagou...”<sup>38</sup>

Existem diferenças de leitura entre os *narradores*<sup>39</sup>, mas alguns elementos fulcrais permeiam a visão de todos eles: concordam que ninguém deve ser separado do seu trabalho, ninguém deve estar alheio à capacidade de gerar o próprio sustento e o da família. Se uma pessoa se encontra nessas condições, então reivindicar terras para trabalhar é justo. Mas tal não deveria incluir a invasão da propriedade alheia, fruto do suor do outro. Isso já não seria justo, no entender dos *narradores*. Se na terra está contido o trabalho de alguém, se é posse de alguém, então invadi-la é uma violência, e a violência não se justifica – fere a *harmonia*, a *paz*. A violência é triste, gera o ódio e ofende os sentimentos cristãos.

Gustavo, o mais novo dos entrevistados, prefere que cada um tenha sua propriedade, e pague os impostos devidamente; influenciado por gerações mais jovens de trabalhadores rurais. Continua, no entanto, alimentando o sonho de se tornar pequeno proprietário, a partir do dinheiro conseguido com o

---

<sup>37</sup> Gustavo, Fita 4, Lado B.

<sup>38</sup> Diego, Fita 2, Lado B.

<sup>39</sup> Percebe-se que a mídia tem interferido bastante nas formas de ler a sociedade de vários grupos sociais, inclusive os velhos trabalhadores rurais. Não por acaso, trata-se do quarto poder constituído.

próprio trabalho. Adonias acredita que é necessária a mediação de instituições, inclusive o sindicato de trabalhadores, que olhem pelo cumprimento dos direitos de todos, e que não se permita que alguém, mormente o trabalhador, seja lesado. Cleber acredita que o Estado, os poderosos, devem se solidarizar com os pobres e ajudá-los a voltar para os sítios, dando condições aos fazendeiros de mantê-los morando lá. Todos tendo o seu lugar, não haveria marginalizados, sem-terra. Diego, a princípio, assusta-se com o Movimento Sem-Terra, até perceber-se vivendo dramas parecidos, precisando de emprego para sustentar a família, enquanto que os venenos colocados nos matos tiraram-lhe eventuais empregos que obtinha – quando era contratado para carpir terrenos na cidade de Tarumã e nos sítios dos arrabaldes.

Já Camila, a mais velha dos depoentes, manifesta-se surpresa mediante alguém que já tem posses e submete-se ao uso da violência do movimento sem-terra para conseguir mais posses. Mas em seguida, muda sensivelmente sua atenção, relewa o falar característico dos grupos de origem, e acaba por dar margem ao próprio enraizamento, mudando quase imperceptivelmente de opinião – passando a considerar que, se para manter o enraizamento ancestral é importante conquistar um pedaço de terra, ainda que se tenha posses, então perdoa sua parente por ter participado do movimento de ocupação das terras alheias, e imagina-se conquistando seu lugar no mundo, onde pudesse construir um dique para a permanência de seus laços culturais ancestrais. Camila sabe: *“Tempus edax rerum”*.

Mas é justamente aqui que a velhice aparece como decorrência social. O sistema no qual se constituiu o trabalhador rural, no qual se construiu

suas condições de humanidade num sentido amplo, envelheceu como um todo, e tem que ser substituído. Ao criar o anacronismo, o capitalismo muda suas próprias regras e fada ao sepultamento as condições de humanidade do ‘velho’ trabalhador rural. Aqui ‘tudo que é sólido desmancha no ar’. Mas essas mudanças não promovem a tematização do ‘para onde mudar?’, ‘em nome do que estamos mudando?’. As vivências do passado são os primeiros ‘tesouros’ que são descartados, com exceção dos conhecimentos técnicos incorporados na esfera produtiva. Elas promovem transformações em nome da potencialização da capacidade de extração de mais-valia, na forma de ciclos que parecem ganhar vida própria.

Após reduzir seres humanos a ‘cacos’, vem a contrapartida: os velhos trabalhadores precisariam ser assistidos pelo Estado (de Bem-Estar social?). Aí reside a legitimação de sua existência perante os próprios marginalizados, desenraizados, empobrecidos, destituídos de qualquer autonomia. Legitimação essa fundada na necessidade de ampará-los – uma vez eleita a mesma elite para a administração pública –, nas promessas de campanhas eleitorais, no uso de seus votos, e assim mantêm-se os promotores dos cacos no poder. E não só: promovem de cima os anacronismos, e se utilizam dos mesmos para darem sustentação a projetos sociais que pretensamente promoveriam o bem-estar dos velhos trabalhadores. Só na superfície tal processo é paradoxal. Trata-se de seu próprio fulcro biogestor: digere a vida, produz gases e se mantém funcionando alimentado por sua turbina de putrefação.

Todo um sistema de produção longamente analisado neste trabalho envelheceu; as pessoas envelheceram junto. Estão sendo descartadas. Só não

totalmente porque rendem votos, dá ao Estado um motivo para estar ali. Se J. Habermas considera que o poder se legitima no capitalismo tardio mediante uma ideologia baseada na eficácia<sup>40</sup>, gostaria de acrescentar que as políticas sociais, no sentido em que são propostas no tocante aos velhos trabalhadores rurais, são formas de legitimação baseadas na pretensa eficácia do Estado em assistir e amparar os velhos, que por sua vez sofreram uma forma de envelhecimento que tem caráter amplo, e que ele próprio, o Estado, ajudou a promover.

O Estado e as elites locais, mormente a partir das décadas de 1960 e 1970, geraram uma alienação que não se limitou a extrair sobretrabalho, riqueza e produtos desses trabalhadores. Tiraram-lhes o direito de terem sua própria visão de mundo, pautada em suas vivências intersubjetivas, no seu próprio ritmo, em sua (parca) autonomia.

Entretanto, na contracorrente, a fala dos velhos trabalhadores rurais, suas lembranças, os documentos construídos a partir de sua visão de sociedade, permitem a construção de outra versão da história do tempo presente, do êxodo rural – que não a história oficial e celebrativa das elites locais. Enfim, fomentam a longevidade de outra *memória*.

---

<sup>40</sup> Refiro-me à obra: HABERMAS, J. **A crise de legitimação no capitalismo tardio**, Trad. Vami-reh Chacon, Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1980.

## CONCLUSÃO

Se cultura é memória, espero ter colaborado para trazer à baila a fala dos que foram silenciados – suas lembranças, sua cultura, sua memória, as promessas não cumpridas pelo progresso –, aqueles que não estão inscritos na história oficial e celebrativa do município de Tarumã, essa que se limita a glorificar a ‘seqüência dos sucessos conseguidos sucessivamente’ pela UNA., sem sequer fazer referência às estratégias altamente eficientes de dominação que foram impostas a grupos humanos desenraizados – o outro lado da moeda. O velho trabalhador rural perdeu sua função na cidade industrial, e também na cidade dependente da agroindústria, como é o caso de Tarumã.

Se, de fato, Habermas tem razão ao dizer que o trabalho perdeu seu *status* de elemento central de sociabilidade, e que os acentos utópicos migraram para o conceito de comunicação, então é fundamental retomar a lição de Walter Benjamin, construindo diques para que não se olvide a história dos oprimidos:

“A luta de classes, que um historiador educado por Marx jamais perde de vista, é uma luta pelas coisas brutas e materiais sem as quais não existem as refinadas e espirituais. Mas na luta de classes essas coisas espirituais não podem ser representadas como despojos atribuídos ao vencedor. Elas se manifestam nessa luta sob a forma da confiança, da coragem, do humor, da astúcia, da firmeza, e agem de longe, do fundo dos tempos. Elas questionarão sempre cada vitória dos dominantes. Assim como as flores dirigem sua coro-

la para o sol, o passado, graças a um misterioso heliotropismo, tenta dirigir-se para o sol que se levanta no céu da história.”<sup>1</sup>

Questionar os fundamentos das pretensões de poder, e pensar contra a corrente nunca fez mal aos espíritos libertários. Os velhos trabalhadores rurais que migraram para Tarumã, através de suas lembranças e de sua cultura, sabem que trabalharam muito, mas que foram destituídos de suas armas. Sabem que a história oficial oculta os fatos, como se nada tivesse ocorrido. Assim como também sabem que ainda são guerreiros... porque se lembram – *ad perpetuam rei memoriam*. Suas lembranças são ações contrárias à estratégia do silêncio, contrárias às tentativas de silenciar as formas pelas quais sua relativa autonomia foi banida, bem como um protesto contra o sepultamento da história, onde tudo se olvida de roldão, e onde a civilização é, a um só tempo, barbárie.

---

<sup>1</sup> BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas**. Magia e Técnica, Arte e Política. 3ª ed., São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987, p. 223.

## FONTES

Cartório de Registro de Imóveis de Assis. Transcrição número 3.679, do livro três, no dia 23/08/1944 – Compra das fazendas Nova Aliança e Nova América.

Comissão de controle do carvão da cana de açúcar do Estado de São Paulo - campanha integrada de controle do carvão em cana de açúcar, São Paulo, gráfica Bandeirante, 1985.

Depoimento de **Adonias Gomes de Araújo**, 72 anos, 13 fitas gravadas.

Depoimento de **Camila**, 84 anos, 8 fitas gravadas.

Depoimento de **Carlos**, 68 anos, 4 fitas gravadas.

Depoimento de **Cleber**, 75 anos, 3 fitas gravadas.

Depoimento de **Diego**, 60 anos, 3 fitas gravadas.

Depoimento de **Gustavo**, 61 anos, 5 fitas gravadas.

**Estatuto da Terra.**

**IBGE**, Censos Agrícolas de 1950, 1960. Censos Agropecuários de 1970, 1980.

Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1980. Censo Demográfico de 1980 – Dados Distritais.

Jornal **O Estado de São Paulo**, 29-11-1969.

Jornal **Voz da Terra** - 22/10/1995.

Jornal **Voz da Terra** - “Uma Nova opção de plantio na região de Assis”, 22/01/1978, p. 1.

Processo da greve da U.N.A. CEDAP-Unesp/Assis, p. 53 - 291 - caixa 459.

**Recenseamento do Brasil** (1<sup>o</sup> de setembro de 1920). Vol. 1 - Introdução - Aspecto físico do Brasil - Geologia, flora e fauna - Evolução do povo brasileiro - Histórico dos Inquéritos demográficos, Ministério da Agricultura, Indústria e comércio (Diretoria Geral de Estatística), Rio de Janeiro: Typ. Da Estatística, 1922.

**Revista Brasil Açucareiro**, ano XX, 1957.

**Revista Planejamento & Desenvolvimento**. “Idosos, uma Questão Nacional.” Nº 43, Ano 4, Dezembro de 1976.

Secretaria Municipal da Ação Social de Tarumã, **Projeto Terceira Idade Viaja**, Junho a Novembro de 1997.

TRUDA, L. **A Defesa da Produção Açucareira**. Rio de Janeiro: TYP do Jornal do Comércio, 1934.

TRUDA, Leonardo. Discurso “O Crédito Agrícola no Brasil”. In: **Brasil Açucareiro**, Ano V, nº 3, maio/1937.



## BIBLIOGRAFIA

- ALBERTI, Verena. **História Oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.
- ALMEIDA, J. P. de. **A Extinção do Arco-Íris: A Agroindústria e o econômico**. Dissertação de Mestrado - Unesp de Assis, 1987. Tese nº 285.
- AMADO, J. & FERREIRA, M. M. (Org.). **Usos & Abusos da História Oral**, Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Modernização e pobreza**: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.
- ANTONACCI, M. A. **A vitória da razão?** O IDORT e a Sociedade Paulista. São Paulo: Marco Zero, 1993.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4ª ed., São Paulo: Cortez; Campinas, S.P.: Editora da Unicamp, 1997.
- ARENDT, H. **A condição humana**. Trad. de Roberto Raposo; posfácio de Celso Lafer, Rio de Janeiro, Forense/ Universitária, 1991.
- BALANDIER, Georges. **Antropo-lógicas**. Trad. De Oswaldo Elias Xidieh. São Paulo: Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.
- BARBOSA, Maria Angélica Dias de Rezende. **À procura de novas terras** - Memórias de uma família brasileira (1947-1997), São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

- BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice**. Trad. Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BEIGUELMAN, P. **A crise do escravismo e a grande imigração**, 4<sup>a</sup> ed., São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas**. Magia e Técnica, Arte e Política. 3<sup>a</sup> ed., São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.
- BERNARDO, J. “A Autonomia das lutas operárias” In: BRUNO, Lúcia, SACCARDO, Cleusa (org.) - **Organização, Trabalho e Tecnologia**, São Paulo: Editora Atlas S.A., 1986.
- . **Capital, Sindicatos, Gestores**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1987, (Biblioteca do Futuro; 6).
- . “Depois do marxismo, o dilúvio?” In: **Educação & Sociedade**, nº 43. São Paulo: Cortez, dezembro/1992, pp. 393-412.
- . **Economia dos Conflitos Sociais**. São Paulo: Cortez Editora, 1991.
- . “Gestores, Estado e Capitalismo de Estado”. In: **Revista Ensaio**, nº 14, julho de 1985.
- BOSI, Ecléa. “Cultura e desenraizamento”, In: BOSI, Alfredo. **Cultura Brasileira: temas e situações**, São Paulo, Ática, 1987.
- . **Memória e sociedade: lembranças de velhos**, 3<sup>a</sup> ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

- BOURDIEU, P. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, J. & FERREIRA, M. M. (Org.). **Usos & Abusos da História Oral**, Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- BRANT, V. C. “Do colono ao bóia-fria: transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis.” *Estudos CEBRAP*, São Paulo: Brasiliense, (19): 37-91, Jan./fev./mar., 1977.
- CAMARGO, Antônio Benedito Marangone e SAAD, Paulo Murad. “A transição demográfica no Brasil e seu impacto na estrutura etária da população.” In: **Idoso na Grande São Paulo**. São Paulo: SEADE, 1990.
- CAMPANHOLE, A., Apud. COLOSSO, L. **Bóia-Fria da Silva**. Dissertação de Mestrado, Assis, S.P., 1990. Tese nº 513.
- CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Orgs.) **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. “Os trabalhos da memória”, apresentação do livro: BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 3ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- COLOSSO, L. **Bóia-Fria da Silva**. Dissertação de Mestrado, Assis-SP: FCLAs-Unesp, 1990. Tese nº 513.
- DOIN, José Evaldo de Mello, “A régua e o compasso nas terras do café: a haussmannização das cidades do interior paulista na república velha.” *Anais do XI Encontro Regional de História da ANPUH – MG. “História e exclusão social”*, Universidade Federal de Uberlândia, julho/1997.

- FERREIRA, Jerusa Pires. “Cultura é Memória”, **Revista USP**, nº 24, dez./jan./fev./ 1994-95, pp. 114-120.
- FORTUNA, Carlos. “As cidades e as identidades”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** – ANPOCS, nº 33, ano 12, fev./1997, pp. 127-141.
- GARCIA, Ronaldo Aurélio Gimenes. **Migrantes mineiros em Franca: memória e trabalho na cidade industrial (1960-1980)**. Franca: UNESP/FHDSS: Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997, (História Local, 2).
- GIGANTE, Moacir. **História, Memória e Cotidiano nas primeiras séries do primeiro grau**. Dissertação de Mestrado, São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1994.
- GUIMARÃES, Ruth. **Dicionário da Mitologia Grega**. São Paulo: Cultrix, 1989.
- HABERMAS, J. **A crise de legitimação no capitalismo tardio**, Trad. Vamireh Chacon, Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1980.
- . **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- . **Para a reconstrução do Materialismo Histórico**, Trad. Carlos Nelson Coutinho, 2<sup>a</sup> ed., São Paulo: Brasiliense, 1990.
- . **Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.
- HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **A ideologia da velhice**. São Paulo: Cortez, 1986.

- . **O direito à velhice:** os aposentados e a previdência social. São Paulo: Cortez, 1993. (Coleção Questões de nossa Época; v. 10).
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, Editora Revista dos tribunais, 1990.
- IANNI, O. **Estado e Planejamento econômico no Brasil (1930-1970).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971
- JOUTARD, Philippe. “História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos”. In: AMADO, J. & FERREIRA, M. M. (Org.). **Usos & Abusos da História Oral,** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Trad. Bernardo Leitão (et. al.) 3ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- MAFFESOLI, M. **No fundo das aparências.** Trad. Bertha Halpern Gurovitz. Petrópolis: Vozes, 1996.
- . **O tempo das tribos.** O declínio do individualismo nas sociedades de massa. Apresentação de Luiz Felipe Baêta Neves, Tradução de Maria de Loudes Menezes, Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil,** 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 1984.
- . **O cativo da terra,** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- . **Os camponeses e a política no Brasil.** As lutas sociais no campo e seu lugar no processo histórico, 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 1986.

- MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- MENESES, U. B. de. “Identidade cultural e arqueologia”. In: BOSI, Alfredo. **Cultura Brasileira: temas e situações**, São Paulo, Ática, 1987, pp. 182-190.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e Memória: a cultura popular revisitada**, 3ª ed., São Paulo: Contexto, 1994. (Caminhos da História).
- NERI, Anita Liberalesso. **Envelhecer num país de jovens: significados de velho e velhice segundo brasileiros não idosos**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1991.
- OFFE, Clauss. **Problemas estruturais do Estado Capitalista**. Trad. Bárbara Freitag, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- OLIVEIRA, Jaime A. de Araújo & TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury. **(Im)previdência Social: 60 Anos de História da Previdência no Brasil**. Petrópolis: Vozes, Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1989.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. de - “Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível”, In: SIMSON, Olga de Moraes Von (Org.) - **Experimentos com Histórias de Vida: Itália-Brasil**. S.P: Edições Vértice/ Editora Revista dos Tribunais, 1988, pp. 14-43.
- ROUANET, Sérgio Paulo. **Mal-estar na modernidade: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu Extático na Metrópole**. São Paulo: Sociedade e Cultura nos frementes anos 20, S.P.: Companhia das Letras, 1992.

- SINGER, P.I. "A cidade e o campo". S.P.: **Cebrap**, 1972, Cadernos Cebrap, p. 4.  
(Exemplar datilografado e encadernado - Biblioteca da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar).
- STOLCKE, V. **Cafeicultura**. Homens, Mulheres e Capital (1850-1980). Trad. Denise Bottman e João R. Martins Filho, S.P., Brasiliense, 1986.
- SZMRECSANYI, T. **O planejamento da agroindústria canavieira no Brasil**, São Paulo, Hucitec, 1979.
- THOMPSON, P. **A voz do passado**: História Oral. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- THOMSON, Alistair, FRISCH, Michael, HAMILTON, Paula. "Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais". In: AMADO, J. & FERREIRA, M. M. (Org.). **Usos & Abusos da História Oral**, Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- THOMSON, Alistair. "Recompondo a memória: Questões sobre a relação entre História Oral e as memórias". **Projeto História**, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo: N<sup>o</sup> 15, Abril/1997, pp. 51-71.
- WEIL, S. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Tradução de Therezinha G. G. Langlada; seleção e apresentação de Ecléa Bosi, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- YATSUDA, E. "O caipira e os outros", In: BOSI, Alfredo. **Cultura Brasileira**: temas e situações, São Paulo, Ática, 1987.

GIGANTE, M. A. *Guerreiros sem Armas. Êxodo Rural e memória de velhos trabalhadores (Tarumã - 1960-1980)*. Franca, 1999, Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

## RESUMO

Estudo que relaciona memória, velhice e êxodo rural em Tarumã-SP. Utilizando o instrumental da história oral de vida, leva em conta as peculiaridades de uma cidade pequena, onde há permanências da vida rural, num processo mais geral, onde o desenraizamento e o *Animal Laborans* têm relações íntimas (a sociedade de consumo), mas que no entanto o velho trabalhador esforça-se em manter vivos seus ‘tesouros do passado’, em meio às intempéries. Foi relevada a leitura que os velhos trabalhadores rurais fizeram das fortes transformações que não apenas vislumbraram, mas viveram, de forma a possibilitar a contestação da imperante história oficial e celebrativa que as autoridades locais tentam promover. A migração é discutida pelo trabalho, atrelada ao contexto histórico do desenvolvimento de formas potencializadas de acumulação de capital, sob o comando dos governos militares, sobretudo através do Proálcool, cujos impactos promoveram mudanças nas leis trabalhistas e nas relações entre fazendeiros e trabalhadores. Analisa a introdução da pecuária de corte, a greve na usina, a concentração de terras, e as transformações nas lavouras, com a ajuda de depoimentos orais e de tabelas. Mostra como, com a ‘racionalização’ do trabalho no campo e a concentração de terras por parte das elites locais, são destituídas dos trabalhadores suas já parcas formas de subsistência autônoma, até o momento em que se vêem na necessidade de fixar residência na cidade. As promessas da modernidade à qual se referia a vida nas cidades acompanharam sua trajetória, e no presente, mais do que nunca, os velhos arrostam seu avesso – as promessas não cumpridas.

Palavras-chave: Êxodo rural, História oral, Memória, Velhice.



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)